

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

Amanda de Souza Santos

**DA CRUZADA ANTICORRUPÇÃO ÀS GUERRAS CULTURAIS:
POPULISMO CONSERVADOR, RESENTIMENTO E DISCURSOS
CONSPIRATÓRIOS NO BRASIL**

Rio de Janeiro
2024

Amanda de Souza Santos

**DA CRUZADA ANTICORRUPÇÃO ÀS GUERRAS CULTURAIS:
POPULISMO CONSERVADOR, RESENTIMENTO E DISCURSOS
CONSPIRATÓRIOS NO BRASIL**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Comunicação e Cultura.

Orientador: Professor Dr. Paulo Roberto Gibaldi Vaz

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

d484d de Souza Santos, Amanda
Da Cruzada Anticorrupção às Guerras Culturais:
Populismo conservador, ressentimento e discursos
conspiratórios no Brasil / Amanda de Souza Santos. -
Rio de Janeiro, 2024.
144 f.

Orientador: Paulo Vaz.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio
de Janeiro, Escola da Comunicação, Programa de Pós
Graduação em Comunicação, 2024.

1. Populismo conservador. 2. Guerras culturais.
3. Desinformação. 4. Ressentimento. 5. Teorias da
conspiração. I. Vaz, Paulo, orient. II. Título.

**ATA DA QUINGENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO
PÚBLICA DE EXAME DE TESE DE DOUTORADO DEFENDIDA POR
AMANDA DE SOUZA SANTOS NA ESCOLA DE COMUNICAÇÃO DA
UFRJ**

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas, por meio de videoconferência, foi realizada a defesa de tese de doutorado de **Amanda de Souza Santos**, intitulada: “**Da Cruzada Anticorrupção às Guerras Culturais: populismo conservador, ressentimento e discursos conspiratórios no Brasil**”, perante a banca examinadora composta por: **Paulo Roberto Gibaldi Vaz** [orientador(a)], **Rose Marie Santini**, **Maria Paula Sibilia**, **Cristina Teixeira Vieira De Melo** e **Katia Lerner**. Tendo o(a) candidato(a) respondido a contento todas as perguntas, foi sua tese:

× aprovada reprovada aprovada mediante alterações

A banca destaca a relevância da pesquisa e a qualidade da argumentação. Recomenda, então, a publicação da tese

E, para constar, eu, Thiago Couto, lavrei a presente, que segue datada e assinada pelos membros da banca examinadora e pelo(a) candidato(a) ao título de Doutor(a) em Comunicação e Cultura.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 2024

Documento assinado digitalmente
 **PAULO ROBERTO GIBALDI VAZ**
Data: 23/07/2024 11:36:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Paulo Roberto Gibaldi Vaz [orientador e presidente]

Documento assinado digitalmente
 **ROSE MARIE SANTINI DE OLIVEIRA**
Data: 23/07/2024 15:26:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rose Marie Santini [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
 **MARIA PAULA SIBILIA**
Data: 03/08/2024 14:36:27-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Maria Paula Sibilia [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente
 **CRISTINA TEIXEIRA VIEIRA DE MELO**
Data: 29/07/2024 10:22:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Cristina Teixeira Vieira de Melo [examinador(a)]

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Documento assinado digitalmente



KATIA LERNER
Data: 01/08/2024 16:57:29-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Katia Lerner [examinador(a)]

Documento assinado digitalmente



AMANDA DE SOUZA SANTOS
Data: 23/07/2024 14:21:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Amanda de Souza Santos [candidato(a)]

* As atas de defesa de tese/apresentação de dissertação dos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro somente geram efeitos após sua homologação pelo CEPG.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ter me formado cidadã e pesquisadora.

Ao professor Paulo Vaz, por tantos aprendizados preciosos, pelas reuniões de orientação que ofereceram luz e inspiração quando precisei e, principalmente, pela paciência e confiança nessa reta final.

À Nicole Sanchotene, pela potente parceria intelectual ao longo do Doutorado, mas principalmente, por ter se tornado tão querida amiga, com quem compartilhei muito mais do que aulas, congressos e artigos.

A Felipe Mariano, por estar ao meu lado nos momentos de alegria e frustração dessa jornada, oferecendo amor, apoio e compreensão incondicionais.

Às professoras Marie Santini, Paula Sibilia, Cristina Teixeira e Katia Lerner, pelas ricas discussões em congressos e reuniões, pela inspiração de seus textos e por gentilmente se disporem a avaliar este trabalho.

À minha mãe, pelo incentivo amoroso durante a escrita desta tese.

Ao meu pai, por me estimular a ser uma pesquisadora melhor a cada dia.

À minha família, pela constante torcida nos últimos meses.

Aos alunos que encontrei na ECO-UFRJ, por renovarem a minha paixão pelo ensino.

Ao CNPq, por viabilizar a realização desta pesquisa.

RESUMO

Tendo como pano de fundo a súbita ascensão do populismo conservador no Brasil e em diversos países, este trabalho busca refletir sobre os discursos contemporâneos que contribuem para o avanço da extrema-direita global a partir da discussão sobre eventos recentes da história política brasileira. A pesquisa utiliza três estudos de caso como ponto de partida para a reflexão proposta. No primeiro capítulo, discutimos como desde as Jornadas de Junho de 2013 a luta contra a corrupção no Brasil forneceu as condições necessárias à emergência de uma nova direita no país, fortemente organizada através das redes sociais, que constituiu a principal base de apoio ao candidato Jair Bolsonaro nas eleições de 2018. O segundo capítulo examina o conceito de guerras culturais e propõe que, na retórica do campo conservador, o conceito se torna modo de denunciar a hegemonia cultural de esquerda no Ocidente e suas consequências. Nesse capítulo, os documentários da produtora Brasil Paralelo são utilizados como objeto empírico para investigar quais os principais argumentos em jogo na construção desses discursos. O terceiro capítulo discute como teorias da conspiração e *fake news* foram utilizadas para manter a militância bolsonarista mobilizada após a derrota nas eleições de 2022. A partir desse exemplo, a pesquisa propõe uma discussão sobre como a infraestrutura das plataformas digitais vem transformando o debate político e favorecendo o fenômeno da desinformação nos dias atuais. Por fim, sugerimos que as três análises revelam que o populismo conservador está acionando discursos conspiratórios para culpar a corrupção das elites e uma suposta hegemonia cultural de esquerda por diversas formas de mal-estar, alimentando o ressentimento nas sociedades contemporâneas ocidentais.

Palavras-chave: Populismo Conservador; Corrupção; Guerras Culturais; Desinformação; Plataformas Digitais; Teorias da Conspiração; Ressentimento.

ABSTRACT

In the face of the sudden rise of right-wing populism in Brazil and worldwide, this research seeks to reflect upon contemporary discourses that contribute to the advance of radical conservative movements, focusing on recent political and social events in this country. In the first chapter, we discuss how the anti-corruption movement in Brazil has grown since 2013 national riots against increases in public transport ticket prices. We suggest that this anti-corruption crusade has provided the conditions for the emergence of a new set of right-wing movements in Brazil, strongly organized through social media. These new movements have then constituted the main support base for candidate Jair Bolsonaro, whose campaign drew heavily on accusations of corruption made against *Partido dos Trabalhadores* (Workers Party) during the 2018 presidential elections. The second chapter examines the concept of culture wars. It suggests that, within right-wing populist speech, this concept becomes a way to reproach an imaginary left-wing cultural hegemony for the decline of Western culture and traditional values. The narratives from *Brasil Paralelo's* documentaries (a right-wing video producer created in 2016) are taken as empirical evidence of this phenomenon, allowing us to investigate some of the main arguments that reinforce this belief system. The third chapter reflects upon how conspiracy theories and fake news were used to fuel suspicions of electoral fraud and keep Bolsonaro's supporters mobilized after the defeat in the 2022 presidential elections. The chapter proposes a discussion about the infrastructure of digital platforms and how it is transforming political debate and fostering the rise of misinformation. Finally, we suggest that these three examples reveal that right-wing populism resorts to conspiracy narratives to blame elite corruption and a supposed left-wing cultural hegemony for various forms of societal discontent. Thus, it fuels resentment and political polarization in contemporary Western societies.

Key-words: Right-Wing Populism; Corruption; Culture Wars; Misinformation; Digital Platforms; Conspiracy Theories; Resentment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Pesquisa Ibope mostra queda na avaliação do governo Dilma após manifestações.....	28
Figura 2. Capa do jornal O Globo, edição de 18 jun. 2013.	30
Figura 3. Manifestação na Avenida Paulista de 13 de março de 2016.	41
Figura 4. Cartaz de apoio ao juiz Sérgio Moro na manifestação da Avenida Paulista de 13 de março de 2016.	42
Figura 5. “Pato da Fiesp” na manifestação de 13 de março de 2016.	46
Figura 6. Sumário do livro <i>Guerra Cultural na Prática: Como combater as estratégias da esquerda que estão destruindo o ocidente</i>	64
Figura 7. Sumário do livro <i>O Cristão e a Política: Descubra como vencer a guerra cultural</i>	65
Figura 8. Comentários de usuários no YouTube sobre o documentário <i>1964 - O Brasil entre armas e livros</i>	74
Figura 9. Cena do documentário <i>Geração Sem Gênero</i>	81
Figura 10. Cena do documentário <i>Geração Sem Gênero</i>	82
Figura 11. Cena do documentário <i>Geração Sem Gênero</i>	82
Figura 12. Cartazes dizem que eleição foi “roubada” e pedem por “urnas auditáveis”.	95

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Um diagnóstico do presente.....	10
CAPÍTULO 1	17
A cruzada anticorrupção.....	17
1.1. Novas perspectivas sobre a corrupção (1990-2000)	23
1.2. Junho de 2013: de apoteose à crepúsculo da democracia?.....	27
1.3. “Fora CorruPTos!”	36
1.3.1. “Lula na cadeia” e criminalização da política	40
1.3.2. Movimento Brasil Livre e a luta contra o Estado	43
1.3.3. “Olavo tem razão” e o patriotismo anticomunista.....	46
1.4. Corrupção e disputa pelo lugar de vítima nas eleições de 2018.....	49
1.5. A cruzada anticorrupção e a retórica populista.....	53
CAPÍTULO 2	55
Uma guerra pelo coração dos brasileiros.....	55
2.1. Guerra Cultural	59
2.2. Brasil Paralelo S/A.....	67
2.3. “Para vencer essa batalha, só resta uma alternativa”: guerra cultural nos documentários da Brasil Paralelo	71
2.3.1. Intimidação, censura e a inquisição nas redes sociais	75
2.3.2. Doutrinação e Ideologia de Gênero: a infância ameaçada.....	77
2.3.3. Modernidade x Tradição: a degradação da arte na cultura ocidental.....	83
2.3.4. Totalitarismo, engenharia social e corrupção	86
2.3.5. Conspirações internacionais	88
2.4. As guerras culturais e a construção de realidades paralelas	90
CAPÍTULO 3	93
#BrazilWasStolen: desinformação, populismo conservador e ressentimento	93
3.1. As <i>fake news</i> bolsonaristas após a eleição.....	97
3.1.1. Fraude eleitoral e as urnas eletrônicas	98
3.1.2. O Artigo 142 e a expectativa de uma intervenção militar.....	100
3.1.3. A morte de Lula	102

3.1.4. O 8 de janeiro sob o paradigma dos movimentos sociais em rede	104
3.2. Tecnologia e verdade hoje	105
3.2.1. Bolhas de opinião, epistemologia partidária e as câmaras de eco	108
3.2.2. A esfera pública automatizada	113
3.3. Crítica conspiratória, populismo conservador e ressentimento	116
Conclusão	124
Referências bibliográficas	127
Anexos.....	135
Anexo 1.....	135
Anexo 2.....	138
Anexo 3.....	140
Anexo 4.....	141
Anexo 5.....	142

INTRODUÇÃO

Um diagnóstico do presente

Há algum tempo já – será desde Nietzsche? mais recentemente ainda? – a filosofia recebeu como herança uma tarefa que até então não lhe era familiar: a tarefa de *diagnosticar*. Reconhecer, por alguns sinais perceptíveis, o que está acontecendo. Detectar o evento que se desenrola nos rumores que já não ouvimos mais, de tão acostumados que estamos a eles. Dizer o que se revela no que vemos todos os dias. Iluminar, de repente, esta hora cinzenta em que estamos. Profetizar o momento. (Foucault, 2023, p. 13)

Nos últimos anos, boa parte de nós, pesquisadores da comunicação e da cultura, assistimos com perplexidade a um conjunto de discursos algo bizarros sobre ideologia de gênero, globalismo e marxismo cultural invadir o debate público, conquistando milhares de adeptos do dia para a noite. Figuras políticas excêntricas, que declaram sem qualquer constrangimento seu desprezo pela diversidade cultural, pela ciência e pela justiça social, não foram apenas capazes de ganhar relevância no debate público com esses discursos, mas também emplacaram vitórias políticas mundo afora. Representados por esses porta-vozes, muitas pessoas encontraram respaldo para os seus preconceitos e passaram a assumir publicamente posições retrógradas e intolerantes, quando não francamente criminosas. Esses líderes populistas se beneficiam dos novos aparatos de propaganda digital para disseminar teorias da conspiração entre os seus seguidores, alimentando um cenário informacional cada vez mais caótico. Conforme a retórica beligerante crescia, os diversos grupos políticos se tornavam cada vez mais inflexíveis em relação às suas crenças e menos propensos ao diálogo democrático. Esta pesquisa parte do espanto diante desse complexo cenário, e busca contribuir para os esforços empreendidos pelos pesquisadores que se debruçam sobre o tempo presente e buscam pensá-lo a partir de seus sintomas.

A história dessa pesquisa começa em 2013, por dois motivos. Primeiro, porque foi naquele ano que o Brasil assistiu à eclosão dos maiores protestos de rua desde as Diretas Já. Ainda que seu legado e significado sejam objeto de disputa, as Jornadas de Junho de 2013 representam um marco fundamental para a história recente da política brasileira, um divisor de águas, e sua relação com a ascensão da nova direita brasileira tem sido discutida por diversos autores (Bosco, 2017; Melo & Vaz, 2018; Gomes, 2020;

Nobre, 2022; Nunes, 2022). Mas 2013 também marcou o início da minha própria trajetória acadêmica, quando fui convidada a participar do grupo de pesquisa do prof. Paulo Vaz como aluna de iniciação científica. Lembro que as primeiras discussões das quais participei no grupo tratavam do discurso de risco na saúde e do conceito de angústia em Heidegger; mas a primeira pesquisa da qual participei ativamente tinha como objeto de estudo os testemunhos de vítima, e em particular, um blog francês chamado *Je Connais un Voleur*, hospedado na plataforma Tumblr. O blog tinha como propósito publicar relatos pessoais de mulheres vítimas de estupro para conscientizar a sociedade de que a maior parte das violências sexuais é cometida por homens conhecidos da vítima, e não por monstros violentos e anormais.

Entre 2014 e 2016, no Brasil e em outros países, diversas campanhas feministas semelhantes a *Je Connais un Voleur* ganharam imensa repercussão nas redes sociais. O compartilhamento de histórias pessoais de violência e preconceito como forma de denúncia e reivindicação política passou a ser central para os novos movimentos sociais que se organizavam através das plataformas digitais. Nesse contexto, em 2016, entrei para o mestrado em Comunicação e Cultura da UFRJ com o objetivo de estudar os discursos sobre relacionamentos abusivos, fenômeno que passou a ser amplamente debatido na mídia brasileira naquele período. A sensação era a de que, de repente, *ser feminista havia entrado na moda* – com certeza, contribuiu para essa sensação o fato de que eu estava dentro de uma bolha de jovens universitários majoritariamente de classe média em uma universidade pública do Rio de Janeiro¹. Paradoxalmente, no mesmo momento em que assistíamos à explosão de discursos feministas nos meios de comunicação, na política institucional, a primeira presidente mulher do país enfrentava um amplo golpe parlamentar e midiático para retirá-la do poder. Embora as manifestações pelo *impeachment* tivessem servido de alerta para o fato de que grande parte da população brasileira permanecia sendo conservadora e de direita, no campo cultural, os discursos progressistas ainda pareciam triunfar.

A reviravolta ocorreria em 2018, com a eleição de Jair Bolsonaro para presidente. Alguns dias antes do primeiro turno, foram organizadas manifestações populares em diversas capitais em protesto contra a sua candidatura, um movimento que ficou conhecido como #EleNão. As manifestações foram organizadas via redes sociais, em

¹ Quando ingressei na UFRJ por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), em março de 2012, a lei nº 12.711/12, popularmente conhecida como Lei de Cotas, ainda não havia sido sancionada pela Presidente Dilma Rousseff. A partir de 2013, a Universidade ampliou para 50% o número de vagas reservadas para alunos oriundos de escolas públicas e de famílias de baixa renda, além de destinar uma parte dessas vagas para estudantes negros, pardos e indígenas. Na última década, observamos uma mudança no perfil racial e socioeconômico do corpo discente da instituição graças a essas políticas de ação afirmativa. C.f. PICANÇO, Felícia *et al.* [A política de cotas na UFRJ: uma abordagem interseccional de raça, classe e gênero](#). **Nexo Políticas Públicas** (online), 23 fev. 2022. Acesso em 08 jul. 2024.

particular a partir de um grupo do Facebook, o *Mulheres Unidas Contra Bolsonaro*. Era evidente que após anos de esforços para conscientizar a população sobre machismo e violência de gênero, as mulheres brasileiras reagiriam contra um candidato que afirmou que só não estupraria uma deputada “porque ela não merecia”. No entanto, após os protestos, pesquisas de intenção de voto revelaram um crescimento de Bolsonaro, especialmente entre o público feminino². Esse crescimento pode estar relacionado à disseminação de imagens falsas que retratavam as manifestantes nuas e defecando no chão³. Em grupos de apoiadoras do candidato nas redes, as feministas eram xingadas de sujas, peludas e ignorantes⁴. A guerra de narrativas estava apenas começando.

Além da rejeição ao feminismo, a vitória de Bolsonaro revelou outras novidades. Primeiro, que anos de espetáculo midiático em torno de denúncias de corrupção haviam produzido um clima de profunda aversão à política tradicional e aos seus representantes (os grandes partidos e os políticos profissionais), e que diante disso, o fato de Bolsonaro ser considerado uma figura folclórica⁵ de um partido de pouca expressão na Câmara tornou-se uma vantagem, permitindo que ele se posicionasse como um *outsider*, alguém de fora do *establishment* político e capaz de enfrentá-lo. Além disso, sua ausência de trato social, a linguagem incivil e o histórico de falas controversas reforçaram a imagem de autenticidade e de “homem do povo”, permitindo que Bolsonaro se tornasse o líder de uma poderosa reação conservadora contra o avanço dos movimentos progressistas nos anos anteriores, uma resposta ao que percebiam como “ditadura do politicamente correto”. Por fim, sua campanha em 2018 revelou se apropriar das mesmas plataformas digitais utilizadas pelas campanhas feministas que eu havia estudado, mas dessa vez elas estavam sendo empregadas como instrumentos para disseminação de *fake news* e outras formas de desinformação com fins políticos altamente eficazes.

Desde 2019, intrigada por esses novos fenômenos, passei a estudar a ascensão do populismo conservador no Brasil e seus sintomas. Essa tese é uma síntese desses estudos. Nos últimos anos, estive analisando os discursos de diversos personagens, como a família Bolsonaro, o guru da direita Olavo de Carvalho e a produtora audiovisual Brasil Paralelo, embora não fosse meu intuito fazer um estudo específico sobre nenhum deles. Também investiguei as *fake news* e teorias da conspiração que surgiram durante

² TOLEDO, José Roberto. [Veja os últimos resultados de Datafolha e Ibope](#). **Piauí** (online), 01 out. 2018. Acesso em 02 jul. 2024.

³ DINIZ, Alexandre. [Por que Bolsonaro cresceu depois do #EleNão](#). **Jornal Opção** (online), 07 out. 2018. Acesso em 02 jul. 2024.

⁴ PINHEIRO-MACHADO, Rosana. [Mulheres pró-Bolsonaro: grupo no Facebook revela medo da ditadura da baranga](#). **Intercept Brasil** (online), 02 out. 2018. Acesso em 02 jul. 2024.

⁵ DORIA, Pedro. [Jair Bolsonaro: por que o deputado antes folclórico agora cativa milhões](#). **O Globo** (online), 28 out. 2018. Acesso em 03 jul. 2024.

a pandemia de Covid-19 e após as eleições de 2022, e que eram sintomas do modo como as plataformas digitais estavam reestruturando o debate público.

Com certeza, os fenômenos da desinformação e da pós-verdade são cruciais para entender a ascensão do populismo conservador, e serão discutidos ao longo deste trabalho. Por outro lado, a discussão sobre desinformação e extrema-direita parece frequentemente se concentrar em situações nas quais os indivíduos são *enganados*, ou influenciados a tomar decisões erradas com base em dados fictícios e/ou informações falsas, como na escolha de tratamentos médicos ou de candidatos políticos (Fallis, 2015, p. 402). Ainda que a distinção entre enunciados factuais e falsos seja relevante, minha intenção era pensar também os discursos ideológicos e morais que estavam em jogo (por exemplo, os discursos “em defesa da família”) e que nem sempre podiam ser classificados como desinformativos, mas que tinham como objetivo moldar ou reforçar determinadas crenças morais individuais – e, dessa forma, influenciar as atitudes políticas de forma duradoura.

Para discutir a ascensão do populismo conservador no Brasil, também percebi que seria fundamental entender como o combate à corrupção, que inicialmente havia sido instrumentalizado por grupos de mídia e partidos de oposição para atacar os governos petistas, acabou produzindo um clima de ceticismo generalizado, catalisando atitudes populistas e antissistema em grande parte da população (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 100). Durante o governo Bolsonaro, a luta contra a corrupção na política deu lugar às denúncias de desonestidade e parcialidade da mídia, da comunidade científica e do sistema judiciário, em um processo de questionamento da autoridade epistêmica dessas instituições.

O objetivo da tese é, portanto, tentar demonstrar como a peculiar combinação de discursos heterogêneos (discursos sobre corrupção, ideologia de gênero, marxismo cultural, vacinas, aborto, fraude nas urnas, Escola de Frankfurt, doutrinação ideológica, ditadura chinesa, liberdade de expressão etc.) vem produzindo um sistema de crenças coeso, capaz de circular em diferentes locais e influenciar milhões de pessoas. Procurei ressaltar os temas e argumentos que esses discursos apresentam, os mecanismos psíquicos e técnicos que colaboram para a sua aceitação e os processos sociais engendrados a partir deles.

A tese está dividida em três capítulos. O primeiro deles se concentra no discurso de combate à corrupção e suas consequências para a democracia. Propõe-se de início uma discussão sobre a transformação nos modos de estudar a corrupção desde os anos 1990, sob a influência de uma nova indústria global anticorrupção (Sampson, 2010). Na sequência, retorno aos eventos de Junho de 2013 para discutir como a entrada da corrupção como pauta significou uma guinada conservadora nos protestos (Melo & Vaz,

2018). A análise sugere que a luta contra a corrupção na política foi crucial para o surgimento das novas direitas no Brasil e que, a partir de 2015, a Operação Lava-Jato e a crise econômica foram utilizadas como pretextos para mobilizar a população brasileira contra “a roubalheira do PT”. Por fim, o capítulo propõe que o nexo construído entre corrupção e desigualdade social permitiu que a campanha de Bolsonaro se endereçasse às camadas de baixa renda da população, acusando a “baderna” promovida pelos governos petistas nas contas públicas de ser a responsável pela carência de serviços públicos de qualidade para a população.

O segundo capítulo discute o fenômeno das guerras culturais, uma expressão que busca descrever momentos de forte polarização social e afetiva, quando embates em torno de questões morais se tornam mais intensos e frequentes. Desde 2018, esse conceito tem sido utilizado tanto em análises sobre o bolsonarismo, quanto no discurso de grupos conservadores. No segundo caso, a guerra cultural é entendida como um conjunto de estratégias formuladas por pensadores marxistas no século XX que visavam promover uma mudança nos costumes, na cultura e nos valores ocidentais, reorganizando a sociedade segundo seus próprios ideais. Para estudar essa forma de discurso, foram escolhidos para análise doze documentários produzidos pela empresa Brasil Paralelo entre os anos de 2020 e 2022. A Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A é uma produtora audiovisual criada em 2016 que recebeu a alcunha de “Netflix da direita”⁶ por produzir conteúdos midiáticos que abordam temas da cultura, história e política brasileira sob um viés crítico conservador. A análise busca identificar os principais argumentos utilizados nos filmes para sustentar a crença em uma suposta *hegemonia cultural de esquerda* no país.

O terceiro e último capítulo parte do episódio *Brazil Was Stolen* (um movimento de caráter antidemocrático formado por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que se recusavam a aceitar o resultado das eleições presidenciais de 2022, e que culminou na invasão à Praça dos Três Poderes em Brasília no dia 08 de janeiro de 2023) para discutir quais os aspectos existentes na paisagem midiática contemporânea que vem colaborando para a proliferação de *fake news* e teorias da conspiração e para a formação de comunidades epistêmicas polarizadas. A discussão segue o diagnóstico proposto por diversos autores de que esses discursos estão colaborando para a crise de autoridade das instituições tradicionalmente responsáveis pela produção e difusão do conhecimento e reforçando o fenômeno das “bolhas informativas” e “câmaras de eco” nas plataformas digitais (McIntyre, 2018; Nguyen, 2018; Cesarino, 2021; Miguel, 2022). Por fim, o capítulo traça uma relação entre a temática da desinformação e o contexto de

⁶ ZANINI, Fabio. [Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'](#). *Folha de S. Paulo* (online), 29 mai. 2021. Acesso em 09 jun. 2024.

guerras culturais: sugere-se que líderes populistas como Donald Trump e Jair Bolsonaro vem acionando discursos de caráter conspiratório para interpretar a realidade e produzir um tipo particular de “crítica social”. As teorias conspiratórias sobre “marxismo cultural” e “globalismo”, por exemplo, fariam parte desse repertório interpretativo.

Por meio dessas três análises, a tese pretende colocar em evidência os vínculos entre populismo conservador, discursos conspiratórios e ressentimento. Embora Mudde e Kaltwasser apontem que o populismo é um conceito político bastante contestado, os autores oferecem uma definição minimamente consensual, segundo a qual todas as diferentes manifestações de populismo compartilham entre si alguma forma de apelo ao “povo” e uma denúncia contra as “elites” (Mudde & Kaltwasser, 2017, p. 5). Os autores também ressaltam que, em geral, o populismo aparece combinado a outras ideologias políticas, como o nacionalismo ou o socialismo, e a definição de “povo” e “elite” irá variar segundo a ideologia abraçada (Ibidem, p. 19-26). No caso do populismo conservador, o povo costuma ser identificado com os nativos da nação (por exemplo, os “verdadeiros” franceses e americanos, em contraposição aos imigrantes), ou com aqueles que compartilham certos valores morais, com frequência valores associados a determinadas crenças religiosas (por exemplo, os cristãos, em contraposição aos ateus ou aos muçulmanos). Já a definição de elite proposta pelo populismo conservador costuma incluir o *establishment* político e midiático, do qual faria parte uma suposta elite cultural e intelectual progressista responsável por disseminar valores através da mídia e da educação – como celebridades, intelectuais, jornalistas, professores etc. Partindo dessas definições, os populistas de direita acusam tais elites de atacarem os “modos de vida” estabelecidos e de utilizarem um Estado opressivo e oneroso para sufocar a iniciativa privada e prover privilégios para minorias não-merecedoras (Ibidem, p. 25).

As teorias da conspiração, por sua vez, podem ser definidas como explicações alternativas para determinados eventos ou fatos sociais que vão contra uma narrativa oficial amplamente conhecida e legitimada pelas autoridades, como a ciência, a mídia e os governos. Na nova explicação proposta por essas teorias, há sempre forças ocultas trabalhando por detrás dos panos, e a ordem social é o resultado de tramas intencionais orquestradas por atores poderosos e malévolos em segredo (Bergmann, 2018, p. 57). Portanto, de acordo com Sutton e Douglas (2014, p. 256), “acreditar em qualquer teoria da conspiração significa acreditar que as autoridades podem ser malévolas, que elas podem esconder suas maldades, e que explicações oficiais para eventos importantes podem ser mentiras”.

Já o ressentimento é a posição ocupada pelo sujeito quando busca um culpado para sua experiência de sofrimento, um *outro* a quem pode acusar de imoralidade e direcionar seus sentimentos de rancor e raiva. Como forma de aliviar sua dor, o homem

ressentido imagina um sistema moral que o inocenta e confirma sua superioridade em relação àqueles que concebe como imorais – ele precisa conceber o *outro* como *mau*, para poder sentir-se *bom* (Nietzsche, 2009; Deleuze, 2018). Ao criar esse sistema moral, no entanto, o sujeito torna-se “atado” à sua experiência de sofrimento e humilhação, incapaz de superá-la (Brown, 1995). Quando transferido para a política, o ressentimento tem consequências destrutivas, fazendo com que a convivência democrática com o outro seja substituída pela formação de grupos fechados, que se unem em torno de uma “agressão comum” e buscam por reparação, normalmente na forma de vingança contra seus “inimigos”.

Diante de um mundo incerto, ameaçador e incompreensível, no qual o avanço das tecnologias e da globalização vem contribuindo para aprofundar desigualdades sociais e aumentar a distância entre as elites e as pessoas comuns, o populismo conservador aciona discursos conspiratórios que permitem interpretar a realidade em termos maniqueístas, como uma luta do Bem contra o Mal, legitimando a sensação de injustiça e o rancor daqueles que se sentem “deixados para trás”:

Quando se sentem ansiosas e inseguras, as pessoas buscam cognitivamente encontrar padrões e sentidos secretos, com o objetivo de tornar o mundo inteligível. Quando se sentem impotentes e prejudicadas, as teorias da conspiração podem [...] ser aplicadas para culpar os outros pela própria infelicidade. (Bergmann, 2018, p. 60)

Nos próximos capítulos, tentarei demonstrar como isso tem sido colocado em prática pelo populismo conservador no Brasil. Dessa forma, me proponho a, como sugere Foucault (2023, p. 13), “reconhecer, por alguns sinais perceptíveis, o que está acontecendo” ao nosso redor. Interpretar os sintomas deste fenômeno, que desafia a nossa compreensão diariamente. *Diagnosticar o presente*, na esperança de que esse diagnóstico nos torne cada vez mais capazes de transformá-lo.

CAPÍTULO 1

A cruzada anticorrupção

No dia 27 de setembro de 2022, cinco dias antes do primeiro turno das eleições, quatro candidatos ao cargo de governador do Rio de Janeiro participaram de um debate promovido pela Rede Globo. Entre eles, estavam os candidatos Marcelo Freixo, do PSB (Partido Socialista Brasileiro), e Cláudio Castro, do PL (Partido Liberal), que concorria à reeleição e aparecia em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto, com Freixo em segundo lugar. No estado do Rio, Freixo e Castro reproduziam a nível estadual a polarização entre esquerda e direita que dividia o eleitorado brasileiro: Marcelo Freixo era o candidato preferido pela esquerda carioca e indicado de Lula ao governo do Estado; já Cláudio Castro, concorrendo pelo mesmo partido que Jair Bolsonaro, contava com os votos dos eleitores conservadores. Durante o debate, Freixo aproveitou a réplica de uma pergunta feita ao candidato Paulo Ganime (Partido Novo) para citar algumas das denúncias de corrupção feitas contra Castro:

Eu quero explicar para quem está assistindo a gente essas investigações que hoje acontecem sobre o governador Cláudio Castro. [...] O governador Cláudio Castro é investigado, tem uma testemunha que diz que ele recebeu 20 mil dólares pra passear com a família na Disney. E fruto de um favorecimento de contrato na Fundação Leão XVIII. [...] Ainda tem um inquérito no STJ, 1338, fraude na saúde, que gerou uma busca e apreensão na casa do Cláudio Castro. E foi o mesmo processo que tirou o Witzel do poder. Fraude na saúde e fraude na Fundação Leão XVIII significa tirar dinheiro de quem mais precisa, fazer a população que mais precisa não ter saúde. *Então a corrupção mata*, e é isso que a gente precisa vencer no Rio de Janeiro.⁷ (grifo nosso)

Na sequência, Ganime aproveitou o tema da corrupção introduzido por Freixo para criticar a ligação do candidato do PSB com o presidente Lula: “O Marcelo Freixo também está ligado com quem? Com alguém que foi condenado por corrupção, por envolvimento no maior esquema de corrupção do Brasil”. Falas como estas servem de exemplo do modo como as denúncias de corrupção tem dominado o debate político

⁷ [Veja como foi o debate com candidatos ao governo do RJ na Globo](#). **G1**, 28 set. 2022. Acesso em 30 jun. 2024.

contemporâneo no Brasil. A luta contra a corrupção é hoje um objeto de consenso, sendo utilizada em campanhas das mais diferentes tonalidades ideológicas, desde a esquerda progressista até a extrema-direita. Ao contrário de outras pautas, a luta contra a corrupção não é motivo de divergência ideológica e nem apanágio de um grupo político específico – afinal, *todos* são contra a corrupção.

Nesse sentido, ela é um terreno seguro para o debate político pois não arrisca afastar nenhum eleitor. Ao mesmo tempo, a denúncia de corrupção é uma estratégia fácil de empregar: basta uma investigação em curso, ou mesmo a associação com um nome suspeito de corrupção, para manchar a imagem de um adversário político. Por fim, é muito mais compreensível para o eleitorado o fato de que determinado candidato “roubou” dinheiro público, prejudicando toda a população, do que o modo como as suas propostas serão desfavoráveis aos interesses dessa ou daquela classe social. Assim, a corrupção “foi guindada à condição de problema político por excelência” (Vaz & Velasco, 2017, p. 64), e a necessidade de criar mecanismos eficientes para o seu combate é defendida tanto pela esquerda quanto pela direita, através de argumentos diversos: para alguns, a solução pode estar em ampliar a transparência na política e dar independência aos mecanismos de investigação; para outros, diminuir o tamanho da máquina pública e privatizar serviços, reduzindo as oportunidades de malfeitos.

Um dos argumentos acionados pelos defensores do combate à corrupção é o de que “a corrupção mata”, frase utilizada por Freixo no debate, mas que aparece com recorrência no debate público brasileiro e parece ter penetrado no senso comum. Vejamos alguns exemplos concretos de como, e por quem, este discurso está sendo utilizado, para em seguida discutirmos suas implicações. O primeiro exemplo provém de uma entrevista do então procurador da República Deltan Dallagnol, que ficou nacionalmente conhecido por integrar e coordenar a força-tarefa da Operação Lava-Jato. Em entrevista à jornalista Miriam Leitão, em março de 2015, Dallagnol afirmou que “a corrupção rouba a comida, remédio e a escola do brasileiro. *Quem rouba milhões mata milhões. O nosso parâmetro deve ser o crime de homicídio*” (Dallagnol *apud* Leitão, 2015, p. 20, grifo nosso).

O segundo exemplo também data de 2015, ainda no contexto da Operação Lava-Jato. Trata-se de uma coluna de opinião publicada no jornal A Gazeta (Espírito Santo), intitulada *Corrupção mata* e assinada pelo advogado Raphael Madeira Abad. No texto, o autor argumenta que penas mais duras deveriam ser aplicadas aos agentes públicos acusados de corrupção, crime que, segundo ele, “mais mata no Brasil”:

A corrupção mata, literalmente, do coração, os proletários obrigados a trabalhar mais de dez horas por dia para suportar uma das mais injustas cargas tributárias do mundo, e ainda mais para pagar a saúde,

a segurança e a educação que deveriam ser fornecidas em troca dos impostos.

Depois de tanto trabalhar, o cidadão ainda perde, em um ônibus lotado, as poucas horas que poderia gastar com lazer, cultura, convívio com a família, e especialmente o desporto, cuja falta gera o sedentarismo, obesidade, diabetes e tantos outros males que, para piorar, não são tratados por falta hospitalares.

Todas essas razões são determinantes para que seja alterado o tratamento jurídico conferido à corrupção, que deve ser disciplinada de acordo com a sua real nocividade. (Abad, 2015, p. 16, grifo nosso)

Esta passagem é particularmente interessante pelo contorcionismo intelectual apresentado: o sofrimento do proletário que trabalha várias horas por dia e é privado de lazer, cultura e saúde não é causado pela exploração e desigualdade inerentes ao sistema capitalista, mas pela “injusta carga tributária” brasileira e pela corrupção. Assim, fica implícito no texto de Abad que a solução para a luta da classe trabalhadora passaria pela redução dos impostos e pelo combate à corrupção na política.

O terceiro exemplo é de novembro de 2018 e foi proferido pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso, na sessão em que analisava se condenados por corrupção e crimes contra a administração pública poderiam ser beneficiados pelo indulto de Natal. Barroso, que votou contra o decreto, afirmou que a corrupção é “crime violento praticado por gente perigosa”, citando como consequências as mortes causadas pela falta de recursos para a saúde:

O fato de o corrupto não ver nos olhos a vítima que ele produz não o torna menos perigoso. A crença de que a corrupção não é um crime grave e violento e que os corruptos não são perigosos nos trouxe até aqui, a esse quadro sombrio em que recessão, corrupção e criminalidade elevadíssima nos atrasam na história e nos retém como um país de renda média, que não consegue furar o cerco.⁸ (grifo nosso)

Por último, o exemplo mais recente é retirado de um depoimento dado por Luana Araújo, médica infectologista ouvida durante a CPI da Covid no Senado, que investigou supostas omissões e irregularidades nas ações do governo federal durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. Quando questionada acerca do impacto da corrupção na gestão da pandemia, Luana respondeu:

Com relação a conhecimento político, o que eu detenho é o de cidadã. Então como cidadã, eu vou responder ao senhor: *corrupção mata*. Simples. Corrupção rouba dinheiro da onde (sic) ele deveria ser investido. E isso é uma resposta de uma cidadã, não estou nem falando como técnica especificamente. Mas se esse dinheiro é desviado principalmente de áreas que são cronicamente subfinanciadas, isso é

⁸ CAMPOS, João Pedroso. [‘Corrupção é crime violento praticado por gente perigosa’, diz Barroso](#). **Veja** (online), 28 nov. 2018. Acesso em 25 jun. 2024.

ainda mais complexo. Então, a resposta curta e direta à sua pergunta é que corrupção mata.⁹ (grifo nosso)

É possível perceber nos quatro exemplos a construção de uma relação causal entre a corrupção dos agentes públicos e o sofrimento da população: o nexos estabelecido é o de que, devido à existência de “administradores corruptos” e ao desvio de verbas, faltam recursos para a saúde, são cobrados mais impostos e a fiscalização das obras públicas é feita de forma negligente, provocando mortes que seriam, em outro contexto, evitáveis. Uma vez construída esta associação, a corrupção se torna uma explicação maior para as mazelas e injustiças existentes na sociedade. O discurso de combate à corrupção se revela, portanto, “um potente mecanismo de legitimação do capitalismo” (Melo & Vaz, 2018, p. 27), ao permitir que diversos males sociais, como subdesenvolvimento e desigualdade, sejam explicados “não mais pelas mecânicas do próprio capital, mas pela corrupção” (Vaz & Velasco, 2017, p. 84). Com seu discurso de correção moral e punição exemplar, a luta contra a corrupção encobre a necessidade de reformas sociais para corrigir injustiças causadas pela exploração econômica.

Neste sentido, o discurso anticorrupção pode ser visto como um dos sintomas do “desencantamento ideológico” (Rosanvallon, 2008, p. 47) nas sociedades ocidentais contemporâneas, quando a ideia de revolução entra em crise e o capitalismo e a democracia liberal aparecem como horizontes incontornáveis:

Quando a política era entendida essencialmente como o confronto entre sistemas mutuamente exclusivos baseados na luta de classes, transgressões particulares importavam menos. A questão da crítica ao status quo não era o desvio, mas a normalidade, de modo que a *denúncia de corrupção não substituía uma crítica do “sistema”*. O problema era a “lei do lucro” em geral, não os peculatos de alguns banqueiros desonestos. Era a norma em si que era desviante, não a transgressão à norma. (Rosanvallon, 2008, p. 46-47, grifo nosso)

Em nosso país, é comum o hábito de denunciar a corrupção como um problema histórico brasileiro, uma espécie de “herança” do período colonial cuja origem estaria localizada nas práticas patrimonialistas do Império português. Para Rodrigo Nunes, “desde sempre, a corrupção opera no imaginário público brasileiro como uma espécie de metaproblema, a causa mágica que, uma vez eliminada, resolveria todos os outros males do país” (2022, p. 34). A construção da corrupção como problema maior no Brasil também foi sustentada através de certas interpretações influentes sobre a formação política brasileira.

⁹ [Luana Araújo na CPI da Covid: ‘Na Saúde, corrupção mata’](#). UOL, YouTube, 02 jun. 2021. Acesso em 30 jun. 2024.

Em *Sobre o autoritarismo brasileiro*, por exemplo, a historiadora Lilia Schwarcz argumenta que “a despeito dos diferentes nomes e formatos que a prática tomou história afora, a corrupção esteve sempre perigosamente dentro do nosso Estado.” (2019, p. 123). A autora cita como exemplo a vinda da Coroa para o Brasil em 1808, quando teriam sido criados cargos na administração pública para atender aos amigos da Corte recém-chegada, ocasionando o “inchaço” da máquina pública:

Muitos deles eram parasitas do governo que dariam continuidade no Rio de Janeiro ao ofício exercido em Lisboa: comer à custa do Estado e nada fazer para o bem da nação. A máquina inchava, premiavam-se os conhecidos, e, para arcar com as novas despesas, via-se como única saída criar impostos, para que o Brasil inteiro pagasse a elevada conta. [...] *As despesas no Brasil se avolumavam, a máquina inflava, bem como crescia o patrimonialismo de Estado*, ligado aos novos imigrantes lusitanos, que vinham à colônia com a intenção de por aqui permanecer, ao menos enquanto a guerra continuasse na Europa e em território português. (Schwarcz, 2019, p. 71-72, grifo nosso)

Schwarcz retoma argumento apresentado por Raymundo Faoro, autor de *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro* [1958]/(2001) e uma das principais vozes no debate sobre o patrimonialismo brasileiro na década de 1970. Faoro (1993, p. 17) acreditava que o Brasil seria “herdeiro do patrimonialismo português” e, portanto, abrigaria um tipo de “capitalismo politicamente orientado [...] que controla, fomenta, estimula e faz da economia um apêndice do poder público”. Nas palavras de Luiz Werneck Vianna,

[...] o capitalismo nascido nesse chão não saberá reconhecer a força da empresa individual, do cálculo econômico racional, e será politicamente orientado. Nesse ambiente, a economia não se autonomiza da política, a sociedade civil não se aparta do Estado e a esfera privada dos interesses deve sua legitimação à esfera pública. (Vianna, 2009, p. 371)

Podemos recuar um pouco mais. Em *Raízes do Brasil* [1936]/(1995), Sérgio Buarque de Holanda descreve o “funcionário patrimonial” que marcaria o sistema administrativo brasileiro: para este tipo de funcionário, “a escolha dos homens que irão exercer funções públicas faz-se de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos, e muito menos de acordo com as suas capacidades próprias” (Holanda, 1995, p. 146). O historiador relaciona o tipo patrimonial a traços de caráter tipicamente brasileiros, que estão resumidos no conceito de “homem cordial”: o homem cordial é movido antes pelo afeto do que pela razão, além de ser marcado pelo “desejo em estabelecer intimidade”, mesmo no interior das relações burocráticas (Holanda, 1995, p. 148). Este tipo de sujeito “não trata com isenção amigos e inimigos, favorecendo em qualquer circunstância os primeiros em detrimento dos outros” (Wegner, 2009, p. 216).

As explicações para o atraso brasileiro deveriam ser buscadas, portanto, na tradição patrimonialista brasileira.

Para Jessé Souza (2011), esta linha de crítica inaugurada por Sérgio Buarque de Holanda e mais tarde seguida por Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, estava permeada por uma “idealização ingênua” da racionalidade e da eficiência de uma economia orientada pelo mercado, tal qual a norte-americana:

Tudo o que era “positivo” em [Gilberto] Freyre, a cordialidade, a emotividade e abertura ao “outro”, é transformado em “negativo” por [Sérgio] Buarque [de Holanda] e causa do atraso relativo brasileiro tanto na economia como na vida política. Começa aí a idealização dos EUA como terra da eficiência, da racionalidade e, acima de tudo, a terra das pessoas incorruptíveis e dignas de confiança, ao contrário dos brasileiros “cordiais” e sempre dispostos a sacrificar o interesse público e a racionalidade fria dos negócios em nome do interesse próprio e de seus amigos. [...] Desde Buarque, o ponto fundamental em todos esses autores extraordinariamente influentes é *a oposição entre um Estado percebido como causa de todos os males, posto que ineficiente, politicamente corrupto, e um mercado visto crescentemente como o reino de todas as virtudes.* (Souza, 2011, p. 34-35, grifo nosso)

Sem menosprezar a relevância e a contribuição destas análises teóricas em decifrar a formação sociopolítica brasileira, poderíamos ainda assim sugerir que tais diagnósticos sobre o patrimonialismo no Brasil ajudaram a naturalizar a ideia de que nosso país “sofre” de corrupção há pelo menos dois séculos, e que nossa escandalosa desigualdade social pode ser atribuída aos sucessivos “conchavos” dos administradores públicos desde os tempos do Império. Sob esta perspectiva, porém, “não importa que existam diferentes escolhas políticas possíveis, nem que elas impliquem resultados muito diversos; se tivéssemos políticos honestos no poder, o país seria próspero e haveria dinheiro para tudo” (Nunes, 2022, p. 34). Também será difícil explicar por que, em muitos países além do Brasil, “a competição política [...] está hoje reduzida ao confronto entre um governo acusado de corrupção e uma oposição que afirma ser um pouco menos corrupta” (Krastev, 2004, p. xiv).

No próximo item, tentaremos demonstrar o nexo entre crítica à corrupção e a defesa de uma economia com menos interferência estatal. Não por acaso, a crítica ao patrimonialismo nos círculos intelectuais brasileiros parece ganhar embalo em paralelo à ascensão do pensamento neoliberal no século XX. O já mencionado *Os Donos do Poder*, de Raymundo Faoro, por exemplo, só ganharia projeção nos anos 1970, quando “desloca-se, então, da margem da bibliografia e passa a fazer parte do seu *mainstream*” (Vianna, 2009, p. 369). Mas é principalmente na década de 1990 que este nexo será elaborado de forma a se tornar um consenso econômico, através da ordenação de uma “indústria anticorrupção” global (Sampson, 2010).

1.1. Novas perspectivas sobre a corrupção (1990-2000)

Ao entrarmos em um novo milênio, nós estamos conscientes de que a corrupção, em maior ou menor grau, representa uma ameaça não apenas ao meio-ambiente, aos direitos humanos, às instituições democráticas e aos direitos e liberdades fundamentais, mas também prejudica o desenvolvimento e aprofunda a pobreza de milhões em todo o mundo. Ao permitir que ela continue produzindo governos irracionais, movidos pela ganância e não pelas necessidades do povo, e interrompendo o desenvolvimento do setor privado, a corrupção negará até mesmo a mais fundamental das necessidades humanas – a esperança. (TI, 2000, p. xv)

Segundo Janine Wedel (2012, p. 454), a literatura acadêmica sobre a corrupção a partir da década de 1990 esteve fortemente marcada pelas agendas e perspectivas de economistas, interessados em investigar sobre as causas e soluções para o subdesenvolvimento no mundo. Citando Sampson (2010, p. 262), a autora propõe que nem sempre a corrupção foi o “tema quente” que ela se tornaria ao final do século XX, quando começa então a ser forjada uma “indústria anticorrupção” global (Sampson, 2010), que mobilizaria especialistas, instituições e recursos para o estudo do fenômeno e implementação de estratégias para combatê-lo.

De fato, durante a maior parte do século XX, o Ocidente fez vista grossa à corrupção nas nações subdesenvolvidas: por um lado, ela era uma ferramenta útil para manter a aliança de ditadores em países do Terceiro Mundo no contexto da Guerra Fria (Wedel, 2012, p. 460); por outro lado, investidores estrangeiros viam a corrupção como um atalho para superar as barreiras protecionistas impostas pelos governos destes Estados (Krastev, 2004, p. 6). O término da Guerra Fria significou o fim da tolerância ocidental com a corrupção em outras nações: “a corrupção podia agora ser confrontada sem a ameaça de perder um aliado” (Wedel, 2012, p. 460). A dissolução da União Soviética trouxe ainda outra consequência: a missão, assumida pelas instituições financeiras internacionais, de ajudar as nações do antigo bloco soviético a fazerem a transição para democracias liberais de mercado (Wedel, 2012, p. 461). Este processo de transição dos países do leste europeu, que deixavam de ser economias isoladas e controladas pelo Estado, serviu como uma conjuntura ideal para a construção de um consenso neoliberal anticorrupção (Sampson, 2010, p. 264).

Wedel (2012, p. 460) aponta que “após a Guerra Fria, as perspectivas oferecidas pela ciência política, sociologia, antropologia, criminologia e ciência jurídica teriam uma participação secundária em uma conversa sobre corrupção dominada pelos quadros econômicos”. Um dos principais atores nesta conversa, e na promoção da cruzada global contra a corrupção, a ONG Transparência Internacional (TI) foi fundada em 1993 por Peter Eigen, economista alemão “frustrado com o desperdício de ajuda no Leste

Africano, onde havia trabalhado junto ao Banco Mundial, e pelo fracasso do Banco em colocar mais restrições em seus empréstimos para líderes corruptos” (Sampson, 2010, p. 274). Ocupando lugares estratégicos junto aos diferentes fóruns e organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial, e com escritórios locais em diversos países, a TI produz e divulga relatórios técnicos, promove campanhas e convenções anticorrupção, além de influenciar a implementação de acordos e políticas internacionais para o combate à corrupção a nível global e local. Nesse sentido, a organização tem sido fundamental para legitimar e divulgar o novo consenso anticorrupção – e a marginalização de discursos não-econômicos sobre o assunto foi uma das condições para a emergência desse consenso (Krastev, 2004, p. 13).

Dentre as várias contribuições feitas pela TI, uma das mais significativas foi a criação do Índice de Percepção da Corrupção (IPC), divulgado pela primeira vez em 1995: o índice serve para estabelecer um ranking dos países pelo grau percebido de corrupção no setor público, de acordo com as opiniões de especialistas e empresários. Um dos principais empecilhos ao estudo da corrupção até a década de 1990 estava na dificuldade em mensurá-la adequadamente – e assim, traçar comparações, testar hipóteses e construir teorias sólidas (Johnston, 2001, p. 157). Como a própria organização reconhece, a “corrupção geralmente envolve atividades ilegais e deliberadamente ocultas, que só vêm à tona por meio de escândalos ou processos judiciais. Isso dificulta muito a medição”¹⁰. Ademais, é preciso levar em consideração que as percepções sobre a prevalência da corrupção podem ser influenciadas por uma diversidade de fatores que não necessariamente refletem o aumento no número factual de casos.

A criação do índice também é sintomática de uma nova perspectiva hegemônica nas pesquisas sobre corrupção. A inexistência de medidas de corrupção na literatura acadêmica até a década de 1990 pode ser explicada pela abordagem holística e contextualizada do conhecimento produzido sobre ela até aquele momento. Durante a Guerra Fria, cientistas sociais e antropólogos conduziam estudos de caso e pesquisas etnográficas nos países de Terceiro Mundo, muitas vezes se deparando com práticas que poderiam ser consideradas corruptas, como sistemas informais de trocas sociais e econômicas, relações clientelistas, redes de reciprocidade etc. Nestes debates, estava claro que “divisões institucionais claras entre o público e o privado não eram universais” (Wedel, 2012, 459), e que a diferenciação deveria ser a metodologia básica nos estudos sobre corrupção (Krastev, 2004, p. 11). Seria impensável, para este tipo de ciência, que

¹⁰ [The ABCs of the CPI: How the Corruption Perceptions Index is calculated](#). Transparency International (online), 20 dez. 2021. Acesso em 30 jun. 2024.

uma cartilha de recomendações sobre boa governança e condutas econômicas pudesse resolver o problema da corrupção se aplicada a diferentes sociedades, dada a singularidade de cada cultura e suas práticas. A criação do IPC marcaria um deslocamento radical no discurso sobre a corrupção:

A corrupção deixava de ser sobre anedotas e análises sensíveis ao contexto. O estudo da corrupção foi retratado como semelhante ao estudo da inflação. As causas da corrupção foram reduzidas ao efeito do papel dos governos na política. O índice de corrupção da Transparência Internacional, projetado como um instrumento de relações públicas, foi estrategicamente transformado em dados concretos com base nos quais as novas políticas anticorrupção começaram a ser desenhadas. Economistas conseguiram resolver o problema básico no que dizia respeito à corrupção – a falta de dados, e com base na legitimidade desfrutada por qualquer tipo de análise quantitativa, radicalmente marginalizaram discursos não-econômicos sobre a corrupção. (Krastev, 2004, p. 12)

Ao tornar a corrupção quantificável, o índice teve um impacto tremendo no debate público, tornando-se importante instrumento para a oposição aos governos dos países que ocupavam as piores posições no ranking e, mais importante, abrindo as portas para os estudos estatísticos que traçariam relações de causalidade entre corrupção e subdesenvolvimento, pobreza e desigualdade (Melo & Vaz, 2018, p. 28). Este foi o primeiro passo na construção de um novo conhecimento institucional sobre a corrupção, que seria então mobilizado para alertar a comunidade internacional sobre os seus malefícios, assim legitimando a implementação de um pacote de reformas políticas e econômicas. Crucial para este novo consenso é a premissa de que as intervenções estatais na economia são a maior fonte de corrupção, e que a privatização da atividade econômica é o melhor antídoto contra ela. Como ficará claro, a retórica anticorrupção acabou funcionando como justificativa para avançar políticas neoliberais no campo da economia e da governança pública que antes eram duramente criticadas por ativistas progressistas locais – e que foram amplamente aceitas por estes mesmos grupos quando voltaram embaladas em um pacote anticorrupção (Krastev, 2004, p. 13).

O relatório *Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank*¹¹, divulgado em 1997 pelo Banco Mundial, é sintomático deste processo: por exemplo, o relatório define corrupção como “abuso de cargo público para ganhos privados” (World Bank, 1997, p. 8), acepção que ignora condutas desonestas ou ilegais no setor privado. Entre as consequências da corrupção apontadas pelo relatório estão o detrimento da estabilidade macroeconômica pela perda de receita e excesso de gastos, redução dos investimentos estrangeiros, aumento de custos para os pequenos empreendedores,

¹¹ “Ajudando Países a Combaterem a Corrupção: O Papel do Banco Mundial”.

ameaça à preservação do meio ambiente e maior sofrimento da população pobre (1997, p. 18-19). Como forma de combater o problema, o relatório sugere que

A reforma da política econômica deve ser o principal pilar de uma estratégia anticorrupção em muitos países. *A desregulamentação e a expansão dos mercados são ferramentas poderosas para controlar a corrupção*, e o Banco continuará a encorajar os governos a perseguirem estes objetivos sempre que possível. [...] Os mercados geralmente disciplinam os participantes de forma mais eficaz do que o setor público [...] (World Bank, 1997, p. 35, grifo nosso)

Recomendações semelhantes são encontradas em *Confronting Corruption: The Elements of a National Integrity System*¹², livro referência da Transparência Internacional publicado no ano 2000. Nele, a organização propõe uma definição mais ampla de corrupção do que aquela dada pelo Banco Mundial: corrupção seria o abuso de poder calcado em uma relação de confiança (*entrusted power*) para obter benefícios privados. Embora esta nova definição passe a incluir condutas corruptas no setor privado, o texto frisa que a corrupção “envolve comportamentos da parte de *oficiais no setor público*, sejam políticos ou funcionários públicos, através dos quais eles enriquecem a si próprios ou a pessoas próximas, de forma indevida e ilegal, abusando do poder que lhes foi confiado” (TI, 2000, p. 2).

Uma das respostas apontadas pelo livro ao problema da corrupção seria a reforma de programas e políticas públicas. O primeiro caminho apontado para esta reforma (“e com frequência a melhor opção”, segundo o texto) é a simples eliminação de certos programas – “muitos países possuem regras e regulações que, mesmo que administradas honestamente, não atendem a um propósito público maior” (TI, 2000, p. 27). Nos casos em que essa redução de programas não é possível, outra resposta seria a privatização; entende-se que a substituição de empresas estatais pelo setor privado poderia reduzir as oportunidades disponíveis para práticas corruptas, “simplesmente porque os métodos de responsabilização do setor privado e a necessidade de operar tendo em vista um ‘resultado final’ lucrativo são fortes incentivos aos gestores para implementar estratégias anticorrupção internas” (TI, 2000, p. 27-28).

Tais recomendações evidenciam aquilo que Barry Hindess definiu como uma “agenda internacional complexa” de normalização dos Estados segundo um programa de governo neoliberal (Hindess, 2009, p. 20). Embora o autor reconheça que a Transparência Internacional não possui qualquer tipo de poder coercitivo para forçar as nações a implementarem suas reformas (diferente do Banco Mundial e do FMI, por exemplo, que podem condicionar seus empréstimos à adoção de suas diretrizes

¹² “Confrontando a Corrupção: Os Elementos de um Sistema de Integridade Nacional”.

econômicas), ainda assim, ela vem ajudando a construir um persuasivo imaginário sobre a corrupção enquanto um problema urgente e um empecilho para o desenvolvimento econômico, sugerindo, ao mesmo tempo, um conjunto de medidas que os governos nacionais podem aplicar por conta própria. Dessa forma, a organização trabalharia promovendo um “ambiente institucional no qual investidores estrangeiros se sintam em casa para fazer seus negócios” (Hindess, 2009, p. 28).

Nesse sentido, Walfrido Warde (2018, p. 117) vê na legislação anticorrupção que se mundializou um “magnífico instrumento de guerra comercial” a favor dos interesses norte-americanos. Segundo o autor, os Estados Unidos se afirmaram como “a polícia anticorrupção do planeta” desde a promulgação da *Foreign Corrupt Practices Act*, em 1977 – lei que penalizava “qualquer pessoa que se relacione [...] com o país e que se engaje na prática de condutas consideradas corrupção no exterior” (Warde, 2018, p. 112). Na prática, os EUA, cuja legislação permite uma série de práticas consideradas corruptas em outros países (como o *lobby* empresarial e o financiamento privado de campanhas políticas), buscavam impedir que as empresas de outras nações se valessem da corrupção para obter vantagens comerciais em seus próprios territórios.

Certamente, certas agendas econômicas são favorecidas quando uma longa lista de mazelas sociais passa a ser diretamente atribuída à existência da corrupção, especialmente quando esta corrupção parece estar restrita aos delitos cometidos por políticos, governantes e servidores públicos. Portanto, ainda que existam aqueles francamente preocupados com as consequências deletérias da apropriação privada de recursos públicos na política brasileira, é urgente reconhecer também os prejuízos e estragos que vem sendo causados por essa cruzada moral anticorrupção – dentre estes, a desvalorização da atividade política e da democracia, retirando delas “o papel de ação coletiva de transformação social e construção de futuro” (Vaz & Velasco, 2017, p. 84). Na sequência, nos debruçaremos sobre as Jornadas de 2013, quando as ruas e as redes brasileiras foram tomadas pela indignação com a corrupção dos políticos e que marcou o início do ciclo político de ascensão da nova direita no Brasil.

1.2. Junho de 2013: de apoteose à crepúsculo da democracia?

Para Jessé Souza, “existe uma linha clara de continuidade entre as glorificadas e midiaticamente manipuladas manifestações de junho de 2013, as assim chamadas ‘jornadas de junho’, e o golpe de abril de 2016” (Souza, 2016, p. 87). Segundo o autor, os protestos de 2013, que começaram focados em políticas municipais de transporte público, foram apropriados pela oposição conservadora ao governo federal, com forte influência e apoio da mídia neste processo. Jessé cita especificamente a cobertura do Jornal Nacional (Rede Globo), que mudou de tom conforme as manifestações passaram

a englobar mais críticas ao governo petista, especialmente a pauta anticorrupção. Nesse sentido, as jornadas de 2013 podem ser vistas como a primeira pedra que pavimentou o caminho até o impedimento da ex-presidente Dilma.

De fato, a hipótese de Jessé ganha força quando observamos os índices de aprovação da presidente antes e depois das manifestações. Em março de 2013, pesquisas apontavam que o governo de Dilma era aprovado por 63% dos brasileiros, sendo que a popularidade pessoal da presidente era ainda maior, chegando a 79%. Naquele mês, apenas 7% dos entrevistados avaliavam sua gestão como “ruim ou péssima”¹³. Em julho do mesmo ano, apenas quatro meses depois, as pesquisas revelavam um cenário bastante diferente: a aprovação do governo Dilma caíra de 55 para 31%, chegando ao mesmo patamar daqueles que consideravam o governo “ruim ou péssimo”¹⁴. Os índices de aprovação pessoal da presidente também se inverteram: após as manifestações de junho, o índice de entrevistados que desaprovavam Dilma subiu de 25% para 49%, superando aqueles que aprovavam a presidente (Figura 1).

Figura 1. Pesquisa Ibope mostra queda na avaliação do governo Dilma após manifestações.



Fonte: [Globoplay](#). Acesso em 30 jun. 2024.

A série de manifestações ocorridas nas ruas de diversas cidades brasileiras ao longo do mês de junho de 2013 teve seu início nos protestos contra o aumento na tarifa do transporte público. Para Singer (2018, p. 28), “os protestos se originaram em propostas de grupos de esquerda extrapetista que buscavam se conectar à nova classe

¹³ CAMPANERUT, Camila. [Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope](#). **UOL** (online), 19 mar. 2013. Acesso em 25 jun. 2024.

¹⁴ OLIVEIRA, Mariana; PASSARINHO, Nathalia. [Aprovação do governo Dilma cai de 55% para 31%, aponta Ibope](#). **G1** (online), 25 jul. 2013. Acesso em 27 jun. 2024.

trabalhadora”. Dentre estes grupos, cabe mencionar o protagonismo do Movimento Passe-Livre, responsável por convocar as manifestações na cidade de São Paulo, palco principal das manifestações. Os primeiros atos, que tiveram início em 06 de junho, ocorreram em poucas cidades e reuniram um número reduzido de manifestantes¹⁵. Nesse primeiro momento, os atos eram retratados pela grande mídia de forma negativa, focando na interdição de avenidas que atrapalhavam a circulação da população e nos atos de vandalismo e depredação que ocorriam como consequência dos confrontos entre manifestantes e a polícia¹⁶. Conforme os protestos ganhavam força (embora ainda limitados à pauta do aumento da tarifa), entra em cena outro protagonista das Jornadas: as redes sociais. Pela internet, eram divulgados registros da violenta repressão policial aos atos, inclusive por meio de transmissões ao vivo, oferecendo uma cobertura dos protestos alternativa à mídia tradicional.

A manifestação do dia 13 de junho, em São Paulo, é o momento decisivo para entender a mudança no rumo dos protestos: naquele dia, houve intenso confronto com as forças policiais, que fizeram uso de bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e tiros de balas de borracha para impedir que os manifestantes chegassem à Avenida Paulista. Cerca de 200 pessoas foram detidas e inúmeros ficaram feridos¹⁷. A indignação diante das imagens de manifestantes e jornalistas atingidos pela truculência policial leva milhares de pessoas às ruas na segunda-feira seguinte, dia 17 de junho, em diversas cidades do país. Em São Paulo e no Rio de Janeiro, estima-se que 100 mil pessoas compareceram aos protestos.

No dia seguinte, a manchete do jornal O Globo anunciava “O Brasil nas ruas” e frisava que os protestos foram “convocados nas redes sociais” e “marcados pela ausência de partidos na organização” (Figura 2). Uma fotografia aérea de uma multidão ocupando a Avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, ocupa quase metade da capa da edição – que traz ainda mais duas imagens: um carro incendiado próximo à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a marquise do Congresso Nacional ocupada por manifestantes. Os textos da capa frisam que as manifestações foram pacíficas na maioria das cidades, e que os atos de violência registrados foram “condenados pela maioria dos participantes”.

¹⁵ SCRIVANO, Roberta. [Protestos contra reajuste de ônibus provocam tumulto em 4 capitais](#). **O Globo** (online), 06 jun. 2013. Acesso em 30 jun. 2024.

¹⁶ HERDY, Thiago. [São Paulo vira 'praça de guerra' no confronto mais violento em ato contra aumento de tarifa](#). **O Globo** (online), 11 jun. 2013. Acesso em 25 jun. 2024.

¹⁷ [4º protesto contra tarifa em SP tem novo confronto e mais de 200 detidos](#). **G1** (online), 14 jun. 2013. Acesso em 01 mar. 2024.

Figura 2. Capa do jornal O Globo, edição de 18 jun. 2013.

O GLOBO

TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2013 ANO LXXXVIII - Nº 23870 Irineu Marinho (1876-1925) — (1904-2003) Roberto Marinho RIO DE JANEIRO oglobo.com.br

UM PAÍS QUE SE MEXE

O Brasil nas ruas

Convocados nas redes sociais, protestos mobilizam pelo menos 240 mil pessoas em 11 capitais
Redução do preço das tarifas de ônibus é mais importante bandeira do movimento, que reúne principalmente jovens e é marcado pela ausência de partidos na organização; atos foram pacíficos na maior parte das cidades. Para Dilma, manifestações são legítimas

Numa mobilização como há muito não se via no Brasil, pelo menos 240 mil pessoas, em sua maioria jovens, tomaram ontem as ruas de 11 capitais para protestar principalmente contra o aumento das passagens de ônibus. No Rio, o público foi estimado entre 80 mil e 100 mil. Em tempos de internet, os atos foram marcados pelo uso intensivo das redes sociais para convocar participantes e pela ausência de partidos políticos, sindicatos e da União Nacional dos Estudantes entre os organizadores. Desta vez, o comportamento da polícia faz diferença. Em São Paulo, o governo cumpriu a promessa de não fazer uso da tropa de choque ou atirar balas de borracha. Os protestos foram pacíficos na maioria das cidades, mas houve alguns atos de violência em Porto Alegre, Rio e Maceió, condenados pela maioria dos participantes. País afóra, outros temas, como gastos com a Copa e o projeto que limita poderes de investigação do MP apareceram nas faixas. Vaiada na abertura da Copa das Confederações, a presidente Dilma disse que as manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. **PÁGINAS 3 A 11**



NO ALVO DE RADICAIS Um carro foi incendiado e a Alaj foi depredada no Rio por um grupo de radicais, que não teve apoio da maioria. Em Brasília, manifestantes furaram o bloqueio e subiram no teto do Congresso.

Entreouvindo em Brasília **CHICO**
— Que começo de semana!

DILMA ROUSSEFF: "As manifestações pacíficas são legítimas e próprias da democracia. É próprio dos jovens se manifestarem."

EX-PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE: "Desqualificá-los como ação de badmeiros é grave erro. Dizer que são violentos nada resolve."

EX-PRESIDENTE LULA: "A única certeza é que o movimento social e as reivindicações não são coisa de polícia, mas de mesa de negociação." **PÁGINA 10**

Seleção atrai 7 mil no Ceará
Felipão contraria determinação da Fifa e abriu as portas do estádio, onde a seleção treinava em Fortaleza, para sete mil torcedores. **CADERNO ESPORTES**

Taiti perde sob aplausos
O público mineiro adotou a seleção taitiana, apesar da goleada de 6 a 1 para a Nigéria. A seleção africana desembarca hoje em Salvador. **CADERNO ESPORTES**

Estrangeiros deixam Bolsa
Este mês, os estrangeiros saíram US\$ 5,1 bi da Bovespa, recorde em 5 anos. Já os brasileiros enviaram US\$ 8,5 bi ao exterior no ano. O dólar subiu a R\$ 2,166. **PÁGINAS 2 e 22**

O imbróglio da espionagem
Rússia, Turquia e China cobraram explicações dos EUA e do Reino Unido por terem sido espionados na rede denunciada pelo ex-agente da CIA. **PÁGINA 26**

Síria isola Putin no G-8
As divergências sobre a guerra síria isolaram o presidente russo e criaram constrangimento no seu encontro com Obama, que terminou sem consenso. **PÁGINA 26**

Uma geração sem ocupação
Em dez anos, aumento de 12,6% para 16,2% o percentual de jovens cariocas entre 15 e 24 anos que não estudam, não trabalham e não procuram emprego. **PÁGINA 8**

Preço desta exemplar no Estado do Rio de Janeiro: R\$ 2,50. Circulam com esta edição: Segundo Caderno, Revista Amanhã e caderno Esportes

Fonte: Acervo O Globo. Acesso em 30 jun. 2024.

Nas manifestações que ocorreriam daquele momento em diante, “outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena, multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas” (Singer, 2013, p. 25). À medida que os protestos se agigantavam em todo o país, a luta pela redução das tarifas de transporte ia sendo engolida por outras pautas. Sob o slogan “Não é por 20 centavos, é por direitos”, a lista de reivindicações foi ampliada e passou a incluir, por exemplo, críticas aos gastos com a construção de estádios para a Copa do Mundo e à falta de investimento em educação e saúde – o que já sinalizava uma mudança de foco na indignação, dos governos municipais para o governo federal.

O momento marcou também uma mudança no tom da cobertura midiática sobre os protestos, que passou a ser majoritariamente positiva. Começava ali, então, “a criação estética e moral do movimento antigoverno federal capitaneado pela grande imprensa: os ritos passaram a ser cantar o hino nacional, vestir a camisa da seleção, ter a cara pintada e usar a bandeira nacional” (Souza, 2016, p. 91). Observemos, por exemplo, o trecho de abertura da matéria “Vandalismo sem causa”, publicada em O Globo, no dia 12 de junho:

A manifestação que reuniu estudantes, ativistas de movimentos sociais e militantes políticos, na noite de segunda-feira, deixou um rastro de vandalismo no Centro do Rio. Lixeiras e até monumentos históricos tombados foram danificados durante o protesto contra o aumento das passagens de ônibus da cidade. Na manhã de ontem, três pedras, uma deles (sic) com cerca de dez centímetros, foram encontradas numa sala da centenária Igreja Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé. As pedras foram atiradas por manifestantes e danificaram cinco vitrais que tinham sido restaurados em 2008. (Costa & Goulart, 2013, p. 10)

Menos de uma semana depois, no dia 18 de junho, o mesmo jornal publica a reportagem “‘Primavera carioca’ leva multidão de manifestantes ao Centro”. Desta vez, a manifestação é “grandiosa e plural”, os manifestantes são “pacíficos” e os atos de vandalismo, mencionados brevemente, são atribuídos apenas a “um grupo”.

Grandiosa e plural. Milhares de pessoas tomaram, a partir do fim da tarde de ontem, as principais vias do Centro do Rio para protestar contra o aumento das passagens de ônibus, indo em passeata até a Cinelândia. Foi o quinto ato desse tipo na cidade nos últimos dias. Os manifestantes, que começaram a se concentrar na Candelária, transformaram a Avenida Rio Branco num tapete humano. Havia gente de todas as idades, a maioria vestida de branco para marcar o tom pacífico da manifestação. *No final, porém, um incidente foi provado por um grupo que tacou pedras no prédio da Assembleia Legislativa do Rio, quebrando janelas e lustres, e ateou fogo num carro. [...]* Enquanto rumava para a Cinelândia, a multidão aproveitou para ocupar as escadarias da Câmara dos Vereadores e do Teatro Municipal, onde estenderam uma bandeira do Brasil. Lá, as pessoas cantaram o hino importado dos campos de futebol: “Sou brasileiro com muito orgulho”. (Werneck, Goulart & Araújo, 2013, p. 4, grifo nosso)

Embora mencione a questão do aumento das passagens de ônibus, a matéria também dá destaque à pauta de combate à corrupção, que passa a ser cada vez mais central nesta segunda fase das manifestações (compreendida entre os dias 17 e 21 de junho). A reportagem traz, por exemplo, a seguinte fala de um estudante presente na manifestação do dia 17, no Rio: “O fato de sermos de uma escola de classe média alta não faz diferença para *lutar contra a corrupção que está por trás do aumento das passagens*” (Werneck, Goulart & Araújo, 2013, p. 4, grifo nosso). Desse modo, vai sendo construído o nexos entre corrupção e precariedade dos serviços públicos, essencial para que os protestos fossem generalizados e passassem a incluir, também, as pautas da classe média tradicional, que tipicamente não é usuária destes serviços. No dia 19 de junho, O Globo publica a coluna de opinião de Merval Pereira, intitulada “Corrupção é o foco”: “Mesmo que as reivindicações sejam várias e muitos cartazes exibam anseios mal explicados ou utopias inalcançáveis, *há um ponto comum nessas manifestações dos últimos dias: a luta contra a corrupção.*” (Pereira, 2013, p. 4, grifo nosso).

Uma pesquisa realizada pelo Ibope no dia 20 de junho, em oito cidades, deixa claro este deslocamento¹⁸: quando perguntados sobre quais reivindicações os levaram a participar dos protestos, 60,5% dos entrevistados citaram o ambiente político (contra a corrupção e os desvios de dinheiro público, necessidade de mudança, insatisfação com os governantes e políticos em geral etc.), enquanto 53,7% falaram sobre o transporte público (redução das tarifas, melhoria do sistema, aumento da frota etc.). Nas redes sociais e na grande mídia, espalha-se o discurso de que “o povo acordou” e foi para as ruas “exigir mudanças”. Como notou Gilberto Calil, “a forte disseminação do discurso antipartidário e o elogio midiático do caráter ‘espontâneo’ das manifestações [...] implicavam também na desqualificação dos sindicatos e centrais sindicais” (Calil, 2013, p. 394). Nesse sentido, outro sintoma importante da guinada conservadora dos protestos é a hostilidade que manifestantes passam a expressar contra a presença dos partidos políticos e de entidades sindicais nos atos:

Mais uma vez, militantes de partidos políticos e organizações sindicais foram hostilizados pelos manifestantes e expulsos dos protestos. Em São Paulo, cerca de 100 integrantes do PT, usando camisetas vermelhas e com bandeiras na mão, chegaram a ser empurrados, xingados e trocaram socos e pontapés com jovens que gritavam “fora, PT”. Diante do repúdio dos manifestantes aos partidos políticos, militantes do PT, do PSB, do PCdoB e de outras legendas, como o PSTU e o PSOL, decidiram participar dos protestos em Brasília sem camisas, bandeiras ou qualquer outra identificação das siglas.

No Rio, os manifestantes que tomaram ontem a Avenida Presidente Vargas, no centro do Rio, não pareciam dispostos a deixar que

¹⁸ [Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes](#). **G1** (online), 24 jun. 2013. Acesso em 15 jun. 2024.

participantes tirassem proveito partidário do movimento. Houve brigas para evitar que isso acontecesse em vários momentos. Logo na concentração, junto à Igreja Candelária, cerca de dez militantes usando camisetas da CUT, carregando bandeiras e panfletos, aguardavam o início da caminhada, quando foram cercados por um grupo de 20 manifestantes, que rasgaram as bandeiras e quebraram os mastros. (Escalada..., 2013, p. 3)

A este respeito, Merval Pereira comentou em sua coluna de opinião publicada no dia 21 de junho no jornal: “O fato de *militantes petistas* com suas bandeiras terem sido rechaçados nas manifestações em diversos estados ontem é um bom indício de que o movimento que chegou aos *corações e mentes da classe média* não se deixou contaminar por partidarismos” (Pereira, 2013, p. 4, grifos nossos). A leitura do jornalista mostra como, através dos meios de comunicação, a oposição ao governo se esforçava para reenquadrar as manifestações como *um embate entre as classes médias e o Partido dos Trabalhadores*, apropriando e ressignificando conservadoramente “as críticas do MPL ao Estado por gastar na Copa e não nos transportes” (Melo & Vaz, 2018, p. 37). A entrada da luta anticorrupção permitiu retirar das pautas originais dos protestos o seu caráter de crítica ao capital e à lógica de mercadoria que organiza o transporte público brasileiro, transferindo o foco para a (i)moralidade da classe política: assim, “ressurge a ideologia que estabelece vínculo de causalidade entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer a população de que, se a corrupção fosse varrida, haveria recursos para todos viverem bem” (Singer, 2018, p. 120).

Com a revogação do aumento das tarifas do transporte público, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, o Movimento Passe-Livre emitiu uma nota no dia 21 de junho na qual anunciava que não convocaria novas manifestações em São Paulo, afirmando ser “um movimento social apartidário, mas não antipartidário”¹⁹. Em entrevista à Rádio CBN, um dos integrantes do grupo expressou o incômodo com os rumos dos protestos: “O movimento não deve mais convocar manifestações, levando em conta algumas pautas conservadoras que foram levantadas como a redução da maioria penal” (Amorim, 2013, p. 18). Com a saída do MPL, outros grupos surgidos nas redes sociais, como o *Revoltados Online*²⁰, passaram a convocar os protestos, dessa vez com a pauta anticorrupção em foco (Farah & Carvalho, 2013, p. 7).

¹⁹ [MPL critica violência contra grupos que não pertencem ao movimento](#). G1 (online), 21 jun. 2013. Acesso em 25 jun. 2024.

²⁰ O movimento *Revoltados Online*, fundado pelo administrador de empresas paulista Marcello Reis, viria a ser um dos protagonistas nas manifestações a favor do impeachment de Dilma Rousseff a partir de 2015 (Pavarin, 2017).

João Cezar de Castro Rocha (2021, p. 391) afirma que “a bibliografia sobre as Manifestações de Junho de 2013 é a Biblioteca de Babel contemporânea” – de fato, são inúmeras e diversas as interpretações e análises que pensam as Jornadas de Junho e suas consequências para a política brasileira recente. Diante de tamanha amplitude, a breve retrospectiva aqui apresentada pode parecer superficial e irrelevante, incapaz de dizer qualquer coisa que já não tenha sido dita antes. Ainda assim, para montar o quebra-cabeça sobre as disputas políticas e morais contemporâneas no Brasil, que constituem o objeto desta pesquisa, voltar até 2013 é forçoso. Em muitos sentidos, ainda estamos vivendo um ciclo político que teve seu início em 2013 e é marcado por uma radical crise de representação, uma crise que atinge diretamente a política institucional, mas que também respinga no jornalismo, na ciência e na democracia.

Nesse sentido, é sintomática a entrevista dada por Eduardo Paes para o jornal O Globo no mês em que as Jornadas de Junho completaram 10 anos. Paes era o prefeito da cidade do Rio de Janeiro durante o ciclo de protestos de 2013. Considerado um político “profissional” e antigo aliado de políticos condenados por corrupção (como o ex-governador Sérgio Cabral), Paes acabou derrotado pelo juiz Wilson Witzel quando concorreu ao cargo de governador em 2018, justamente no auge da onda “antissistema” que elegeu Bolsonaro para a presidência. Em 2020, foi eleito para um terceiro mandato como prefeito, derrotando Marcelo Crivella, que buscava a reeleição. Na visão de Paes, durante junho de 2013,

Criou-se um diagnóstico equivocado na época de que aquilo tudo era sobre a qualidade dos serviços públicos. Sempre achei que não tinha nada a ver com isso. *Não tinha pobre na rua. Tinha uma classe média que nem ônibus usava. Tinha muita coisa contra corrupção, contra a política.* [...] “Aí as pessoas acabaram buscando solução onde não tinha nada para resolver o problema delas. No Rio, temos a experiência mais traumática dessa antipolítica. Fomos governados por um bispo como prefeito (Marcelo Crivella), um ex-juiz como governador (Wilson Witzel) e um capitão na Presidência (Jair Bolsonaro). *É a falência total da representação política.*”²¹ (grifo nosso)

Para Francisco Bosco (2017, p. 64), um dos sentidos inequívocos de 2013 é que, “de lá para cá, amplos setores da sociedade brasileira despertaram do marasmo político e passaram a ocupar espaços públicos, urbanos, midiáticos tradicionais, institucionais e sobretudo digitais”. Bosco aponta que desde 2013 as redes sociais digitais passaram a ocupar um papel central no debate político, constituindo um novo espaço público dotado de características próprias: por um lado, mais democrático; por outro, mais tenso, indócil, polarizado, dogmático e violento (Bosco, 2017, p. 70)

²¹ NIKLAS, Jan. [Entrevista: ‘O que saiu dali não melhorou nem qualificou a política’, diz Eduardo Paes sobre junho de 2013](#). O Globo (online), 11 jun. 2023. Acesso em 27 jun. 2024.

Outra questão apontada pelo autor, que se correlaciona intimamente com as características desse novo espaço público, é a “instauração de um processo permanente de explicitação de todos os conflitos” (Bosco, 2017, p. 25) na sociedade brasileira, processo marcado pela emergência das lutas identitárias: observamos, desde 2013, a ascensão de diversos movimentos de minorias sociais e a repercussão de suas pautas na mídia (tradicional e digital) – especialmente o feminismo e o movimento negro. Neste processo, muitas questões morais passaram a ser alvo de disputa política (vale citar, por exemplo, as discussões sobre relacionamentos abusivos, o reconhecimento das identidades trans e a temática do discurso de ódio e do preconceito). Porém, exatamente no mesmo período, uma direita ultraconservadora passou a se mobilizar *reativamente* no Brasil, trazendo suas próprias demandas: a luta contra o ensino sexual nas escolas, a preservação da família e dos papéis de gênero tradicionais, a redução do Estado e dos gastos com políticas sociais etc.

Para Camila Rocha (2021, p. 146), “certamente, após 2013 ficou claro para a nova direita emergente que, a partir daquele momento, seria possível reunir um número grande de pessoas nas ruas para protestar por pautas que não fossem de esquerda”. Assim, embalados pela queda livre da popularidade de Dilma e pelo deflagrar da midiaticizada Operação Lava-Jato em 2014, movimentos de direita recém-surgidos nas redes sociais foram capazes de dar direção ao sentimento “abstrato e genérico ‘contra tudo que está aí’” (Bosco, 2017, p. 62), mobilizando diferentes ressentimentos acumulados durante 14 anos de governo petistas.

Havia, por exemplo, o incômodo com as políticas de assistência e inclusão social implementadas por Lula e Dilma, como o Bolsa Família (2003) e a PEC das Domésticas (2013). O reconhecimento de direitos para casais homoafetivos pelo STF em 2011, associado às tentativas do Ministério da Educação de implementar políticas de combate à homofobia nas escolas²² também ajudou a alimentar a animosidade de conservadores e religiosos contra o Partido dos Trabalhadores (PT). Mais surpreendente, no entanto, foi a adesão neste movimento de uma parcela da população que, após ascender economicamente durante os governos petistas, incorporou o discurso da classe média tradicional, convencida de que o Estado, “por meio dos impostos e da burocracia, atrapalha a sua ascensão individual” (Singer, 2018, p. 97). Desse modo, o apelo à moralidade na política permitiu racionalizar e amalgamar múltiplas formas de mal-estar

²² O projeto “Escola Sem Homofobia” foi uma iniciativa do Ministério da Educação que visava combater o preconceito e promover o reconhecimento da diversidade sexual através da distribuição de um material didático em escolas da rede pública. Em 2011, enquanto a proposta ainda era debatida pelo MEC, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro iniciou uma campanha de difamação do projeto, apelidando o material didático de “Kit Gay”. Pressionada pela bancada evangélica, Dilma Rousseff vetou a distribuição do material. (Miskolci, 2021, p. 19-20)

(Melo & Vaz, 2021, p. 26), fazendo com que diferentes setores da sociedade se reunissem em torno da pauta anticorrupção e elessem o PT como *persona non grata*, inimigo da nação e maior responsável por “uma corrupção dupla, de valores monetários e morais” (Alonso, 2019, p. 57).

1.3. “Fora CorruPTos!”

Diante do Congresso Nacional, em primeiro de janeiro de 2015, Dilma Rousseff foi empossada pela segunda vez Presidente da República. Em seu discurso de posse, a presidente anunciou aquele que seria o lema de seu segundo mandato: “Brasil, Pátria Educadora”. Com este lema, Dilma buscava reafirmar seu compromisso de campanha de que a educação seria a “prioridade das prioridades”²³ do governo federal nos quatro anos seguintes. Uma análise de seu discurso pode servir para indicar que outras áreas eram importantes para Dilma naquele momento: ao longo dos 44 minutos em que discursou, a palavra “economia” foi mencionada nove vezes, mesmo número de vezes em que a presidente mencionou a estatal Petrobras. “Educação” apareceu sete vezes em sua fala, enquanto o termo “infraestrutura” foi citado seis vezes. “Segurança” e “saúde” foram mencionadas, respectivamente, quatro e três vezes apenas. De todos os temas apresentados em seu pronunciamento, foi justamente a corrupção que ganhou maior destaque, com dez menções à palavra: “Democratizar o poder significa combater energicamente a corrupção. A corrupção rouba o poder legítimo do povo. A corrupção ofende e humilha os trabalhadores, os empresários e os brasileiros honestos e de bem. A corrupção deve ser extirpada”, proclamou a presidente.

De fato, grande parte de seu discurso foi dedicada ao anúncio do pacote de medidas de combate à corrupção, uma promessa de sua campanha. Sobre este pacote, Dilma declarou: “Estou propondo um grande pacto nacional contra a corrupção, que envolve todas as esferas de governo e todos os núcleos de poder, tanto no ambiente público como no ambiente privado.” Apesar de se referir aos setores público e privado, o enfoque das medidas contidas no pacote era, de fato, sobre a corrupção na máquina estatal (por exemplo, a criminalização do caixa dois e do enriquecimento ilícito de servidores e funcionários públicos). Com este pacote anticorrupção, Dilma buscava dar uma resposta aos gritos contra a corrupção ouvidos em 2013, gritos estes que se amplificaram ao longo de 2014, com a descoberta de desvios de fundos da Petrobras pela Operação Lava-Jato.

²³ [Íntegra do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff no Congresso](#). Agência Câmara de Notícias (online), 01 jan. 2015. Acesso em 30 jun. 2024.

Dilma enfrentava, no entanto, um clima bastante diferente daquele de quando assumiu pela primeira vez a Presidência da República. A petista conseguiu sair vitoriosa da disputa acirrada contra o tucano Aécio Neves no segundo turno das eleições de 2014, mas sua popularidade no início do segundo mandato continuava a bater recordes negativos²⁴. Aproveitando o clima polarizado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) lançou dúvidas sobre o resultado das eleições e, logo após o término do pleito, entrou com um pedido de auditoria das eleições junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), usando como pretexto o fato de que “nos dias seguintes à divulgação do resultado, foram registradas manifestações em redes sociais com questionamentos sobre a confiabilidade da apuração e a infalibilidade da urna eletrônica, com petição até em defesa da recontagem dos votos” (Bresciani, 2014, p. 5). Não satisfeito em questionar a lisura do processo eleitoral, o partido tucano, junto com outros partidos da Coligação Muda Brasil, moveu quatro ações investigativas junto ao TSE que pediam a cassação da chapa composta por Dilma Rousseff e Michel Temer. Apresentadas entre outubro de 2014 e janeiro de 2015, as ações acusavam a campanha de Dilma e Temer de receber financiamento de empresas investigadas por corrupção, caracterizando abuso de poder econômico. Por meio destas manobras jurídicas, o PSDB, principal oponente do PT nas eleições presidenciais desde 1994, ia contribuindo para aprofundar a atmosfera de crise política e instabilidade em torno do governo de Dilma.

Ao mesmo tempo, os principais veículos de imprensa nacionais davam ampla cobertura ao esquema de corrupção na Petrobrás, principal empresa estatal do país, descoberto no decorrer da Operação Lava-Jato. Este esquema ficaria notoriamente conhecido como “Petrolão”, uma referência ao escândalo do “Mensalão”, ocorrido entre 2005 e 2006 durante o Governo Lula. Segundo Gomes e Medeiros (2019, p. 466-468), o uso frequente de tal apelido em reportagens da Revista Veja buscou reforçar a “posição de que o PT é o principal responsável pela corrupção dentro da Petrobrás”, além de ser o “maior beneficiado” pelo esquema. No jornal O Globo, é possível encontrar este mesmo repertório interpretativo:

Não é da índole petista aceitar fatos consumados contra o partido. Até hoje mensaleiros condenados e em cumprimento de pena são saudados como “heróis do povo brasileiro”. [...] No petrolão começa a ocorrer o mesmo, apesar de evidências ainda mais cristalinas da participação do partido – em um nível a ser esclarecido pelas investigações – na montagem do *mais amplo esquema de corrupção já visto em atuação na área pública*. [...] Tudo precisa ser provado. Mas fica evidente que, a esta altura, já parece impossível o partido sair ileso do escândalo. (PT tenta difícil..., 2015, p. 16, grifo nosso)

²⁴ [Aprovação a governo Dilma Rousseff cai, e reprovação a petista dispara](#). Datafolha (online), 09 fev. 2015. Acesso em 30 jun. 2024.

Dilma, vá a televisão e grite contra os golpistas. *O dinheiro abençoado do petróleo ajudou a bancar a sua reeleição*, não permita que ponham sob suspeita a legitimidade do mandato – obtido com o voto consciente e a pilhagem mais consciente ainda. [...] Não economize seu carisma e sua simpatia. Defenda a Petrobras com aqueles argumentos inteligentes usados na primeira reunião ministerial – acusando os inimigos de quererem “desprestigiar o capital nacional”. É bem verdade que naquela ocasião o teleprompter travou, justamente nessa frase. Foi oportuna a sua descompostura no operador da máquina. É muito desagradável gaguejar nessa frase *depois do que o PT fez com a Petrobras*. (Fiuza, 2015, p. 16, grifos nossos)

Nas duas colunas de opinião citadas acima (ambas publicadas na edição do dia 14 de fevereiro de 2015), apenas o PT é mencionado, ignorando por completo o envolvimento de outras siglas partidárias nos esquemas de corrupção descobertos pela Lava-Jato. Imaginemos, então, a surpresa de um hipotético leitor do jornal ao descobrir, por exemplo, que na “lista de Janot”, divulgada em 06 de março de 2015, apenas seis dos 49 parlamentares investigados por suspeita de envolvimento no esquema eram petistas, enquanto 31 pertenciam ao PP (Progressistas) e sete ao PMDB. Em *Impasses da Democracia no Brasil*, Avritzer sugere que a grande mídia brasileira, através de um processamento seletivo da informação, seria responsável tanto por amplificar os escândalos de corrupção quanto por relacioná-los ao PT, construindo a enganadora percepção, principalmente entre as classes médias, de que há correspondência entre os governos petistas e o aumento da corrupção no país, direcionando a indignação social apenas contra um partido (Avritzer, 2016, p. 94-95). Também na leitura de Jessé Souza, a criminalização do PT não se concretizaria sem a participação da mídia conservadora, especialmente da TV Globo:

Na base de toda a farsa estava a ideia de que os paladinos da justiça e os jornalistas da imprensa brasileira, com a TV Globo à frente, tinham entrado, afinal, em *uma luta histórica de vida ou morte pelo combate à corrupção no Brasil*. Essa foi a grande fraude que atingiu em cheio a esfera pública brasileira completamente desprotegida contra esse ataque conjunto e muito bem articulado. A fraude ficou clara quando se “fulanizou” a corrupção, empregada como *arma seletiva para se atingir o inimigo político*. (Souza, 2016, p. 110-111, grifo nosso)

Mas não foram apenas os veículos jornalísticos tradicionais os responsáveis por amalgamar a ligação entre petismo e corrupção. Formadores de opinião na Internet foram responsáveis também por estimular o sentimento antipetista de suas audiências, atribuindo ao PT o papel de “grande responsável por todas as mazelas que atingem o país” (Messenberg, 2017, p. 634). Analisando as páginas em redes sociais de diversos destes influenciadores de direita ao longo do ano de 2015, a socióloga constatou que

Expressões como “Petróleo”, “Petrilhas”, “Quadrilha do PT” abundam nos discursos desses formadores de opinião, consolidando a certeza

entre os seus seguidores de que a corrupção, apesar de ser reconhecida como prática longeva na vida pública brasileira, foi erigida pelo PT como “prática de governo”. (Messenberg, 2017, p. 634)

Para completar este cenário desfavorável para a presidente, o Brasil continuava a testemunhar o aprofundamento da crise econômica: segundo dados da Tribunal de Contas da União (TCU)²⁵, em 2015, o PIB teve variação negativa de 3,8%, fazendo com que o Brasil ficasse em último lugar em termos de variação do PIB entre os países que compõem o G20 e o Brics. O relatório apontou ainda aumento do desemprego, aumento da inflação (“a maior taxa observada nos últimos treze anos”), aumento do percentual de famílias que se declararam com contas ou dívidas em atraso, além de recuo da “taxa de investimento”. Diante deste desempenho, o TCU concluiu que se tratava de um “dos piores quadros econômicos de toda a história da República”.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) também revelou como a crise econômica estava afetando a população no ano de 2015: houve queda de 3,9% no percentual de população ocupada, queda de 5,1% no número de trabalhadores com carteira assinada no setor privado em atividade não agrícola, e a média do rendimento mensal dos domicílios particulares foi 7,5% menor em comparação com o ano de 2014 (IBGE, 2016). Segundo Celso Rocha de Barros, a combinação de crise econômica e escândalo de corrupção foi fatal, pois ajudou a construir a impressão de que “o dinheiro acabou porque os políticos o roubaram” (Barros, 2019, p. 71).

No início de março de 2015, os pronunciamentos de Dilma na TV começaram a ser acompanhados pelos “panelaços” – especialmente nos bairros ricos e de classe média. No dia 10 daquele mês, a presidente compareceu ao Salão Internacional da Construção, evento em São Paulo, onde teria sido recebida com vaias e gritos de “fora” por pessoas que trabalhavam no local (Farah, 2015, p. 8). O jornal O Globo entrevistou alguns destes trabalhadores sobre o motivo das vaias: umas das entrevistadas, uma modelo de 27 anos, explicou: “Está péssimo para a gente que vive em São Paulo. A inflação está surreal. O PT rouba muito, descaradamente. E dos pobres. Pretendo ir à manifestação do domingo, se não estiver trabalhando.” (Farah, 2015, p. 8).

Mencionada pela modelo, estima-se que a manifestação que aconteceu no dia 15 de março de 2015 tenha reunido cerca de 210 mil manifestantes na Avenida Paulista, segundo dados do Datafolha²⁶. Naquele domingo, em diversas cidades do país, uma “nova direita” que se organizava através das redes digitais desde 2013, “voltou a ocupar as ruas, agora maciçamente e sem ambiguidade, pedindo o fim da corrupção, o

²⁵ [Contas do Governo da República - Exercício de 2015. Tribunal de Contas da União](#) (online), 05 out. 2016. Acesso em 30 jun. 2024.

²⁶ [Protesto reúne 210 mil na Paulista; entenda a metodologia de contagem. Datafolha](#) (online), 16 mar. 2015. Acesso em 01 mar. 2024.

impeachment de Dilma Rousseff e, aqui e ali, a volta das Forças Armadas” (Bosco, 2017, p. 62):

Com presença pontual de partidos e políticos, o protesto foi marcado por gritos hostis a Dilma, ao PT e ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Praticamente unânimes na reivindicação de que a presidente precisa deixar o cargo, os manifestantes divergiam sobre como isso deve ocorrer. Alguns defendiam o impeachment e outros a renúncia. Um pequeno grupo mais radical pedia a intervenção das Forças Armadas. (Manifestação reúne..., 2015, p. 4)

Foi apenas o primeiro ato de um ciclo de protestos contra o governo de Dilma Rousseff e seu partido que perduraria até o afastamento definitivo da presidente: depois da manifestação de 15 de março, outras grandes manifestações ocorreriam nos meses de abril, agosto e dezembro de 2015. Em março de 2016, a Avenida Paulista seria palco do “maior ato político já registrado na cidade, superando inclusive a principal manifestação pelas Diretas Já”, reunindo cerca de 500 mil pessoas segundo dados do Instituto de Pesquisa Datafolha²⁷. Para esta análise, irei focar nas manifestações ocorridas em São Paulo nos dias 15 de março de 2015 e 13 de março de 2016, e também nos discursos veiculados por seus líderes e apoiadores na mídia.

1.3.1. “Lula na cadeia” e criminalização da política

O primeiro fato a ser ressaltado sobre as manifestações de 2015-2016 é que a insatisfação com o sistema político brasileiro e o desejo por mudanças, presentes em 2013, tomariam a forma de um feroz antipetismo e da rejeição aos partidos políticos tradicionais – este antipartidarismo, no entanto, seria sentido com mais força somente em 2016. Segundo dados do Datafolha²⁸, em ambas as manifestações, a maioria esmagadora dos manifestantes avaliava o governo Dilma como ruim ou péssimo e havia votado em Aécio Neves nas eleições de 2014. Porém, entre março de 2015 e março de 2016, a preferência pelo PSDB entre os manifestantes caiu de 37% para 21%. Na manifestação de 2015, o número de entrevistados que afirmaram estar protestando contra a corrupção (47%) foi igual à soma dos que tiveram como motivação principal a saída da presidente Dilma (27%) e a rejeição ao PT (20%). 15% dos entrevistados afirmaram estar na rua para “protestar contra todos os políticos” – mas a ausência quase total de críticas a investigados de outras siglas partidárias deixou patente a seletividade da indignação com a corrupção, dirigida principalmente ao PT:

²⁷ [Maior manifestação política da história de SP reúne 500 mil na Paulista](#). Datafolha (online), 14 mar. 2016. Acesso em 25 jun. 2024.

²⁸ Dados das pesquisas disponíveis em [Manifestação na Avenida Paulista – 15/03/2015](#) e [Manifestação Avenida Paulista – 13/03/2016](#). Acesso em 30 jun. 2024.

O que chamou a atenção na manifestação de ontem é que os protestos contra a corrupção foram praticamente dirigidos ao Governo, poupando o Congresso Nacional, que detém o maior número de investigados [...] surpreendeu o fato de, a não ser em poucas faixas quase invisíveis, os polêmicos presidentes Renan Calheiros e Eduardo Cunha e mais 33 parlamentares terem passado incólumes dos protestos, sendo Renan e Cunham repita-se, os maiores atores, até agora, da operação Lava-Jato, no campo político. (Moreno, 2015, p. 6)

Em março de 2016, após o início das investigações contra Lula pela Operação Lava-Jato, os protestos foram recheados de alusões à prisão do petista, que iam desde cartazes de “Lula na cadeia” até bonecos infláveis gigantes do ex-presidente vestido de presidiário (Figura 3). Também foram frequentes as homenagens ao juiz Sérgio Moro (Figura 4) e à Polícia Federal, responsáveis pelas investigações e condenações da Lava-Jato.

Figura 3. Manifestação na Avenida Paulista de 13 de março de 2016.



Fonte: [Ricardo Nogueira/Época](#), 13 mar. 2016. Acesso em 30 jun. 2024.

Figura 4. Cartaz de apoio ao juiz Sérgio Moro na manifestação da Avenida Paulista de 13 de março de 2016.



Fonte: [Antonio Milena/Veja](#), 13 mar. 2016. Acesso em 30 jun. 2024.

O juiz de Curitiba despontava como “herói nacional” entre os manifestantes: “Ele é o melhor. É sensacional. Só ele para salvar o Brasil” (Moro se diz..., 2016, p. 7). Ia sendo construída a imagem de que o Partido dos Trabalhadores era de fato uma *quadrilha*, responsável por toda a *roubalheira* no país, e Lula, o principal *líder de uma organização criminosa*. Em contrapartida, Moro era visto como a encarnação da *justiça*, único capaz de julgar os crimes petistas e *puni-los de forma rigorosa*. Uma narrativa maniqueísta de paladinos e vilões, mocinhos e bandidos, da luta entre o bem e o mal.

Mas a criminalização já começava a se estender à imagem dos políticos em geral: embora o tom antipetista ainda prevalecesse, tradicionais adversários políticos do PT, como Geraldo Alckmin e Aécio Neves, também foram hostilizados por manifestantes ao tentarem participar do protesto na Avenida Paulista. Entrevistado pelo jornal O Globo, um dos manifestantes declarou: “na próxima eleição vou procurar alguém de partido pequeno, não quero mais saber desses partidos tradicionais. Quero que saia o PT e todos os corruptos” (O 13 de março, 2016, p. 10). Retrospectivamente, é fácil perceber como os elogios reservados a Moro e a agressão direcionada aos políticos profissionais eram sinais precoces da “sangria eleitoral tucana de 2018” (Solano, 2019, p. 310). Ficava claro que a solução para os problemas do Brasil, na visão daqueles manifestantes de direita, devia vir personificada na figura de um *outsider*, alguém de fora do sistema político capaz de confrontar sua lógica corrupta:

No Brasil, está se disseminando a ideia de que a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por essa razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa. E, com isso, a institucionalização do sistema partidário é enfraquecida, abrindo-se lacunas para o nascimento de *outsiders* e de lideranças neopopulistas. (Telles, 2015, p. 38)

1.3.2. Movimento Brasil Livre e a luta contra o Estado

Reconhecido como um dos articuladores centrais das manifestações de 2015-2016, as origens do Movimento Brasil Livre (MBL) remontam às Jornadas de Junho (a criação de sua página oficial no Facebook ocorreu no dia 17 de junho de 2013), mas foi principalmente a partir do final de 2014 que o movimento se tornou mais ativo. Em sua extensa pesquisa sobre o movimento, Amanda Medeiros procurou “compreender a dinâmica de manipulação de crenças e mobilização política de emoções” realizada pelo MBL através do Facebook (2020, p. 30). Utilizando como objeto empírico postagens feitas pela página entre 2016 e 2017, Medeiros aponta que

[...] a narrativa circular construída pelo MBL primeiro sugere que a corrupção é a principal causa da deficiência na qualidade de serviços públicos básicos – saúde, educação, segurança etc. –, uma vez que as verbas que deveriam suprir as demandas dessas áreas são desviadas para atender interesses pessoais de uma minoria. Na sequência, essa narrativa identifica o PT como sendo o partido político mais corrupto e, logo, o agente causador dos mais variados danos à população. O terceiro momento, expressivo para o MBL, se trata do *enquadramento da culpa*. (2020, p. 136-137, grifo do autor)

Neste enquadramento da culpa, Medeiros sugere, o MBL aciona uma retórica de *demonização de vilões* e construção de vítimas – para isso, aposta estrategicamente na figura do presidente Lula como principal responsável pelos esquemas de corrupção no país. Nas fotografias utilizadas em suas postagens, Lula costuma ser retratado como “um homem raivoso, tomado pela cólera, descontrolado e [...] ameaçador” (Medeiros, 2020, p. 137). As vítimas apontadas, por outro lado, são os *cidadãos de bem* (Ibid, p. 138). A autora conclui que o Movimento Brasil Livre foi bem-sucedido em suas tentativas de mobilizar a *raiva* e o *medo* de sua audiência em relação à esquerda, que é retratada como sendo *corrupta* e *violenta*, ou seja, um *Outro* temível e abominável contra quem o MBL e seus seguidores se opõem:

Como movimento de oposição à esquerda política, o MBL constrói uma *comunidade emocional* [...] em que sentir raiva e abjeção pelo *Outro* externo consiste em um modo de pertencimento ao *nós*. Na narrativa, há um esforço contínuo para provar aos seguidores e apoiadores em potencial que se trata de uma ira justa [...], tendo em vista que os males causados pela esquerda não são raros e nem insignificantes e, acima de tudo, são deliberados. (Medeiros, 2020, p. 153, grifo do autor)

Segundo Camila Rocha, trata-se de um movimento político liberal vinculado à chamada “nova direita brasileira” (Rocha, 2021). Uma das características desta nova direita no Brasil seria sua adesão ao *libertarianismo*, um tipo de filosofia política segundo a qual “a defesa da liberdade de mercado seria justificada sobretudo moralmente e não apenas a partir de uma ênfase em argumentos de ordem econômica, como ocorre no caso do neoliberalismo” (Rocha, 2021, p. 25-26). Em seu site²⁹, o MBL se define como um defensor do “liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil”, da “liberdade individual” e da “propriedade privada”. Nos discursos veiculados pelo movimento e por seus principais líderes, a crítica à corrupção aparece amalgamada a defesa do Estado mínimo e do empreendedorismo individual.

Nesse sentido, é sintomática uma entrevista concedida por Fernando Holiday em outubro de 2015. Holiday era um dos coordenadores nacionais do MBL durante as manifestações pelo impeachment de Dilma e, em 2016, foi eleito o vereador mais jovem da história do município de São Paulo, com apenas 20 anos. Na entrevista, o ativista político narra sua origem humilde como filho de uma mãe solteira na periferia de São Paulo e cita a inspiração em seu avô, um trabalhador rural no interior da Bahia, que “sempre teve na mente dele de que era o trabalho dele que iria trazer um futuro melhor para sua família, e [...] nunca esperou de nenhum governante que trouxesse uma vida melhor pra nossa família.”³⁰ Partindo de sua própria história de vida, defende que os pobres são os que mais sofrem com o excesso de impostos e de burocracia e os que mais se beneficiariam do Estado mínimo:

No Brasil, durante décadas, a gente sempre teve a mentalidade de que o governo, o Estado, deveria resolver os nossos problemas [...] E nessa, nós fomos criando empresas estatais, aumentando e criando mais impostos, aumentando e criando mais burocracia... *Eu acredito que o Estado inchado, o tamanho do governo como ele é hoje ou como ele foi durante décadas, atrapalha principalmente os mais pobres. É muito curioso que a esquerda costuma dizer que quem defende o Estado mínimo são os ricos, [...] mas na verdade quem mais se beneficia do Estado mínimo são os pobres. (grifo nosso)*

Na entrevista, Holiday dirige suas críticas ao Governo de Dilma e à Prefeitura de São Paulo, à época comandada pelo também petista Fernando Haddad: ambos são acusados de cometerem “um verdadeiro assalto” ao bolso do cidadão, aumentando a arrecadação através de impostos e multas de trânsito para sustentarem seus privilégios e se manterem no poder. Por sua vez, o corte de gastos e a redução do tamanho do

²⁹ [Valores e princípios. MBL](#) (online), [s.d.]. Acesso em 01 mar. 2024.

³⁰ [Fernando Holiday, um fenômeno político. Ton Martins](#), YouTube, 16 out. 2015. Acesso em 30 jun. 2024.

Estado é apresentada como solução ideal, que permitiria aos indivíduos empreenderem e prosperarem com liberdade, trazendo desenvolvimento e igualdade social para o país:

Hoje o que nos precisamos nas esferas municipais, estaduais e na esfera federal, são de pessoas que digam de forma muito clara que o *Estado somente atrapalha a vida do cidadão*. É você que faz a sua vida melhorar, é você que consegue alcançar o sucesso. Mas pra isso você precisa ter o caminho livre, um caminho livre de pedras [...], livre do peso que você carrega nas costas com a burocracia, com os impostos. [...] Nós precisamos reduzir drasticamente o número de impostos e o tamanho da intervenção do Estado em nossas vidas. Acredito que quando nós finalmente tivermos esse caminho livre, *quando o brasileiro finalmente puder correr atrás do seu sucesso sem peso nas costas e sem buraco na estrada, nós conseguiremos ter um país desenvolvido e um país mais justo para todos*. (grifo nosso)

Nas manifestações de 2015-2016, este ideário neoliberal apareceu na fala de manifestantes incomodados com o que consideravam ser uma alta carga de impostos: “Estamos na manifestação porque nós queremos *menos impostos e mais investimentos em saúde e educação*”, “Dilma e o PT pioraram a saúde, o transporte, *roubaram o país e aumentaram os impostos*” (Por que eu fui, 2015, p. 11A). O primeiro depoimento vai de encontro com os achados de Pablo Ortellado e Esther Solano, cuja pesquisa revelou que a maior parte dos manifestantes nos protestos concordava total ou parcialmente com a universalidade e a gratuidade dos serviços públicos de saúde e educação (2019, p. 177). Mas como é possível demandar *mais* investimentos e *menos* arrecadação ao mesmo tempo? O segundo depoimento resolve a contradição: se a saúde, o transporte e a educação vão mal, não é porque paga-se pouco imposto, mas porque *Dilma e o PT roubaram o país*. Desse modo, acreditam que o combate a corrupção tornaria possível reduzir a carga de impostos ao mesmo tempo em que se aumenta a qualidade dos serviços públicos.

Mas talvez o mais conhecido retrato da luta por menos imposto durante as manifestações tenha sido a presença excêntrica de um enorme pato inflável que passou a adornar os protestos realizados na Avenida Paulista (Figura 5). O curioso boneco era símbolo da campanha *Não vou pagar o pato*³¹, promovida pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) contra a volta da CPMF e o aumento da carga tributária proposto pelo governo para cobrir o déficit fiscal.

³¹ Disponível em: <http://www.naovoupagaropato.com.br/>. Acesso em 01 jul. 2024.

Figura 5. “Pato da Fiesp” na manifestação de 13 de março de 2016.



Fonte: [Rovena Rosa/Agência Brasil](#), 13 mar. 2016. Acesso em 01 jul. 2024.

1.3.3. “Olavo tem razão” e o patriotismo anticomunista

Segundo Castro Rocha, “a ascensão da direita é incompreensível sem levar em conta sua convicção não apenas na *hegemonia*, mas na *doutrinação de esquerda*, que teria conquistado corações e mentes” (2021, p. 55, grifos do autor). Para o autor, foi o autointitulado filósofo Olavo de Carvalho quem formulou de forma mais consistente, desde a década de 1990, esta crítica a uma suposta *hegemonia cultural e intelectual de esquerda* no Brasil. Trata-se de um conjunto de intrincadas teorias da conspiração sobre como a esquerda, derrotada pelo golpe militar de 1964, ainda assim teria sido vitoriosa em controlar a opinião pública brasileira via meios de comunicação e instituições de ensino. Ainda segundo essa teoria, PT e PSDB “foram essencialmente criações de um mesmo grupo de intelectuais esquerdistas”, que encenavam uma suposta polarização ideológica no campo político “de modo a eliminar toda resistência conservadora ao avanço da hegemonia esquerdista e a desviar para a esquerda o quadro inteiro das possibilidades em disputa”³².

Esta crença paranoica na *hegemonia esquerdista* é medular na construção da linguagem e da visão de mundo da juventude de direita que passaria a se mobilizar digitalmente a partir dos anos 2010. A figura de Olavo de Carvalho, que a partir de 2018

³² CARVALHO, Olavo. [Império do Fingimento](#). **Olavo de Carvalho** (online) [s.d.]. Acesso em 30 jun. 2024.

se tornaria oficialmente o “guru ideológico”³³ do governo Bolsonaro, já despontava como uma referência importante para os manifestantes da nova direita: “Nas manifestações antipetistas de março de 2015, os seguidores mais afoitos do autor [...] lançaram uma frase rapidamente convertida em amuleto da nova direita: *Olavo tem razão.*” (Castro Rocha, 2021, p. 57, grifo do autor). Uma pesquisa no YouTube por esse bordão revela um acervo de músicas compostas pelos fãs do autor em sua homenagem entre 2015 e 2016. Reproduzo abaixo trechos das letras de três dessas composições:

Chegou a vez de você conhecer
A obra de um patriota
É o mínimo que você precisa saber
Para não ser um idiota
Basta um artigo *pra* compreender
Que a verdade não tem atalho
Não perca a chance de aprender
Com Olavo de Carvalho³⁴

Aqui no meu país roubar é uma ciência
Ser de esquerda é sinal de inteligência
Ler Carta Capital, gostar de marginal
É pré-requisito *pra* ser intelectual
Cuspir na classe média, pisar na Wikipédia
Ser idiota útil é apenas ser normal
Viver de coitadismo é empreendedorismo
Pra ser canonizado é só ter pós em terrorismo
Meu Deus, *tá* tudo errado, *tá* tudo ao contrário
Já passou da hora de deixar de ser otário
Você quer que eu me cale, mas eu não vou me calar
Quanto mais você tentar, mais alto eu vou gritar:
Olavo tem razão! Olavo tem razão!
É tudo picareta roubando a nação³⁵

Os livros que vocês tanto mandam a gente ler
Não leram, pularam a página pra não ver
Milhões que foram mortos vítimas do comunismo
De fome, veja que sem sentido é seu vitimismo
MEC manipula livros porque a verdade dói
Meu livro na oitava série, José Dirceu era herói
Quem mais pode te ensinar do que alguém que esteve lá?
*Olavo de Carvalho... ele pode te explicar!*³⁶

Esses pequenos fragmentos indicam que Olavo de Carvalho é visto como um pensador *patriota* que ensina a *verdade* para seus seguidores e alunos, que os intelectuais, ativistas e políticos de *esquerda* são todos descritos como “idiotas úteis” que roubam o país, defendem “marginais” e “cospem na classe média”, que esta mesma intelectualidade brasileira supostamente defende o comunismo, uma ideologia nefasta

³³ CAETANO, Guilherme; NIKLAS, Jan. [Arquiteto intelectual da direita radical. Olavo de Carvalho se tornou guru do governo Bolsonaro](#). *O Globo* (online), 25 jan. 2022. Acesso em 03 jul. 2024.

³⁴ [Luiz Trevisani - Olavo Tem Razão](#). **Luiz Trevisiani**, YouTube, 10 fev. 2015. Acesso em 01 jul. 2024.

³⁵ [Olavo tem razão \(Música\)](#). **Maurício Mingotti**, YouTube, 26 ago. 2016. Acesso em 01 jul. 2024.

³⁶ [Legião Azul - O Velho Olavo Tem Razão!](#). **Conservador reça**, YouTube, 02 out. 2016. Acesso em 01 jul. 2024.

responsável por milhões de mortes e que o Ministério da Educação manipularia o material didático para ensinar tal ideologia esquerdista nas escolas.

A citação ao MEC é sintomática: entre 2014 e 2015 foram debatidos o Plano Nacional de Educação (PNE) assim como os respectivos planos estaduais e municipais, trazendo à tona os debates sobre a “ideologia de gênero” e a “doutrinação marxista” nas escolas. Nos anos seguintes, “ações do Escola Sem Partido (ESP) e do Movimento Brasil Livre (MBL) materializaram a perseguição a educadores no ensino básico e médio, acusando-os de ‘doutrinadores de esquerda’” (Miskolci, 2021, p. 24). Segundo a lógica destes atores sociais, os governos petistas, além de corromperem a política, estariam também corrompendo as mentes dos jovens através do ensino de ideologias marxistas e comunistas nas escolas e nas universidades públicas, estas últimas totalmente contaminadas pelo pensamento de esquerda. Uma publicação feita pela página oficial do MBL no Facebook no dia 18 de agosto de 2015 apresenta elementos pertencentes a este repertório conspiracionista de Olavo de Carvalho:

Estamos virando um jogo que estava ganho pela Esquerda. Sem apoio da grande mídia, nem de grandes empresários, nem de partidos políticos, fizemos neste ano as maiores manifestações da história do Brasil. Quebramos a hegemonia canhota e hoje somos muito maiores do que eles nas ruas, nas redes sociais e até na opinião pública. Cada vez mais pessoas estão sabendo o que é socialismo e até o que é Foro de São Paulo. Abalamos a popularidade da presidente ao ponto de estar prestes a cair. Criamos uma mídia alternativa e desmoralizamos a tradicional. Se petralhas aparecem em público são vaiados, se aparecem na TV levam panelaço. [...] Estamos nadando contra a corrente – e produzimos uma contra-corrente – de modo que não espere algo fácil. Derrubaremos o PT e, o mais importante, vacinaremos o Brasil contra o bolivarianismo.³⁷ (grifos nossos)

Socialismo, Foro de São Paulo, bolivarianismo: segundo os discursos desses grupos, lutar contra o PT e tirar Dilma do poder não era apenas sobre acabar com a corrupção, mas defender a nação brasileira de uma investida comunista em andamento. Segundo pesquisa realizada por Esther Solano (2019, p. 312) durante manifestação na Avenida Paulista em 12 abril de 2015, “para 64% dos entrevistados, o PT queria implantar um regime comunista no Brasil”. Mas somente a partir de 2018, a autora frisa, “a construção do nexu Venezuela-comunismo-PT é potencializada ao extremo” (Solano, 2019, p. 316).

Antipetismo, luta contra a corrupção e contra o aumento dos impostos, rejeição aos partidos políticos tradicionais e um patriotismo reforçado pela crença paranoica em

³⁷ Disponível em: https://www.facebook.com/events/407853516079277/?post_id=426995377498424&. Acesso em 01 mar. 2024.

uma suposta “ameaça comunista”: eis alguns dos elementos centrais que marcaram as manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff em 2015 e 2016 e que construíram o caminho para o fenômeno bolsonarista do Brasil nos anos seguintes (Solano, 2019).

Para diversos analistas, este ciclo de protestos foi recebido como uma grande *novidade* no cenário político nacional (Telles, 2015; Ortellado & Solano, 2016; Messenberg, 2017). Segundo Castro Rocha (2021, p. 40, grifo do autor), a disputa pelas ruas por parte da direita foi surpreendente porque “as ruas pareciam propriedade simbólica dos que estavam à *margem do poder*, ou seja, antes do triunfo eleitoral do PT, a própria esquerda.” Em uma reviravolta inesperada, o vigor do lulismo e a sequência de vitórias eleitorais de um partido de esquerda produziu a inédita associação entre *establishment*, *sistema político* e *campo de esquerda*, permitindo que a direita passasse a ocupar, ao menos de forma imaginária, o campo da oposição e da *crítica ao status quo*. Desse modo, entendemos que as manifestações de 2015-2016, além de recobrirem o processo de golpe institucional contra Dilma com uma pretensa “legitimidade popular”, foram também essenciais para amadurecer o discurso político da nova direita e construir a base social de apoio à candidatura de Bolsonaro em 2018.

1.4. Corrupção e disputa pelo lugar de vítima nas eleições de 2018³⁸

Ao se referir a seus adversários Guilherme Boulos (PSOL) e Fernando Haddad (PT), em uma transmissão ao vivo no Facebook no dia 14 de outubro de 2018, o então candidato à presidência Jair Bolsonaro ironizou: “Eles sempre se vitimizam, né? Pobres coitados”. Paradoxalmente, na sequência, Bolsonaro mencionou o atentado sofrido em 6 de setembro daquele ano e afirmou: “Eu sou vítima do que eu combato. Eu combato a violência e fui vítima”³⁹. Nas próximas páginas, será discutida a maneira pela qual a campanha de Bolsonaro explorou a figura da vítima e o discurso anticorrupção no período compreendido entre o primeiro e o segundo turno das eleições de 2018 de forma a manter uma coalizão entre seus eleitores⁴⁰. A ênfase da análise não será dada à adoção do discurso de vítima pelo próprio candidato após o atentado; de fato, pretende-se analisar como seu discurso constituiu seus potenciais eleitores como vítimas.

Para entender como sua campanha se desenhou no segundo turno, cabe ressaltar que Bolsonaro já tinha conquistado o lugar de oposição ao PT, tido uma

³⁸ Este item foi escrito a partir do artigo “Populismo conservador e a disputa pelo lugar de vítima nas eleições de 2018”, publicado em coautoria com Paulo Vaz e Nicole Sanchotene na Revista Comunicação & Sociedade (2020). Agradeço aos autores pela parceria e pelas discussões realizadas nos últimos anos, sem as quais este trabalho não seria possível.

³⁹ [14/10/2018: Bolsonaro fala mais verdades!](#). **Jair Bolsonaro**, YouTube, 14 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024.

⁴⁰ O corpus empírico desta análise foi constituído por propagandas eleitorais do candidato veiculadas pela televisão entre os dias 7 e 28 de outubro de 2018.

votação massiva no primeiro turno (pouco mais de 46% dos votos válidos) e estava com uma vantagem de 20 pontos percentuais sobre Haddad nas pesquisas logo após o primeiro turno. Portanto, a estratégia do candidato do PSL se reduzia a não perder muitos eleitores, o que significou evitar se expor na grande mídia, argumentar contra as críticas levantadas por seu oponente, especialmente as que se baseavam em suas inúmeras afirmações preconceituosas e antidemocráticas, e, por fim, apresentar promessas de mudanças.

Bolsonaro enfrentava dois dilemas maiores: o seu eleitorado é diverso, composto por grupos com interesses distintos. Isso significa que algumas de suas promessas podiam agradar um segmento, mas desagradar a outro. Era essencial, portanto, encontrar uma causa para os sofrimentos de diferentes vítimas, isto é, um inimigo cuja forma de ação fosse capaz de explicar a razão para as frustrações de todos aqueles que compunham seu possível eleitorado. Para isso, a campanha construiu o PT e, mais genericamente, os “políticos” e sua corrupção como causa de diferentes sofrimentos.

A vítima é a figura do sofredor quando a causa do sofrimento evitável é o ato imoral ou ilegal, e pressupõe um agente considerado imputável de culpa – não apenas um indivíduo, mas “qualquer entidade que pode escolher, como uma empresa ou um governo” (Vaz, Sá-Carvalho & Pombo, 2006, p. 75). Por exemplo, no dia seguinte ao rompimento da barragem de Brumadinho, a procuradora-geral da República Raquel Dodge afirmou que “certamente há um culpado ou mais de um”⁴¹. O mundo da vítima surge quando a possibilidade de hegemonia da luta operária termina, com a queda do muro de Berlim e o fim da utopia socialista. Cada vez menos se acredita em uma alternativa ao capitalismo. Quando se perde o futuro como utopia e lugar de redenção, como horizonte incessantemente recuado, como lugar onde só existirão os sofrimentos ligados à condição humana, que não foram gerados por estruturas sociais injustas, passa a haver disputa de sofredores pelos recursos afetivos e materiais do presente que sempre são escassos. Os movimentos combatendo preconceitos de raça, gênero e sexualidade ganharam autonomia em relação à luta operária. As perguntas passam a ser: quem é mais digno de ajuda?

Ao lado dos novos movimentos de esquerda, surge um movimento de vítima cujo sofrimento é facilmente capturado pelo discurso conservador: a vítima de crime como questão social maior a partir da década de 1970 (Simon, 2007; Garland, 2001; Cole, 2007). Hoje, o novo imperativo político é o de que as vítimas de crime devem ser protegidas, suas vozes ouvidas, sua memória honrada, seus danos reparados; seu

⁴¹ ['Certamente há um culpado ou mais de um culpado', diz Dodge sobre tragédia em Brumadinho](#). G1 (online), 26 jan. 2019. Acesso em 25 jun. 2024.

ressentimento é considerado justo e seus temores devem constituir uma prioridade para os governos (Garland, 2001, p. 11). Além do mais, ser vítima de uma ofensa pode elevar o status de alguém (Campbell & Manning, 2018, p. 22). Embora o lugar da vítima pareça assegurado na cultura contemporânea, quem merece ocupar essa posição é uma lacuna a ser preenchida e imediatamente disputada por diferentes grupos: quem seriam as verdadeiras vítimas?

No contexto da eleição presidencial de 2018 no Brasil, a *disputa pelo lugar de vítima* foi essencial para a construção das campanhas de ambos os presidentiáveis. De um lado, a campanha de Fernando Haddad explorou principalmente o fato de Bolsonaro ter declarado abertamente apoio à ditadura militar no Brasil, homenageando o coronel Brilhante Ustra, reconhecido como torturador⁴². Em um de seus programas eleitorais, foram veiculadas imagens de um filme que reproduzia práticas de tortura utilizadas pelos militares, além de testemunhos de vítimas do próprio Ustra:

Eles colocam muitos fios elétricos descascados dentro da vagina, colocam dentro do ânus. Você grita de dor e você perde o equilíbrio e cai no chão. Eles vêm em cima de você, mesmo, pra te estuprar. O momento de maior dor foi o Ustra levando os meus dois filhos, assim, na sala de tortura onde eu estava nua, vomitada, urinada. [...] Muitas pessoas foram torturadas, muitas foram assassinadas, e ele [Ustra] sempre comandando essas torturas.⁴³

Já na campanha de Bolsonaro, a corrupção dos governos petistas é apontada como causa dos mais diversos sofrimentos, conferindo a toda população brasileira o lugar da verdadeira vítima. Sua propaganda podia articular o discurso de combate à corrupção a um discurso de combate ao crime, que tem por princípio o aumento da pena, ao mesmo tempo em que estendia o sentido de vítima de crime, que passa a incluir não só os que foram ou temem ser assaltados ou mortos nas cidades, mas também os que estão sofrendo pela crise econômica, má qualidade dos serviços públicos e alta carga de impostos. Essa possibilidade de reunir sob a figura da vítima de crime os temas da segurança pública, da atividade econômica, do contribuinte e da qualidade dos serviços públicos, especialmente a saúde, foi decisiva para estender a coalizão em torno da candidatura de Bolsonaro.

Em eleições anteriores, as candidaturas conservadoras costumavam focar na necessidade de se fazer sacrifícios tendo em vista uma política econômica neoliberal (através de ajustes fiscais e privatizações, por exemplo) ou apenas na questão da segurança pública. O combate à corrupção permitiu que o projeto conservador se

⁴² [BOLSONARO DIZ no Conselho de Ética que coronel Ustra é 'herói brasileiro'](#). **G1** (online), 08 nov. 2016. Acesso em 01 mar. 2024.

⁴³ [Ditadura Nunca Mais | Programa #HaddadPresidente - 16/10/2018](#). **PT - Partido dos Trabalhadores**, YouTube, 16 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024.

endereçasse às camadas mais desfavorecidas por ter um viés positivo, que prometia melhorar a condição de vida dos afetados pela crise econômica e dos usuários de serviços públicos: com o fim da corrupção, suas vidas melhorariam. O sentido mais explorado na propaganda é direto: afirma que só há limitação de recursos porque há roubo. Afinal, é a forma mais simples de compreender por que há desigualdade e pobreza: empobrecemos porque os “políticos” roubaram. A propaganda eleitoral de Bolsonaro por diversas vezes sustentou esta crença de que a má qualidade dos serviços públicos e a abrangência limitada de uma política pública eram causadas pela corrupção. De fato, o vínculo entre imoralidade dos políticos, especialmente do PT, e má qualidade dos serviços públicos é explorada por praticamente todos os programas analisados:

Você, mais do que ninguém, sabe que o Brasil está quebrado, e que a herança deixada pelo PT atinge a sua vida, de um jeito ou de outro. O modelo corrupto de barganha política, somado a uma gestão atrapalhada de contas, está mostrando a sua face: milhões de pessoas estão desempregadas no Brasil. [...] Os investidores perderam de vez a confiança e estão se afastando da gente. Afinal, quem vai investir em um país atolado em escândalos? [...] *A baderna do PT está sendo paga pelos mais pobres, que dependem dos hospitais, das escolas, da segurança pública.*⁴⁴ (grifo nosso)

O mesmo programa apresenta ainda o depoimento de “pessoas comuns” para concretizar os males causados pela corrupção: “a sensação que a gente tem, é de que tem alguma falcatrua por trás disso”; “insatisfação total da população”; “a gente precisa de saneamento básico, de esgoto tratado, de saúde”; “com a roubalheira, você afeta todos os setores, saúde, educação”; “essa bagunça tem que acabar”. Em outra inserção, endereçada aos eleitores nordestinos, o candidato pede para que olhem nos seus olhos e diz: “o Bolsa Família terá o décimo terceiro salário. Esses recursos virão do combate à fraude, ao roubo e à corrupção”⁴⁵. Assim, sua campanha foi capaz de reunir um grande número de incômodos e, sobretudo, prometeu melhorar a vida dos mais pobres.

Por fim, a campanha de Bolsonaro também procurou explorar o nexo entre corrupção e crime violento, sinalizado no início deste capítulo. O programa do dia 12 de outubro destacou o nexo entre Lula e Haddad, colocando um presumido homem do povo para explicar que “a maioria dos chefes de tráfico comandam o morro de dentro da prisão; Haddad vai ser só um bonequinho que você compra em uma feirinha e o Lula

⁴⁴ [5º Programa de Bolsonaro diz que Dirceu 'continua dando as cartas' no PT. Poder 360](#), YouTube, 18 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024.

⁴⁵ [6º programa de Bolsonaro foca no eleitor do Nordeste e diz que vai aumentar o Bolsa Família. Poder 360](#), YouTube, 23 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024

vai ser o cabeça de tudo”⁴⁶. A semelhança proposta é entre corrupção e tráfico de drogas, com Lula aproximando-se de criminosos como Fernandinho Beira-Mar. De fato, em diversas ocasiões, não se menciona o nome de Lula; fala-se apenas do “presidiário”. Em outro programa, o PT é descrito como uma “organização que tem seus principais membros atrás das grades”⁴⁷. A virulência da crítica se sustentava nesse nexo entre corrupção e violência; pelo tom, quando se falava do PT e de seus líderes, estavam implícitos os termos “facção” e “assassinos”.

1.5. A cruzada anticorrupção e a retórica populista

Desde 2013, testemunhamos a crescente importância das redes sociais digitais como espaços de mobilização política: elas permitiram a convocação e organização dos protestos nas Jornadas de Junho e das manifestações antipetistas de 2015-2016; também permitiram a ascensão tanto de movimentos sociais progressistas, quanto dos movimentos conservadores da nova direita, que passaram a protagonizar intensos embates morais; além disso, essas plataformas foram fundamentais para a campanha presidencial de Bolsonaro em 2018, que criou uma eficaz “infraestrutura de propaganda em rede”⁴⁸. As Jornadas de Junho também revelaram a proliferação de sentimentos difusos de insatisfação com o sistema político e um radical desejo por mudanças, que foram canalizados politicamente pelos partidos de oposição para o *impeachment* de Dilma Rousseff. Algum tempo depois, esses mesmos sentimentos resultariam na ampla rejeição aos políticos tradicionais e na busca por candidatos considerados *outsiders* em 2018 (Solano, 2019). Por fim, testemunhamos a hegemonia da retórica anticorrupção na política, que embora não estivesse entre as pautas originais dos protestos de 2013, foi progressivamente incutida com a ajuda dos principais veículos jornalísticos do país.

É bem provável que a rejeição ao PT ainda fosse consideravelmente grande na sociedade brasileira independentemente da quantidade de escândalos de corrupção em seus governos. No entanto, a cruzada anticorrupção foi a justificativa perfeita para que essa aversão fosse reinterpretada como uma luta virtuosa contra a imoralidade dos políticos: “O lugar de guerreiro da integridade permitiu à classe média acreditar que se posicionava contra o governo do PT porque lutava pelo bem comum e não porque estivesse incomodada com a perda de privilégios materiais e simbólicos.” (Melo & Vaz, 2018, p. 29). A associação entre o PT e a corrupção é poderosa e provavelmente

⁴⁶ [Bolsonaro critica esquerda, Lula e governos do PT em 1º programa eleitoral do 2º turno](#). Poder 360, YouTube, 12 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024

⁴⁷ [4º programa de Bolsonaro diz que PT usa pessoas de forma 'covarde' em campanha](#). Poder 360, YouTube, 18 out. 2018. Acesso em 17 jul. 2023.

⁴⁸ MENA, Fernanda. [Estratégia digital da campanha de Bolsonaro é uma jabuticaba, diz pesquisador](#). Folha de S. Paulo (online), 22 out. 2018. Acesso em 01 jul. 2024.

continuará alimentando a retórica de eleitores antipetistas por bastante tempo. A força dessa associação foi demonstrada por uma pesquisa Genial/Quaest realizada em 2022, que questionou eleitores de Lula e Bolsonaro sobre quais os motivos para não votarem no candidato adversário: enquanto eleitores lulistas se dividam entre diversos motivos para não votar em Bolsonaro (para 22%, o maior problema seriam suas falas agressivas, para 16%, a má administração de seu governo, para 12%, o fato de não gostarem dele), os eleitores bolsonaristas eram muito mais taxativos: 64% disseram não votar em Lula por ele ser corrupto e já ter sido preso (Nunes & Trauman, 2023, p. 82-83).

Mas a retórica anticorrupção não é um problema apenas para Lula e seu partido. Tentamos demonstrar que a cruzada anticorrupção vem se tornando um mecanismo de legitimação do capitalismo neoliberal, ao atribuir à imoralidade dos governantes a causa para diversas mazelas sociais. Além disso, essa cruzada vem alimentando a desconfiança da população em relação não apenas à classe política, mas à própria atividade política em última instância: “não só os políticos profissionais seriam ‘sujos’ e corruptos, como o próprio fazer político desperta afetos negativos como vergonha e rejeição” (Solano, 2019, p. 314). Recentemente, essa desconfiança vem favorecendo à ascensão de líderes populistas autoritários, que acusam de corrupção e desonestidade qualquer um que questione ou limite seu poder: assim, no discurso de Bolsonaro e de Trump, por exemplo, são corruptos não apenas o *establishment* político em seus países, mas também os meios de comunicação tradicionais, os institutos de pesquisa, a comunidade científica, as ONGs e movimentos sociais, o sistema judiciário etc. O nexo já construído pela cruzada anticorrupção entre a imoralidade das elites governantes e o sofrimento do povo inocente contribui para a descrença nos mecanismos democráticos e a busca por essas lideranças populistas, que se apresentam como única solução contra um sistema totalmente corrompido.

CAPÍTULO 2

Uma guerra pelo coração dos brasileiros

Em outubro de 2021, o atleta Maurício Souza, campeão olímpico pela seleção de vôlei brasileira, teve seu contrato para as temporadas de 2021 e 2022 rescindido pelo Minas Tênis Clube devido à repercussão de postagens de cunho homofóbico feitas pelo atleta em suas redes sociais. Apoiador declarado do ex-presidente Jair Bolsonaro, não era a primeira vez que o jogador expunha posicionamentos homofóbicos: em 2017, ele compartilhou em sua conta no Instagram a frase “Sou do tempo que fumar era bonito e dar a bunda era feio! Hoje fumar é feio e dar a bunda é bonito! Sorte que sou velho. Graças a Deus”⁴⁹. A publicação foi apagada horas depois. No dia 12 de outubro de 2021, data em que se comemora o Dia das Crianças no Brasil, o jogador compartilhou em sua conta uma crítica à notícia de que o “novo *Superman*” revelaria ser bissexual em futuras edições da história em quadrinhos. Na publicação, Maurício repostou a imagem do beijo entre o super-herói e outro personagem do mesmo sexo, junto à legenda: “A é só um desenho, não é nada demais [...] Vai nessa que vai ver onde vamos parar...”⁵⁰. Dessa vez, a publicação permaneceu em sua conta mesmo após pressão dos patrocinadores de seu clube para que o atleta se retratasse publicamente e deletasse o post. Quatro dias depois, Maurício publicou um vídeo em sua conta no qual afirmava estar sendo atacado por “pensar diferente” e pedia mais respeito pela “escolha de cada um”:

Quero deixar claro aqui que eu não tenho nada contra nenhum tipo de pessoa, sendo ela hétero ou homo, é pra mim indiferente. A minha luta é outra. A minha luta é, assim como as pessoas pedem respeito pelas opiniões delas, quem pensa diferente também tem que ter respeito né? [...] Eu não posso ser homofóbico porque eu penso diferente, eu tenho outra visão das coisas, eu valorizo outras coisas. Gosto de conservar a tradição, a família tradicional, os valores... Isso tá escrito na Bíblia, gente, não é nada demais. Eu não sou homofóbico porque eu tenho coragem de falar as coisas que eu acho certas, não. Entendeu? Mas tem que respeitar, assim como eu respeito a opinião, a escolha de cada um.⁵¹

⁴⁹ [Campeão olímpico de vôlei compartilha piada homofóbica em rede social](#). *Uol* (online), 07 out. 2017. Acesso em 08 jun. 2024.

⁵⁰ Publicação na página pessoal de Maurício Souza (@mauriciodovolei) no Instagram em 12 out. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CU8ZzR_g8TN/. Acesso em 08 jun. 2024.

⁵¹ Trecho de vídeo publicado na página pessoal de Maurício Souza (@mauriciodovolei) no Instagram em 16 out. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/tv/CVGmBnZrYkx/>. Acesso em 08 jun. 2024.

No vídeo, Maurício ainda afirma que é criticado e apedrejado por ser conservador e por defender aquilo que é “certo segundo a Bíblia”, e lamenta que muitas pessoas fiquem caladas por medo de serem repreendidas e chamadas de homofóbicas. O vídeo, que já foi visualizado mais de um milhão e setecentas mil vezes, recebeu centenas de comentários de pessoas que foram demonstrar apoio ao jogador e parabenizar sua coragem após especulações sobre sua demissão: “Muito obrigada por não se omitir e dar voz ao que é certo!”, “Parabéns pelo seu posicionamento”, “Não se cale! *Keep strong*”, “Milhões de brasileiros estão com você”, entre outros. No dia 27 de outubro, o jogador publicou um novo vídeo com um pedido de desculpas:

Eu vim aqui para pedir desculpas a todos que se sentiram ofendidos com a minha opinião, por eu defender aquilo que eu acredito. Não foi minha intenção. Assim como vocês defendem o que vocês acreditam, eu também tenho o direito de defender o que eu acredito. [...] Eu fico triste com tudo que tá acontecendo, porque infelizmente a gente não pode mais dar opinião, a gente não pode mais colocar os valores acima de tudo, valores de família, valores do que a gente acredita. Mas os valores de vocês a gente tem que respeitar a qualquer custo, se não a gente é taxado como homofóbico, como preconceituosos. Eu não concordo com isso.⁵²

Ainda que grande parte da imprensa tenha ressaltado a repercussão negativa ao posicionamento do jogador, criticado por figuras públicas como a apresentadora Xuxa, o comentarista esportivo Walter Casagrande e pelos também atletas de vôlei Carol Gattaz e Douglas Souza, o fato é que Maurício conquistou enorme popularidade após o episódio: no início de outubro, sua conta no Instagram contava com cerca de 250 mil seguidores; no final do mês, esse número havia ultrapassado a marca de 1,5 milhão⁵³. Ainda que tenha pedido desculpas “a todos que se sentiram ofendidos”, o atleta não voltou atrás em suas declarações; ao invés disso, optou por afirmar estar sendo vítima de perseguição e intolerância por permanecer fiel aos seus valores. Aproveitando a repercussão do caso, a deputada federal bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF) apresentou um projeto de lei para alterar o código penal, determinando uma punição para casos de “cerceamento ilegítimo de opinião”: O PL 3911/2021, apelidado pela deputada de “Lei Maurício Souza”, prevê “pena de detenção de dois meses a um ano e multa para quem cercear ou tentar cercear publicamente, por qualquer meio, a opinião de alguém sobre qualquer tema de interesse público, político, religioso ou social.”⁵⁴

⁵² Trecho de vídeo publicado na página pessoal de Maurício Souza (@mauriciodovolei) no Instagram em 27 out. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CVioCuPDjTc/>. Acesso em 08 jun. 2024.

⁵³ [Maurício Souza bate 1,5 milhão de seguidores após ser acusado de homofobia](#). **Poder 360** (online), 29 out. 2021. Acesso em 08 jun. 2024.

⁵⁴ [Projeto cria tipo penal para punir cerceamento ilegítimo de opinião](#). **Câmara dos Deputados** (online), 08 fev. 2022. Acesso em 08 jun. 2024.

As declarações homofóbicas representaram para Maurício o fim de sua trajetória no vôlei; por outro lado, elas também permitiram ao atleta realizar uma “transição de carreira”, do esporte para a política: transformado em mártir pelo público conservador, o ex-jogador aproveitou o engajamento que obteve nas redes sociais e, nas eleições de 2022, concorreu e foi eleito para o cargo de deputado federal pelo mesmo partido de Bolsonaro, o Partido Liberal (PL). Hoje, através de sua conta no Instagram, que agrega mais de dois milhões de seguidores, o ex-jogador compartilha diariamente conteúdos contra o PT, a esquerda, a legalização do aborto e o movimento LGBTQIA+.

Segundo Rodrigo Nunes, o empreendedorismo é um dos elementos-chave para compreender a ascensão da extrema-direita no Brasil pós-2013. Além de promover valores neoliberais, como a iniciativa pessoal e a liberdade econômica, a extrema-direita bolsonarista é, na visão de Nunes, um “fenômeno empreendedorístico em si mesmo” (Nunes, 2022, p. 84). Ao menos desde 2010, a expansão do mercado de influenciadores digitais nas plataformas de mídias sociais e o aprofundamento da polarização social entre conservadores e progressistas em diversas partes do mundo abriu caminho para que indivíduos apostassem na carreira de “influenciadores de direita”, lucrando com a produção de conteúdos políticos extremistas na Internet. No Brasil, foi o contexto de manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff, entre 2015 e 2016, que funcionou como primeira janela de oportunidade para que movimentos coletivos e lideranças individuais da chamada “nova direita” se lançassem no mercado político e midiático. Muitos dentre estes influenciadores foram capazes de converter a fama online em votos, se elegendo para cargos públicos – é o caso do mineiro Nikolas Ferreira (PL), eleito vereador de Belo Horizonte em 2018 e deputado federal em 2022, e do paulista Kim Kataguirí (União Brasil), eleito deputado federal em 2018 e reeleito em 2022.

É justamente neste contexto, em agosto de 2016, que foi fundada a empresa Brasil Paralelo Entretenimento e Educação S/A: idealizada por três jovens da cidade de Porto Alegre (RS), a Brasil Paralelo surge na ascensão da onda conservadora no Brasil e com o objetivo de produzir “conteúdo informativo relacionado ao contexto social, político e econômico brasileiro [...] de forma independente, apartidária e isenta”⁵⁵. A empresa produz filmes documentários, programas de entrevista e debate e podcasts, além de cursos de filosofia, economia, política, literatura, música etc. A maior parte deste conteúdo está disponível gratuitamente em seu canal no YouTube, mas há também cursos e conteúdos exclusivos para assinantes, disponíveis apenas na plataforma de streaming da produtora, lançada em 2021. Segundo a empresa, todo o seu faturamento provém das assinaturas pagas.

⁵⁵ [A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim.](#) **Brasil Paralelo** (online), 01 nov. 2021. Acesso em 08 jun. 2024.

Em 2024, a Brasil Paralelo completará oito anos de operação. Segundo matéria do Estadão⁵⁶, a empresa terminou o ano de 2023 com 400 mil assinantes (a título de comparação, no mesmo ano, o jornal Folha de S. Paulo contava com aproximadamente 750 mil assinaturas digitais, e o jornal carioca O Globo, com quase 350 mil⁵⁷), cerca de 200 funcionários e um faturamento de R\$180 milhões. Para sustentar o crescimento da empresa, desde 2020, a Brasil Paralelo vem investindo quantias impressionantes em publicidade nas redes sociais: a produtora é a empresa que mais gastou em anúncios da categoria política na Meta (empresa que engloba as plataformas digitais Facebook e Instagram) nos últimos quatro anos, chegando à marca dos R\$22 milhões – superando inclusive o Governo Federal, que no mesmo período investiu menos da metade deste valor⁵⁸. O canal da Brasil Paralelo no YouTube, onde é publicada a maior parte de sua produção audiovisual, apresenta atualmente 3,82 milhões de inscritos, quatro mil vídeos publicados e mais de 400 milhões de visualizações totais.

Ao lado de outros grupos midiáticos como Jovem Pan e O Antagonista, a Brasil Paralelo faz parte de uma nova geração de produtores de conteúdo de extrema-direita no país. Apelidada de “Netflix da Direita”⁵⁹, suas produções audiovisuais contribuem para a disseminação de perspectivas reacionárias, intolerantes e, com frequência, desinformativas sobre diferentes temas, como a Ditadura Militar no Brasil, o movimento feminista, a pandemia de Covid-19 e a crise climática, por exemplo. Nesse sentido, essas produções vêm se tornando objeto de reflexão e estudo para pesquisadores interessados em discutir desinformação, guerras culturais e polarização na sociedade brasileira (Gruner & Cleto, 2021; Salgado & Jorge, 2021; Bonsanto, 2021; Castro Rocha, 2021; Salles *et al.*, 2023). Com o objetivo de contribuir para estes debates, e partindo da apreensão de que as narrativas produzidas pela Brasil Paralelo permitem investigar a construção e circulação dos sentidos e enquadramentos acionados pela extrema-direita brasileira, o presente capítulo traz uma análise qualitativa de discursos presentes não apenas em suas produções audiovisuais, mas também em peças publicitárias da empresa e em falas de seus sócios-fundadores. A hipótese a ser sustentada é a de que esses discursos (e a própria existência da Brasil Paralelo) são sintomas da crescente relevância das guerras culturais para a construção dos discursos políticos e das identidades sociais no Brasil (Hunter, 1991; Hartman, 2015; Melo & Vaz, 2021).

⁵⁶ GODOY, Marcelo. [Brasil Paralelo quer unir a direita conservadora à liberal e lança documentário sobre comunismo](#). *Estadão* (online), 09 mar. 2024. Acesso em 09 jun. 2024.

⁵⁷ [Com assinatura barata, jornais turbinam digital em 2023](#). *Poder360* (online), 22 jan. 2024. Acesso em 09 jun. 2024.

⁵⁸ DELORENZO, Dri. [Brasil Paralelo gastou R\\$ 22 milhões em redes na Meta em 4 anos, o dobro da Secom](#). *Fórum* (online), 19 mar. 2024. Acesso em 09 jun. 2024.

⁵⁹ ZANINI, Fabio. [Produtora Brasil Paralelo vive crescimento meteórico e quer ser 'Netflix da direita'](#). *Folha de S. Paulo* (online), 29 mai. 2021. Acesso em 09 jun. 2024.

2.1. Guerra Cultural

No Brasil, desde 2018, a expressão “guerra cultural” ganhou destaque nos meios de comunicação e nas pesquisas acadêmicas para descrever ou interpretar um conjunto de fenômenos correlatos à ascensão do conservadorismo e das redes sociais digitais, que transformaram o debate político no Brasil nos anos recentes. Diversos autores parecem concordar que o conceito de guerra cultural surge no interior da cultura norte-americana, na década de 1990, sendo o livro de James Davison Hunter, *Culture Wars: The Struggle to Define America* (1991), tipicamente apontado como marco inicial dos debates (Hunter, 1991; Gallego, Ortellado & Moretto, 2017; Sayuri, 2019; Melo & Vaz, 2021). Para Hunter (2022, p. 26-27), a hipótese da guerra cultural tentava explicar como as perspectivas sobre um conjunto heterogêneo de temas, aparentemente desconexos (como aborto, energia nuclear, arte contemporânea e casamento entre pessoas do mesmo sexo), pareciam subitamente interligados, produzindo um claro alinhamento entre os cidadãos norte-americanos em lados opostos dos debates. Para o autor,

O cerne da discussão da guerra cultural era que a cultura pública norte-americana estava passando por um realinhamento que, por sua vez, estava gerando tensões e conflitos significativos. Esses antagonismos estavam ocorrendo não apenas na superfície da vida social (ou seja, em sua política cultural), mas nos níveis mais profundos e intensos, e não apenas no nível da ideologia, mas em seus símbolos públicos, seus mitos, seus discursos e por meio das estruturas institucionais que geram e sustentam a cultura pública. Assim, por baixo da miríade de controvérsias políticas sobre as chamadas questões culturais, havia crises ainda mais profundas sobre o próprio significado e propósito das instituições centrais da civilização norte-americana. (Hunter, 2022, p. 28)

A partir desta definição inicial proposta por Hunter, o termo tem sido empregado para descrever momentos de acirramento das disputas entre progressistas e conservadores sobre quais valores morais devem orientar a vida em comum, que se refletem em uma luta pelo poder de influência sobre as políticas públicas, a educação e as narrativas presentes na mídia. As guerras culturais também podem ser vistas como reações ao processo de secularização das sociedades ocidentais modernas e às transformações – em particular, na moralidade sexual – que emergiram como sua consequência (Melo & Vaz, 2021, p. 7). Por isso, essas disputas são frequentemente marcadas por diferenças morais profundas, de difícil conciliação: as questões que caracterizam uma guerra cultural envolvem conflitos entre valores considerados sagrados ou inegociáveis para muitos grupos sociais como, por exemplo, a adoção de crianças por casais homossexuais, a celebração da diversidade sexual, a legalização do aborto, o combate à desigualdade racial e de gênero através das políticas afirmativas em universidades e empresas, a presença do ensino religioso ou da educação sexual

nas escolas, a imigração e a incorporação de grupos étnicos e religiosos à identidade nacional, entre outros. Em geral, nas guerras culturais, os princípios e ideais em competição não são simplesmente

[...] atitudes que podem mudar por impulso, mas compromissos e crenças basilares que provêm uma fonte de identidade, propósito e união para as pessoas que vivem de acordo com eles. É precisamente por esta razão que a ação política enraizada nesses princípios e ideais tende a ser tão passional. (Hunter, 1991, p. 42)

Para Andrew Hartman, autor do livro *A War for The Soul of America: A History of the Culture Wars* (2015), a história das guerras culturais norte-americanas teve seu ponto de partida nos anos 1960, quando os movimentos de contracultura suscitaram o questionamento da família patriarcal, da religião, do racismo e das guerras, assim como a busca por estilos de vida alternativos e por uma sexualidade mais livre. Para o autor, essa geração foi responsável por reorientar a cultura nacional: ainda que tenham falhado em acabar com o racismo e com a guerra, esses movimentos tornaram os Estados Unidos um país menos hospitaleiro aos racistas e belicistas (Hartman, 2015, p. 12-13). Em contrapartida, muitos viram nessas forças subversivas um processo de decadência cultural, e ansiavam pelo retorno a um passado nostálgico no qual a família tradicional, o cristianismo e o patriotismo eram valores sagrados, quando os veteranos de guerra eram vistos como heróis e a História ensinada nas escolas e nos museus exaltava a grandeza triunfante da América, ao invés de denunciar os horrores da colonização e da escravidão. A partir de então, diversos aspectos da vida em sociedade se tornaram motivo de discórdia entre os indivíduos que buscavam preservar a moralidade tradicional e aqueles que desejavam romper com ela.

As guerras culturais dos anos 1980 e 1990 foram intensas. Aqueles que resistiram às mudanças culturais colocadas em andamento durante os anos 60, o fizeram por um sentimento profundo de perda. O mundo que eles estimavam estava evaporando. Aqueles que se identificavam com a América normativa dos anos 1950 lutavam pela sua sobrevivência. (Hartman, 2015, p. 285)

Na edição original do livro, publicada em 2015, Hartman chegava à conclusão de que as guerras culturais teriam sido superadas no século XXI, pois a maior parte dos americanos, incluindo os conservadores, teriam se “resignado” à nova realidade do país, mais multicultural e tolerante (Hartman, 2015, p. 285)⁶⁰. De fato, os primeiros anos do

⁶⁰ Em 2019, foi publicada uma segunda edição do livro, na qual Hartman revisa esse prognóstico sobre o fim das guerras culturais. O autor reconhece que o slogan de campanha de Donald Trump (*Make America Great Again*) é o mais recente exemplo da mesma narrativa sobre declínio cultural que organizou as atitudes dos conservadores desde a década de 1960. Assim, a ascensão de Trump à Casa Branca é reflexo de que as guerras culturais continuam relevantes na sociedade norte-americana (Hartman, 2019, p. 285).

século XXI assistiram à consolidação do “neoliberalismo progressista”, como descreve Nancy Fraser (2018): nesse novo *ethos* moral contemporâneo, o capitalismo passou a acomodar uma política progressista de reconhecimento, que associava meritocracia e diversidade, promovendo um discurso de empoderamento individual ao mesmo tempo em que aprofundava as desigualdades econômicas de classe: “o programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas ‘diversificá-la’, ‘empoderando’ mulheres ‘talentosas’, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo” (Fraser, 2018, p. 47).

É justamente essa acomodação entre neoliberalismo e políticas de equidade e inclusão que parece estar no centro das guerras culturais e na origem dos populismos conservadores atualmente: abandonados pelas agendas do novo consenso neoliberal progressista, determinados grupos passaram a acreditar que estão sendo ameaçados *material e simbolicamente*, que estão perdendo não apenas seus empregos, direitos e oportunidades, mas também a supremacia branca, masculina e cristã, que até então assegurava a posse de *algum* privilégio, mesmo em meio às adversidades financeiras:

É a ocorrência concomitante de severas perdas para alguns e ganhos modestos para outros que ajuda a extrema-direita a convencer os “perdedores” da globalização que se eles estão sendo privados de *direitos*, é porque há outros – mulheres, migrantes, grupos étnicos, pessoas LGBTQIA+ etc. – ganhando *privilégios* às suas custas. (Nunes, 2022, p. 39, grifos do autor)

Como sua lealdade o impede de criticar o capitalismo, para explicar a série de dificuldades e agruras geradas pelo funcionamento do neoliberalismo nas últimas décadas, o populismo conservador encontrará à sua disposição a guerra cultural como forma discursiva, que permite “articular um nexos imaginário entre distribuição de renda e moral” (Melo & Vaz, 2021, p. 17). Os líderes populistas contemporâneos apontam para as elites liberais (que são representadas como um grupo de intelectuais e artistas esnobes, preocupados com justiça social e crise climática e totalmente desconectados da realidade do povo) como as responsáveis pelo “esgarçamento do tecido moral, pelas fronteiras desprotegidas e por premiar quem não merece” (Brown, 2019, p. 16). Dessa forma, constrói-se uma série de oposições para explicar diferentes formas de mal-estar: nação *versus* entidades supranacionais; nativos *versus* migrantes; cristãos *versus* ateus; o mundo ocidental *versus* o islâmico; homens (e algumas mulheres) *versus* o feminismo; brancos *versus* negros, heterossexuais *versus* homossexuais etc.

Como notamos, a popularização do termo “guerra cultural” no Brasil acontece no momento de ascensão do bolsonarismo. Para Cristina Teixeira de Melo e Paulo Vaz (2021, p. 18), a campanha do ex-presidente em 2018, marcada pelo discurso anticomunista e pelo pânico moral em torno da “ideologia de gênero” e do “kit gay”, teria

selado a inserção do Brasil nas guerras culturais. Os autores ressaltam que esta inserção se deu após anos de escalada das controvérsias morais durante os governos petistas, em torno de temas como Bolsa Família, cotas raciais e o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Na mesma linha, Esther Solano, Pablo Ortellado e Márcio Moretto também relacionam as guerras culturais ao antipetismo, na medida em que a rejeição ao PT passou a ser justificada não apenas por fatores econômicos, mas igualmente por “temas morais, como o combate ao homossexualismo e o endurecimento penal” (Gallego, Ortellado & Moretto, 2017, p. 36).

Há ainda aqueles que entendem a guerra cultural como *modus operandi* da extrema-direita bolsonarista, como Angela Alonso, que utiliza o termo para descrever como a campanha presidencial de Bolsonaro empregou de forma sistemática as redes sociais para atacar adversários e avançar suas agendas (Alonso, 2019, p. 66). De modo semelhante, João César de Castro Rocha aponta que a guerra cultural é modo através do qual o bolsonarismo mantém “as massas digitais mobilizadas em constante excitação”, embora seja também a razão de sua ruína, na medida em que “pela negação de dados objetivos e pela necessidade de construir inimigos em série, [a guerra cultural] não permite que se administre a coisa pública” (Castro Rocha, 2021, p. 346).

É interessante notar que os personagens da extrema-direita também acionam o conceito de guerra cultural em seus discursos. De fato, uma das primeiras ocorrências do termo acontece em um discurso proferido pelo político conservador Pat Buchanan, durante a Convenção Nacional do Partido Republicano de 1992 (Hartman, 2015, p. 1). Após ser superado por George H. W. Bush nas primárias do partido, Buchanan convoca seus eleitores a votarem em Bush, apesar de suas divergências, para derrotar Bill Clinton, do Partido Democrata. No discurso, o conservador acusa Bill e Hillary Clinton de tentarem impor sobre o país uma agenda de feminismo radical, aborto sob demanda, direitos dos homossexuais e discriminação contra as escolas religiosas: “Meus amigos, essa eleição é [...] sobre o que nós acreditamos, e o que nós defendemos enquanto americanos. Há uma guerra religiosa acontecendo neste país. É uma guerra cultural, tão crítica para o tipo de nação que seremos como foi a Guerra Fria, pois é uma guerra pela alma da América.”⁶¹

No Brasil, parece ter sido Olavo de Carvalho o principal responsável por importar o conceito de origem norte-americana e torná-lo familiar para os conservadores. Em seus textos, a noção de guerra cultural surge, de forma explícita ou não, associada às ideias de “revolução cultural”, “*gramscismo*” e “marxismo cultural” (Mussi & Bianchi,

⁶¹ [Patrick Joseph Buchanan, “Culture War Speech: Address to the Republican National Convention” \(17 august 1992\). *Voices of Democracy* \(online\) \[s.d.\]. Acesso em 19 jun. 2024.](#)

2022). Em texto de 2007, por exemplo, o autor argumenta que a guerra cultural é “movida pela militância esquerdista para corromper o capitalismo desde dentro”⁶²:

O acontecimento mental mais importante e notório da segunda metade do século XX é a disseminação do “marxismo cultural” entre as classes superiores no mundo ocidental. Ela tem como corolário inevitável a apostasia geral em relação aos valores morais e religiosos que fundaram o capitalismo. Na geração dos *baby-boomers* que hoje brilham nos altos postos das finanças, da indústria, da mídia e do *show business*, quem não aderiu francamente ao esquerdismo e ao anti-americanismo ao menos abjurou por completo das crenças religiosas dos seus pais e se imbuíu de um progressismo darwinista ou de um liberalismo amoral que não hesita em promover as causas esquerdistas – especialmente o abortismo e o gayzismo [...]⁶³

Embora seu pensamento tenha sido em larga medida menosprezado pelo meio acadêmico e pelos círculos intelectuais no país, Olavo de Carvalho conseguiu fazer com que suas ideias circulassem por diferentes espaços desde a década de 1990: escreveu ensaios e colunas para diversos jornais e revistas, publicou livros, criou o website *Mídia Sem Máscara* em 2002 e, finalmente, ocupou as redes sociais, onde encontrou o meio mais adequado para disseminar seu *sistema de crenças* (Castro Rocha, 2021, p. 65). Rejeitado pela “elite intelectual” que tanto condenava em seus textos e cursos, o filósofo-astrólogo almejou “formar uma camada de intelectuais que se situa *fora* do aparelho universitário [...] e, em certo sentido, se constitui *em oposição a esse aparelho*” (Bianchi, 2021, p. 75, grifos nossos). É essa legião de *influenciadores-intelectuais-olavistas* que segue hoje, após a morte do autor em 2022, disseminando sua visão de mundo para o público brasileiro, especialmente nos meios digitais – mas não só.

Em 2023, foi publicado o livro *Guerra Cultural na Prática: Como combater as estratégias da esquerda que estão destruindo o Ocidente* (Lopes, 2023), com diversas referências ao pensamento olavista. Trata-se de uma coletânea de textos organizada por Gustavo Lopes, que ocupou o cargo de Secretário Nacional do Audiovisual durante o governo Bolsonaro. Cada capítulo do livro (Figura 6) aborda um diferente âmbito no qual a guerra cultural está sendo travada: linguagem, cinema, movimentos de minorias, agenda ambiental, saúde, arte, sistema de justiça etc. Segundo o organizador da obra,

Essa é uma guerra na qual a esquerda vem se especializando há mais de 100 anos, aprimorando o uso de ferramentas culturais para implantar e, em certos casos, impor sua visão de mundo na sociedade. Embora essa batalha por corações e mentes já se estenda por um século, é nos dias atuais que ela atingiu novos patamares, e praticamente tudo passa por essa ótica hoje. *O marxismo cultural está entranhado no debate público de maneira quase total*. Boa parte do

⁶² CARVALHO, Olavo. [Karl Marx na fonte da juventude](#). **Olavo de Carvalho** (online) [s.d.]. Acesso em 17 jun. 2024.

⁶³ Idem.

que é debatido, discutido e posto como verdade, atualmente, está, de certa forma, enviesado pelas narrativas desse movimento. (Lopes, 2023, p. 14, grifo nosso).

Figura 6. Sumário do livro *Guerra Cultural na Prática: Como combater as estratégias da esquerda que estão destruindo o ocidente*.

SUMÁRIO	
7 APRESENTAÇÃO	
9 PREFÁCIO	
11 INTRODUÇÃO À GUERRA CULTURAL por Gustavo Lopes	
17 Revolução Cultural Chinesa	
19 Silenciamento da direita brasileira	
27 Hegemonia cultural	
33 Escola de Frankfurt	
41 MANIPULAÇÃO DA LINGUAGEM por Lara Brenner com colaboração de Luciano Pires	
45 Guerra pelo imaginário	
48 As tribos justiceiras e o medo da retaliação	
50 A conta chega para todos	
54 A ignorância fazendo suas vítimas	
56 A sorrateira manipulação da linguagem	
62 Conclusão	
67 ARTES & CULTURA POP - O IMAGINÁRIO E O CINEMA por Canal Heróis e Mais	
70 A essência do cinema	
79 O parasita pós-moderno	
80 O arquétipo de Mary Sue	
81 O contra-ataque	
83 ANTICAPITALISMO, ANTIRRACISMO E FEMINISMO por Patrícia Silva	
86 As origens do pensamento anticapitalista	
89 A operacionalização do antirracismo como rota para o anticapitalismo	
91 O feminismo como plataforma do marxismo	
95 Conclusão	
99 MEIO AMBIENTE, IDEOLOGIA E OS INTERESSES INTERNACIONAIS por Ricardo Salles	
101 Mas como é o meio ambiente rural no Brasil?	
104 O meio ambiente urbano no Brasil: abandono e poluição	
106 O papel do governo brasileiro e os interesses internacionais	
109 A agenda climática: indústria, estratégia e ideologia	
111 Clima, cultura e costumes	
113 Soluções ambientais, o ESG e o papel do setor privado	
115 SAÚDE, CULTURA E SOCIEDADE por Hélio Angotti Neto	
118 A Guerra Cultural na saúde	
120 A visão hipocrática	
122 A visão utilitarista	
125 A cultura afeta a saúde	
126 A saúde afeta e define a cultura e a sociedade	
127 A manipulação cultural da saúde	
134 Em prol de uma saúde culturalmente benéfica	
135 FILOSOFIA: EXPERIÊNCIA E IDEOLOGIA por Natália Sulman	
149 A ARTE COMO VEÍCULO REVOLUCIONÁRIO por Cristián Rodrigo Iturralde	
169 A POLÍTICA E A GUERRA CULTURAL por Eduardo Bolsonaro	
176 Como ocorre na prática?	
177 O erro crasso brasileiro	
183 UMA PROPOSTA PARA O STF por Ives Gandra Martins	

Fonte: Lopes, 2023, p. 5-6.

O penúltimo capítulo do livro, intitulado *A política e a guerra cultural*, é assinado por Eduardo Bolsonaro. Nele, a guerra cultural é definida como uma nova estratégia de tomada de poder desenvolvida por pensadores da esquerda na segunda metade do século XX para substituir a revolução armada (Bolsonaro, 2023, p. 175). Segundo ele, a prática da guerra cultural é a raiz das mazelas do Ocidente, ou seja,

[...] a demonização da Igreja, a perseguição a cristãos, a criminalização da masculinidade, a *bandidolatria*, a confusão mental de gênero já na infância, o uso de aparato de leis para proteger a corrupção e mais um universo de consequências que encontra respaldo nas formas pelas quais a esquerda hoje se utiliza para tomar o poder. (Bolsonaro, 2023, p. 171)

A convicção de que a guerra cultural promovida pela esquerda tem como um de seus fins a perseguição aos cristãos e a destruição de seus valores também é mote do livro *O Cristão e a Política: Descubra como vencer a guerra cultural*, publicado em 2023 pelo deputado federal evangélico Nikolas Ferreira (outro fervoroso discípulo dos ensinamentos de Olavo de Carvalho), com prefácio assinado pelo Pastor Silas Malafaia. O livro conclama os cristãos a participarem da política em defesa de seus valores: “Faça parte dessa geração audaciosa, que não tem medo de *enfrentar essa guerra cultural*. Não permita que essa geração seja perdida para *ideologias do inferno*.” (Malafaia, 2023, p. 10, grifos nossos). Mas como, então, enfrentar (e vencer) a guerra cultural? Quais devem ser os projetos políticos dos cristãos para o Brasil? Como ser um “influenciador” da palavra de Deus? Como impedir que os jovens sucumbam às “ideologias do inferno”? Curiosamente, a obra não oferece mais do que algumas passagens bíblicas e conselhos genéricos para essas perguntas – de fato, como atesta o sumário do livro (Figura 7), o autor parece muito mais preocupado em *reagir* aos intelectuais e às “armas de influência política” da esquerda, do que em *propor* o que quer que seja aos cristãos.

Figura 7. Sumário do livro *O Cristão e a Política: Descubra como vencer a guerra cultural*.

Sumário

PREFÁCIO

INTRODUÇÃO

PALAVRA INICIAL

1. Karl Marx

2. A Escola de Frankfurt

3. Antonio Gramsci

4. Paulo Freire

5. Primeira arma de influência política: Ativismo LGBT

6. Segunda arma de influência política: Ideologia de gênero

7. Terceira arma de influência política: Universidades

8. Quarta arma de influência política: Feminismo

9. Quinta arma de influência política: Cultura

CONCLUSÃO

BIBLIOGRAFIA

SOBRE O AUTOR

Fonte: Ferreira, 2023, p. 5.

Entendido como sintoma, o tipo de discurso que encontramos no livro revela que o *reconhecimento de inimigos* e a *produção de pânico morais em série* se tornou modo privilegiado de construir a mobilização política na cultura contemporânea. Ao invés de adotarem um discurso moderado que busque o convencimento da maioria, esses empreendedores morais conservadores optam por manter a própria base de apoiadores inflamada e combativa, alimentando-a obstinadamente com narrativas repletas de ameaças à sua existência e à preservação de seus valores: “Nesse campo discursivo de ação convertido em reino do medo e performado como cruzada moral, a política compreendida como diálogo agonístico [...] se transmuta em uma guerra que só pode terminar com a eliminação do adversário compreendido como inimigo” (Miskolci, 2021, p. 62). Importante ressaltar que não se trata de estratégia exclusiva da extrema-direita: diversos grupos militantes de esquerda e/ou ligados à política de identidades também apostaram, nos últimos anos, na formação de grupos fechados, na indignação como motor de campanhas políticas e no punitivismo endereçado àqueles que violassem as regras morais do grupo, dando origem a formas de ativismo dogmáticas e autoritárias, especialmente no meio digital e no debate acadêmico (Bosco, 2017; Miskolci, 2021).

Sendo assim, podemos argumentar que as dinâmicas políticas que alimentam a polarização social e as guerras culturais não são apanágio do campo conservador. Entretanto, quando se trata de vencer eleições majoritárias, esse cenário se revela mais vantajoso para a direita do que para a esquerda brasileira. Isso porque, segundo André Singer (2021), a vantagem numérica dos eleitores de direita em relação aos de esquerda no país permite que os líderes conservadores sejam eleitos sem precisar construir alianças com o centro. A análise de Singer ajuda a explicar por que candidatos de direita, como Fernando Collor e Jair Bolsonaro, apostaram na radicalização e na polarização ideológica, enquanto candidatos de esquerda, como Lula, são obrigados a moderar seus discursos para conquistar o apoio dos eleitores de centro, como ocorreu em 2002 e em 2022:

Como candidatos de uma área cuja unificação permite vencer em segundo turno, os líderes conservadores procedem a uma permanente agitação, voltada para manter a centro-direita soldada ao bloco conservador. Afinal, ter um “inimigo” comum que representa ameaças aumenta as chances de unidade. [...] Se deixarem a tensão relaxar, os chefes conservadores correm o risco de ver os eleitores de centro-direita migrarem para uma aliança de centro. [...] *Bolsonaro, como Collor, jogava na polarização, e não na conquista do centro.* (Singer, 2021, p. 715-716, grifo nosso)

Os dados presentes na análise de Singer reforçam, portanto, a centralidade das guerras culturais para o campo conservador. Como salientamos, as guerras culturais não são um fenômeno inédito – líderes e partidos conservadores recorrem às pautas

morais e ao discurso anticomunista há décadas para vencerem eleições. Mas é razoável imaginar que o fenômeno recebe novas dimensões com as tecnologias digitais e seus recursos. Mais do que isso, o repertório de argumentos utilizado pela extrema-direita parece ser renovado a cada dia, incluindo sempre novos temas, a depender do contexto político e cultural da hora, tanto no nível nacional quanto internacional. Na sequência, a análise dos discursos da empresa Brasil Paralelo buscará mapear quais foram alguns desses temas e argumentos em anos recentes.

2.2. Brasil Paralelo S/A

O trio de sócios-fundadores da empresa Brasil Paralelo é composto pelos jovens gaúchos Henrique Viana, Filipe Valerim e Lucas Ferrugem, todos ex-alunos do curso de administração de empresas da Escola Superior de Publicidade e Marketing (ESPM). Viana é identificado como diretor-executivo da empresa; já Filipe Valerim e Lucas Ferrugem estão mais envolvidos com o desenvolvimento das produções audiovisuais, atuando como diretores, roteiristas e apresentadores. Em entrevista concedida ao portal Boletim da Liberdade, Filipe Valerim explica que a inspiração para criar a Brasil Paralelo ocorreu em um momento de “despertar de consciência política” no país:

Após o impeachment da ex-presidente, ficou claro que havia uma parcela significativa da população com o potencial de se mobilizar e gerar mudanças efetivas na rota que seguíamos. Isso nos entusiasmou. Ao mesmo tempo em que as pessoas estavam emocionalmente envolvidas com esse processo, havia uma carência enorme por compreender o que nos levou até aquele momento de crise política extrema. Enquanto a maioria da população permanecia adormecida, ou comprometida com uma hegemonia cultural de esquerda, ainda restavam alguns “sobreviventes”: professores, políticos, escritores, historiadores, filósofos, pesquisadores, profissionais que eram referência em suas áreas e que tinham como contribuir de forma mais lúcida ou racional com essa análise – abstando-se de sentimentalismo.⁶⁴

Encontramos aqui os primeiros indícios da adesão da Brasil Paralelo ao *sistema de crenças* de Olavo de Carvalho: esse sistema de crenças, fundamental para a ascensão da direita no Brasil, é sustentado pela “convicção não apenas na *hegemonia*, mas na *doutrinação de esquerda*, que teria conquistado corações e mentes” (Castro Rocha, 2021, p. 55, grifo do autor). Como veremos nesta análise, a empresa busca legitimar sua relevância para a audiência a partir dessa convicção, argumentando que o seu conteúdo desafia as narrativas dominantes que circulam nos meios de comunicação e nas instituições de ensino brasileiras.

⁶⁴ [Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet](#). **Boletim da Liberdade** (online), 19 jul. 2018. Acesso em 15 jun. 2024.

Para produzir seu primeiro documentário, uma série de seis episódios intitulada “Congresso Brasil Paralelo”⁶⁵, os sócios decidiram entrevistar os especialistas (descritos por Valerim como “sobreviventes”) que poderiam contribuir com perspectivas políticas e culturais supostamente ausentes na grande mídia, conectando “a falta de conhecimento das pessoas com aqueles que sabiam o que falar e ainda não tinham a oportunidade de fazê-lo”⁶⁶. Entre os convidados estavam Olavo de Carvalho, Luiz Felipe Pondé, Luiz Philippe de Orléans e Bragança, Beatriz Kicis, Janaína Paschoal, Joice Hasselmann, Felipe Moura Brasil, Eduardo Bolsonaro, Jair Bolsonaro e Lobão. Há também diversos nomes ligados a *think tanks* liberais, como o Instituto Liberal, o Instituto Millenium e o Instituto Mises Brasil.

Segundo Camila Rocha (2019), esses *think tanks*, dedicados à difusão do ideário pró-mercado na sociedade civil, ofereceram suporte organizacional, intelectual e financeiro para uma nova militância de direita nos anos 2010. A autora ressalta que, nesse momento, a crescente insatisfação com os governos petistas entre as classes média e alta e a popularização da Internet produziram o ambiente ideal para que jovens universitários e profissionais liberais formassem comunidades virtuais “em torno da defesa radical da liberdade de mercado como fundamento último para a organização da economia e da sociedade” (Rocha, 2019, p. 1). Nesse sentido, a própria Brasil Paralelo pode ser vista como um dos “frutos” do trabalho de base realizado por esses institutos, como atestam seus fundadores: em entrevista ao podcast do Instituto Mises Brasil, Filipe Valerim atribuiu aos eventos organizados pelo empresário Hélio Beltrão (fundador do IMB) o “despertar político” do grupo quando ainda estavam na faculdade⁶⁷. Em outra entrevista, o sócio Henrique Viana também lembra que os artigos sobre economia e filosofia produzidos pelo IMB estavam entre as primeiras referências intelectuais do trio, ao lado dos vídeos de Olavo de Carvalho⁶⁸: “*Aprendemos muito com eles para sair um pouco da matrix*”⁶⁹.

⁶⁵ Os episódios foram lançados entre dezembro de 2016 e abril de 2017 no canal de YouTube da Brasil Paralelo. Disponível em: [Capítulo 1: Panorama Brasil - Um Raio X Inconveniente](#), [Capítulo 2: Terra de Santa Cruz](#), [Capítulo 3: As Raízes do Problema - Como chegamos aqui?](#), [Capítulo 4: Dividindo pessoas, centralizando o Poder](#), [Capítulo 5: Propostas](#) e [Capítulo 6: Impeachment: do Apogeu à Queda](#). Acesso em 15 jun. 2024.

⁶⁶ [O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa](#). **Brasil Paralelo** (online), 30 ago. 2022. Acesso em 15 jun. 2024.

⁶⁷ MARTINS, Yago. [Podcast 368 - Brasil Paralelo \(Filipe Valerim\)](#). **Mises Brasil** (online) [s.d.]. Acesso em 15 jun. 2024.

⁶⁸ DIRANI, Claudio. [PERFIL | Henrique Viana abre as portas da Brasil Paralelo](#). **Revista Esmeril** (online), 21 jan. 2020. Acesso em 27 set. 2021.

⁶⁹ As expressões “sair da matrix” ou “tomar a pílula vermelha” são referências ao filme *The Matrix* (1999), ficção científica que se passa em um mundo distópico no qual a humanidade foi escravizada por um sistema inteligente e artificial chamado Matrix, que manipula a mente das pessoas e cria a ilusão de um mundo real enquanto usa os corpos dos humanos para produzir energia. No discurso da *alt-right* norte-americana, exportado para outros países através das redes sociais e de fóruns online, essas expressões descrevem o processo pelo qual um sujeito entra em contato com vozes e ideias conservadoras (supostamente excluídas

Princípios neoliberais estão ostensivamente presentes nos discursos da Brasil Paralelo, que revelam uma profunda aversão ao Estado e a descrença na política e na justiça social enquanto mecanismos de transformação da sociedade. De acordo com Filipe Valerim, o rápido crescimento da Brasil Paralelo pode ser atribuído ao fato de que, concebido como uma empresa privada, o projeto foi colocado sob o crivo do mercado, que incentiva a máxima produtividade: “Não tínhamos garantias nem alternativas a não ser gerar valor para as pessoas a ponto de elas quererem nos retribuir.”⁷⁰ Em diversas declarações, os sócios reforçam que não recebem nenhuma forma de financiamento estatal – nem através de leis de incentivo, nem por meio de empréstimos de bancos públicos. Para a Brasil Paralelo, o resgate da cultura deve ser uma tarefa assumida por cada pessoa, e não relegada ao Estado: “não tem funcionado esperar que os governos solucionem os problemas [...] é preciso que cada pessoa, cada família e a sociedade civil organizada assumam suas responsabilidades”⁷¹. Para Wendy Brown (2019), esse tipo de discurso, que deprecia o Estado e busca transferir responsabilidades para os indivíduos e suas famílias, é parte de um projeto neoliberal que visa destronar a política, a democracia e a justiça social, como discutiremos à frente.

A escolha por não aceitarem recursos oriundos do Estado, além do mais, seria uma forma de garantir a autonomia de suas produções. A Brasil Paralelo defende que seu conteúdo rompe com “a hegemonia das perspectivas de mundo instrumentalizadas por partidos e ideologias que querem ir contra a verdade, contra a realidade, a fim de sustentar sua própria visão.”⁷² A oposição entre *verdade* e *ideologia* é outro elemento recorrente nos discursos que apresentam a missão da empresa: a Brasil Paralelo afirma ser orientada por um compromisso inegociável com a verdade: seu único objetivo é “informar o público produzindo conteúdos totalmente despidos de qualquer ideologia política”⁷³. Em seus discursos, o conceito de ideologia é utilizado como sinônimo de mentira e manipulação, uma narrativa fabricada por grupos políticos para impor uma visão deturpada sobre a sociedade. Já os documentários da B.P. seriam ancorados na “realidade dos fatos”, produzidos por meio da recuperação de documentos, relatos e arquivos muitas vezes desconhecidos pelo grande público. Em uma entrevista dada ao programa *Pânico*, da Jovem Pan, Lucas Ferrugem resume como os sócios entendem a ideologia e sua relação com o autoritarismo de Estado:

do debate público tradicional) e passa a questionar a realidade produzida pela “hegemonia intelectual e cultural” dos movimentos progressistas. (Hawley, 2017, p. 83).

⁷⁰ [Brasil Paralelo: em entrevista exclusiva, conheça a origem dos documentários que fazem sucesso na Internet](#). **Boletim da Liberdade** (online), 19 jul. 2018. Acesso em 15 jun. 2024.

⁷¹ [A Brasil Paralelo é uma farsa? A descrição na Wikipédia diz que sim](#). **Brasil Paralelo** (online), 01 set. 2021. Acesso em 15 jun. 2024.

⁷² *Idem*.

⁷³ *Idem*.

Ideologia, pra gente, é crime. Entendeu? Ideologia é crime, cara. Ideologia é quando tu tá (sic) te apropriando de todas as ferramentas de Estado, principalmente autoritarismo, pra impor um conjunto de ideias que formam uma sociedade idealizada na tua cabeça. Só que não tem como um ser humano compreender a sociedade e todas as variáveis que estão nelas pra desenhar a sociedade futura, vai dar invariavelmente em genocídio, em assassinato, em ditadura... Vai dar merda, ideologia dá merda.⁷⁴

Para entendermos a lógica que permeia este discurso precisamos recuperar as ideias do austríaco Friedrich Hayek, um dos principais pensadores do neoliberalismo no século XX. Para Hayek, qualquer tentativa de organizar a vida em sociedade através do poder político para atingir um determinado fim seria por natureza coercitiva e totalitária.

Os vários gêneros de coletivismo – comunismo, fascismo etc. – diferem entre si quanto ao fim para o qual pretendem dirigir os esforços da sociedade. Todos eles, porém, se distinguem do liberalismo e do individualismo por pretenderem organizar a sociedade inteira e todos os seus recursos visando a essa finalidade única e por se negarem a reconhecer esferas autônomas em que os objetivos individuais são soberanos. Em suma, são totalitários na verdadeira acepção deste novo termo que adotamos para designar as manifestações inesperadas e no entanto inseparáveis do que em teoria chamamos coletivismo. (Hayek, 2010, p. 75)

Novamente, é Wendy Brown quem chama atenção para o fato de que, desde as suas origens, o neoliberalismo visou reduzir a esfera de interferência do Estado e atacar a ideia de uma organização política da sociedade: “Hayek visa afirmar a liberdade contra o mandado político, os indivíduos contra o coletivo e o desenvolvimento espontâneo contra o projeto social racional. Ele busca desreificar a sociedade como nada mais que indivíduos e busca o destronamento da política de modo que o mercado e a moral possam retomar seu lugar puro e de direito” (Brown, 2019, p. 126-127). Em sua análise, a autora procura sublinhar o modo como a racionalidade neoliberal e a defesa da liberdade de mercado puderam ser combinadas à moralidade tradicional, dando origem a “um projeto político-moral que visa proteger as hierarquias tradicionais negando a própria ideia do social e restringindo radicalmente o alcance do poder político democrático nos Estados-nação” (Brown, 2019, p. 23). Ainda que o amálgama desses dois horizontes morais – o neoliberalismo, com sua promessa de inovação e liberdade, e o conservadorismo, com seu apelo à tradição e às autoridades – seja instável e carregado de contradições, ele se fortalece diante da identificação dos inimigos comuns a serem combatidos: as políticas de justiça social, os movimentos de minorias sociais, os partidos da esquerda socialista e o “politicamente correto”.

⁷⁴ [Brasil Paralelo afirma ser contra ideologia](#). **Pânico Jovem Pan**, YouTube, 01 abr. 2019. Acesso em 16 jun. 2024.

2.3. “Para vencer essa batalha, só resta uma alternativa”: guerra cultural nos documentários da Brasil Paralelo

A Brasil Paralelo pode ser entendida como um sintoma das guerras culturais que se desenrolam na sociedade brasileira nos últimos anos, e suas produções servem de janela para investigar o credo neoliberal-conservador que orienta os discursos da nova direita no país (Salgado & Jorge, 2021). A empresa afirma que sua missão é “resgatar os bons valores, ideias e sentimentos no coração de todos os brasileiros”⁷⁵. No entanto, para alcançar essa missão,

Precisamos ter a capacidade de *competir com a grande mídia, com os produtores de cinema e com as universidades*. Essa é a reforma cultural que vai nos tirar do redemoinho que nos encontramos há anos. Nesse exato momento, *a nossa liberdade de expressão está sendo duramente atacada*. Pra vencer essa batalha, só resta uma alternativa: nos juntarmos.⁷⁶ (grifos nossos)

A Brasil Paralelo apresenta-se como uma alternativa à mídia tradicional e às instituições de ensino, supostamente contaminados por “narrativas ideológicas” e pela “cultura woke”⁷⁷. Em 2020, uma de suas peças publicitárias fazia um “apelo aos patriotas”, convidando os espectadores a apoiarem a produção da empresa através de um plano de assinatura econômico, o Plano Patriota (R\$10/mês). Na propaganda, os membros assinantes são descritos como “pessoas que despertaram para os problemas do Brasil, pessoas que decidiram participar da vida pública, influenciando a nossa cultura e reconstruindo o Brasil que tanto queremos.”⁷⁸ No ano seguinte, a empresa anunciou o lançamento de sua própria plataforma de streaming de filmes, a *BP Select*. O diferencial da *BP Select* para outros serviços de streaming disponíveis no mercado seria um catálogo que priorizaria a qualidade ao invés da quantidade, com filmes e programas infantis especialmente selecionados, que trazem histórias emocionantes e educativas, além de refletirem os valores da empresa – “filmes com conteúdo de qualidade, *sem valores contrários à família* e que permitem bons aprendizados junto com entretenimento”⁷⁹ (grifo nosso).

Embora a Brasil Paralelo venha diversificando seu catálogo de produções nos últimos anos, os filmes documentários continuam sendo o principal produto da empresa.

⁷⁵ [O que é a Brasil Paralelo? Conheça a história completa da empresa](#). **Brasil Paralelo** (online), 30 ago. 2022. Acesso em 23 jun. 2024.

⁷⁶ Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19. Los Filmeiros](#), YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 25 jun. 2024. Nota: o link para o vídeo original do documentário, publicado no canal oficial da Brasil Paralelo, está atualmente indisponível.

⁷⁷ [O quanto pautas ideológicas estão presentes em streamings? Veja alguns dos principais casos de ideologias em filmes e séries modernas](#). **Brasil Paralelo** (online), 08 ago. 2023. Acesso em 23 jun. 2024.

⁷⁸ [UM APELO AOS PATRIOTAS](#). **Brasil Paralelo**, Youtube, 09 set. 2020. Acesso em 23 jun. 2024.

⁷⁹ [Conteúdo Infantil da Brasil Paralelo - Quais são os desenhos do streaming da BP?](#) **Brasil Paralelo** (online), 21 dez. 2021. Acesso em 03 jun. 2024.

As primeiras produções, lançadas entre 2016 e 2021, foram publicadas na íntegra em seu canal do YouTube e encontram-se disponíveis gratuitamente até hoje, com algumas exceções⁸⁰. Desde o lançamento da *BP Select*, entretanto, a maior parte dos filmes é lançada de forma exclusiva para os assinantes da plataforma, e apenas “cortes” são publicados no YouTube com fim de divulgação. A relação dos documentários pode ser observada na tabela abaixo (Tabela 1).

Tabela 1. Lista de documentários produzidos pela Brasil Paralelo até junho de 2024.

Título do documentário	Data de lançamento	Tema principal	Disponível no Youtube?
Congresso Brasil Paralelo	Dezembro de 2016	Política brasileira	Sim
Brasil: A Última Cruzada	Setembro de 2017	História do Brasil (Colonização Portuguesa até Era Vargas)	Sim
O Dia Depois da Eleição	Junho de 2018	Política e eleições no Brasil	Sim
Teatro das Tesouras	Agosto de 2018	Política e eleições no Brasil	Sim
1964: O Brasil entre Armas e Livros	Abril de 2019	História do Brasil (Ditadura Militar)	Sim
Pátria Educadora	Março de 2020	A crise na educação brasileira	Sim
7 Denúncias: As Consequências do Caso Covid-19	Junho de 2020	Pandemia de Covid-19 e totalitarismo	Não
Os Donos da Verdade	Agosto de 2020	Liberdade de expressão	Não
O Fim das Nações	Outubro de 2020	Geopolítica internacional (China, Estados Unidos e Rússia)	Sim
As Grandes Minorias	Novembro de 2020	Movimentos sociais	Sim
A Queda Argentina	Março de 2021	Crise econômica na Argentina	Sim
A Primeira Arte	Abril de 2021	Música	Parcialmente
Cortina de Fumaça	Junho de 2021	Movimento ambientalista	Sim
A Sétima Arte	Outubro de 2021	Cinema	Sim
O Fim da Beleza	Fevereiro de 2022	Arte e arquitetura modernas	Sim
A Face Oculta do Feminismo	Abril de 2022	Movimento feminista	Apenas cortes
Entre Lobos	Junho de 2022	A crise de segurança pública no Brasil	Apenas cortes
Guerra do Imaginário	Agosto de 2022	Literatura britânica (Chesterton, CS Lewis e Tolkien)	Apenas cortes
A Crise dos 3 Poderes	Setembro de 2022	Crise política e instituições no Brasil	Apenas cortes
A Camisa Mais Pesada do Mundo	Novembro de 2022	História da seleção brasileira de futebol	Apenas cortes
Varig: A caixa-preta do Brasil	Dezembro de 2022	Economia brasileira	Apenas cortes
A Fantástica Fábrica de Sanidade	Janeiro de 2023	Crise de saúde mental	Apenas cortes
Nicarágua: Liberdade Exilada	Fevereiro de 2023	Ditaduras comunistas	Apenas cortes

⁸⁰ As exceções são os filmes *7 Denúncias: As consequências do Caso Covid-19* e *Os Donos da Verdade*: ambos foram publicados integralmente no YouTube em 2020, mas encontram-se indisponíveis atualmente no canal oficial da produtora.

Era uma vez Carnaval	Fevereiro de 2023	História do Carnaval no Brasil	Não
A Direita no Brasil	Março de 2023	Perspectivas para a direita brasileira	Apenas cortes
Infiltrados: Venezuela	Junho de 2023	Ditaduras comunistas	Apenas cortes
Duas Vidas	Outubro de 2023	Aborto e movimento pró-vida	Sim
Déjà Vu: O primeiro ano do “novo” governo Lula	Dezembro de 2023	Política brasileira	Não
História do Comunismo	Março de 2024	Movimento comunista	Parcialmente

Fonte: elaboração própria.

De antemão, é possível perceber que os primeiros documentários da empresa, lançados entre 2016 e 2019, tiveram como foco principal a história e a política no Brasil brasileira. Desde 2020, no entanto, o número de produções por ano aumentou, assim como a variedade de temas abordados: educação, política internacional, movimentos sociais, meio-ambiente, arte, cinema, cultura brasileira etc. Para esta análise, foram selecionados onze documentários, lançados entre março de 2020 e abril de 2022: *Pátria Educadora* (2020), *7 Denúncias: As consequências do Caso Covid-19* (2020), *Os Donos da Verdade* (2020), *O Fim das Nações* (2020), *As Grandes Minorias* (2020), *A Queda Argentina* (2020), *A Primeira Arte* (2020), *Cortina de Fumaça* (2021), *A Sétima Arte* (2021), *O Fim da Beleza* (2022) e *A Face Oculta do Feminismo* (2022).

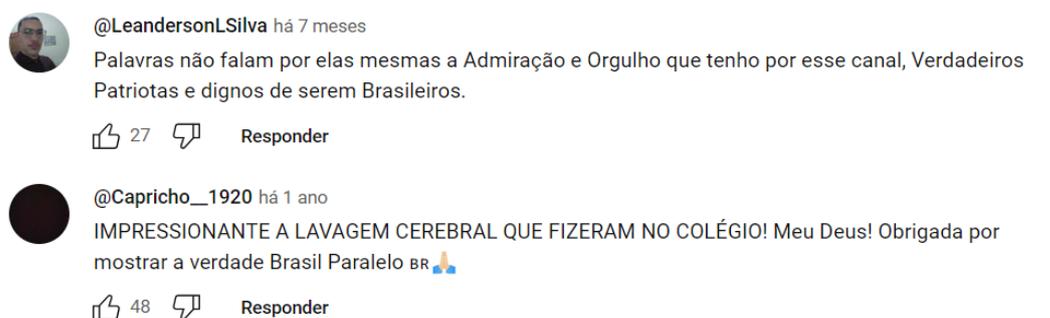
Cabe apontar inicialmente algumas características relevantes na construção destes documentários. Em primeiro lugar, é importante ressaltar a qualidade estética das produções: os documentários mais recentes são produzidos por equipes de quase vinte pessoas, com direito à direção de arte, direção de fotografia, operador de câmera, efeitos sonoros, mixagem de som, música de abertura, seleção de trilha sonora, pesquisa e acervo etc. O resultado é um produto que transmite credibilidade, seriedade e profissionalismo. Além disso, todos os filmes seguem um estilo expositivo, típico de produções com propósitos didáticos, e fazem uso frequente da narração em off e de entrevistas com especialistas, acadêmicos e professores. Esse tipo de documentário

[...] agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética. O modo expositivo dirige-se ao espectador diretamente, com legendas ou vozes que propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam a história [...] O modo expositivo enfatiza a impressão de objetividade e argumento bem-embasado. O comentário com voz-over parece literalmente “acima” da disputa; ele tem a capacidade de julgar ações no mundo histórico sem se envolver nelas. (Nichols, 2005, p. 142-144)

Segundo Bill Nichols, uma das formas de definir os filmes documentários é pela relação que esse gênero estabelece com sua audiência: “os públicos vão ao encontro dos documentários com a expectativa de que o desejo de saber mais sobre o mundo será satisfeito durante o decorrer da fita” (Nichols, 2005, p. 69-70). É possível encontrar

essa dimensão de descoberta de novos conhecimentos nos comentários deixados pelos espectadores da Brasil Paralelo em seus vídeos no YouTube: as produções são reconhecidas pela audiência como sendo de grande valor informativo e comparadas ao conteúdo ensinado nas escolas (Figura 8).

Figura 8. Comentários de usuários no YouTube sobre o documentário *1964 - O Brasil entre armas e livros*.



Fonte: [Brasil Paralelo](#), YouTube, 02 abr. 2019. Acesso em 25 jun. 2024.

Os documentários expositivos também são úteis para mobilizar apoio e reforçar crenças preexistentes. É o caso de filmes que desejam conscientizar e alertar o público sobre algum problema social, tornando-os sensíveis a uma questão particular e/ou convertendo-os para uma causa. De forma a garantir o convencimento, a narrativa é construída deixando pouco espaço para ambiguidades; muitas vezes, “esse tipo de montagem pode sacrificar a continuidade espacial ou temporal para incorporar imagens de lugares remotos se elas ajudarem a expor o argumento.” (Nichols, 2005, p. 144). Além disso, são documentários que costumam apelar diretamente para o bom-senso e para os valores morais do público, apresentando os fatos em termos maniqueístas de justo e injusto, bom e mal, inocentes e culpados.

Com frequência, este tipo de documentário também difunde a percepção de que está revelando uma verdade escondida, ou mesmo uma conspiração: *An Inconvenient Truth* (2006), *Cowspiracy: The Sustainability Secret* (2014) e *The True Cost* (2015) são alguns exemplos famosos. Nesse sentido, os documentários são capazes de fazer com que seus públicos se sintam não apenas moralmente comprometidos com a narrativa apresentada, mas especiais por terem acesso a um conhecimento exclusivo, por “descobrirem a verdade por detrás dos panos” (Imhoff & Lamberty, 2016). Esse recurso pode ser observado em grande parte das produções da Brasil Paralelo, mas em particular nos filmes *7 Denúncias: As Consequências do Caso Covid-19*, *Os Donos da Verdade*, *Cortina de Fumaça* e *A Face Oculta do Feminismo*.

Através da análise, foram identificados cinco temas centrais que fundamentaram o discurso dos documentários da Brasil Paralelo no período investigado: 1) a liberdade de expressão ameaçada por grupos poderosos, 2) a doutrinação nas instituições de ensino e a “revolução sexual” promovida por feministas radicais, 3) a degradação da cultura e da arte, 4) os perigos do totalitarismo, da corrupção e da “engenharia social”, e 5) a imposição de agendas internacionais sobre a soberania nacional. Os próximos itens discutem os principais argumentos apresentados sobre cada um desses assuntos.

2.3.1. Intimidação, censura e a inquisição nas redes sociais

O argumento de que existiria um cerceamento da liberdade de expressão e de ideias conservadoras no debate público, especialmente nas redes sociais, na grande mídia e nas universidades, perpassa quase todos os documentários analisados. Como mencionado antes, a Brasil Paralelo se coloca como uma mídia independente frente à hegemonia dos discursos de esquerda nos meios de comunicação tradicionais. Dos cinco documentários lançados pela Brasil Paralelo ao longo de 2020, quatro abordam especificamente os ataques à liberdade de expressão dos conservadores⁸¹. O filme *7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19*, lançado em junho de 2020, procura fazer uma crítica “aos governantes que fazem uso irrestrito do poder” no combate à pandemia. Um dos perigos apresentados é o controle das opiniões: o combate às *fake news*, à desinformação e ao discurso de ódio online é visto como um pretexto utilizado pela mídia e por governantes que desejam censurar o livre fluxo de notícias e opiniões nas redes sociais. Fernando Conrado, influenciador digital conservador entrevistado pelo documentário, se apresenta como uma das vítimas desta “perseguição”:

Quem questiona qualquer coisa chamada como ciência, ou como organismos internacionais, acaba sendo perseguido. Principalmente nas redes sociais. Principalmente pelas redes sociais, que acabam congelando qualquer comentário que tu faça, qualquer questionamento que tu faça. E essa perseguição eu sofro dia a dia, no meu Instagram, no meu YouTube, no meu Facebook.

O apelo à “autoridade científica” é apontado como uma das estratégias utilizadas pelos governantes para censurar “questionamentos” e opiniões divergentes: oferecendo um claro pretexto para discursos negacionistas sobre a pandemia, o filme ressalta que dúvidas e discordâncias são parte da “boa prática do método científico”, uma vez que o cientista é “falível e parcial”. De acordo com Lee McIntyre (2018), é possível que a direita esteja se apropriando de ideias provindas de teorias pós-modernas para avançar suas agendas, apoiando-se em noções hoje bastante difundidas de que a ciência não possui

⁸¹ São eles: *Pátria Educadora*, *Os Donos da Verdade*, *7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19* e *As Grandes Minorias*.

um monopólio sobre a verdade e de que a produção do conhecimento está ligada ao exercício de poder: “Não é absurdo, portanto, imaginar que conservadores estão usando alguns dos mesmos argumentos e técnicas do pós-modernismo para atacar a verdade de alegações científicas que conflitam com suas ideologias” (McIntyre, 2018, p. 141). Um dos especialistas consultado pelo documentário, o advogado e professor Ricardo Gomes afirma que “essas decisões que estão sendo tomadas, de isolamento, de quarentena, de *lockdown*, são decisões profundamente políticas, não são decisões científicas.” Desse modo, recomendações médicas com base em estudos científicos tornam-se narrativas ideológicas que servem a determinados fins políticos.

O documentário *Os Donos da Verdade*, lançado em agosto de 2020, também associa a pandemia a um contexto propício para avançar a legislação sobre o combate às *fake news* na internet, o que poderia representar “um grande risco à liberdade de expressão” no país. No filme, são feitas críticas à CPMI das *Fake News*, que afirmam não passar de uma ferramenta política, e aos ministros do STF, apresentados como uma corte poderosa e privilegiada que empreende um “ativismo judicial” por meio do inquérito das *fake news*. Outra grande ameaça à liberdade de expressão apontada pelo documentário é o combate ao discurso de ódio e a imposição do “politicamente correto”. Nos últimos anos, plataformas como Facebook, Twitter e YouTube, pressionadas pela opinião pública, passaram a banir postagens com conteúdo ofensivo ou discriminatório. Segundo a narrativa do documentário, o problema é definir o que será considerado discurso de ódio: “A lógica construída é que somente as minorias podem saber como é ser discriminada. Portanto, somente elas podem saber o que é discurso de ódio.”

A linguagem politicamente correta também é tema do documentário *As Grandes Minorias*, lançado em novembro de 2020 e dividido em três episódios: *Os Antifascistas*, *Geração Sem Gênero* e *Vidas (Negras) Importam*. No primeiro episódio, militantes antifascistas são descritos como autoritários e violentos: “O fascismo para eles é tudo aquilo que não esteja alinhado com a agenda de esquerda. Se você não acredita na emergência climática, você é um fascista. Se você não acredita no racismo sistêmico, você é um fascista.”⁸² A grande mídia também é apontada como a responsável por promover uma “nova inquisição” através do uso do termo “fascista”:

[...] quando a mídia começa simplesmente a colocar a pecha de fascista, de grupos supremacistas, de extrema-direita, em tudo aquilo de que ela discorde, ela cria uma situação muito perigosa. Não simplesmente ruim para o debate, mas de perigo físico – porque agora

⁸² Leandro Ruschel é apresentado como empresário e articulista. Trecho retirado do documentário [As Grandes Minorias \(Episódio 1\)](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 23 nov. 2020. Acesso em 25 jun. 2024.

qualquer ameaça feita a um jurista, ela está legalizada, ela está considerada já justificada pela mídia.⁸³

Ao mesmo tempo em que afirmam ser contrários à criminalização do discurso de ódio porque isso limitaria a liberdade de expressão, argumentam que a mídia estaria legitimando agressões através de seu discurso contra um grupo estigmatizado. Assim, os conservadores parecem competir pelo lugar socialmente valorizado de vítimas de preconceito, como exemplificado pelo caso do jogador de vôlei Maurício Souza, citado no início deste capítulo. Esse clima de perseguição também é apontado nos espaços acadêmicos, especialmente nos cursos de ciências sociais, onde haveria uma ideologia de esquerda dominante. É através da construção discursiva de uma realidade midiática, universitária e cultural controlada pela esquerda e por suas agendas que estes indivíduos podem acreditar que são pessoas autênticas e corajosas, superando os obstáculos da intolerância e das tentativas de intimidação:

No âmbito universitário, existe uma perseguição ideológica feroz. Ao contrário de ser esse ambiente plural, democrático que a esquerda diz, apregoa, isso não é verdade. [...] Quem ousa ser conservador, ou pelo menos, não de esquerda, ele está fadado a ser massacrado no ambiente universitário, num assassinato de reputações, numa guerra declarada contra aqueles professores que ousam pensar de forma diferente. [...] Eles fazem assédio moral, ameaçam, alijam do processo universitário, por exemplo, se o professor quer uma bolsa ou quer uma verba pra pesquisa, eles boicotam, eles não deixam que esse pesquisador consiga tal verba.⁸⁴

2.3.2. Doutrinação e Ideologia de Gênero: a infância ameaçada

Além do clima de perseguição, os documentários da Brasil Paralelo alegam que as instituições de ensino brasileiras são dominadas pela ideologia de esquerda, e acusam-nas de serem as responsáveis por promover uma *doutrinação ideológica* dos alunos. Na última década, a denúncia de uma suposta doutrinação ideológica nas escolas tornou-se um elemento recorrente do discurso da direita brasileira. Um dos principais atores nesse contexto é o Movimento Escola Sem Partido, iniciativa criada em 2004 cujo objetivo é “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins ideológicos, políticos e partidários.”⁸⁵ De acordo com Luis Felipe Miguel (2016, p. 595), de início, a iniciativa focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”; no entanto, ao incluir em seu programa o combate à ideologia de gênero, o Escola Sem

⁸³ Flávio Morgenstern é apresentado como escritor. Trecho retirado do documentário [As Grandes Minorias \(Episódio 1\)](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 23 nov. 2020. Acesso em 25 jun. 2024.

⁸⁴ Alexandre Leuzinger é apresentado como advogado. Trecho retirado do vídeo [Guerra Contra a Inteligência | Pátria Educadora \(Capítulo 3\)](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 04 abr. 2020. Acesso em 25 jun. 2024.

⁸⁵ [Apresentação. Escola Sem Partido](#) (online) [s.d.]. Acesso em 26 jun. 2024.

Partido conseguiu alçar-se a uma posição de destaque nos debates sobre educação no país. Desde então, o movimento luta para assegurar o “direito dos pais sobre a educação religiosa e moral dos seus filhos”⁸⁶, confluindo com os interesses de grupos evangélicos no país. Miguel Nagib, advogado e fundador do Movimento Escola Sem Partido, é um dos entrevistados pelo documentário *Pátria Educadora*, produção da Brasil Paralelo lançada em 2020. Segundo Nagib, o professor é o “agente da doutrinação” e o estudante, sua vítima:

O agente da doutrinação é o professor. E esse professor não segue ordens do governo. Dentro da sala de aula, ele faz o que ele quer, ele promove as suas próprias ideias. Ele promove a sua própria visão de mundo, as suas próprias preferências ideológicas, políticas e partidárias. Estou me referindo, claro, ao militante disfarçado de professor, não são todos os professores. Mas uma boa parte deles se comporta dessa maneira. [...] Por isso é que é preciso informar o estudante que está dentro da sala de aula sobre os direitos que ele tem. Não é o governo que vai resolver o problema da doutrinação no Brasil. É o usuário do serviço: é a criança, é o adolescente, é o estudante, *que é a vítima da doutrinação.* (grifo nosso)

Em *Pátria Educadora*, a Brasil Paralelo se propõe a fazer um diagnóstico dos baixos índices de desempenho escolar no Brasil. Segundo a produção, na origem do problema, estariam duas principais causas: a influência do pensamento de Paulo Freire na educação básica e a alocação de recursos públicos para financiar “pesquisas ideologicamente enviesadas” na educação superior. O documentário é dividido em três capítulos, e o segundo deles, intitulado *Pelas Barbas do Profeta*, é dedicado a desmascarar a figura de Paulo Freire, considerado patrono da educação brasileira. O autor é criticado por ter elogiado e se inspirado em figuras como Che Guevara e Mao Tsé-Tung, apresentados pelo filme como grandes genocidas da História. O método pedagógico de Freire teria dado “legitimidade à politicagem que o educador progressista já queria fazer antes.”⁸⁷ Sob sua influência, as salas de aula deixam de ser um espaço de ensino para se tornarem um palanque onde os professores exercem seus pleitos políticos. Entrevistado pelo documentário, o ex-Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub, defende que as crianças sejam educadas na esfera doméstica, aprendendo seus valores com a família; à escola, caberia apenas o papel de ensinar “a ler, escrever e fazer conta”:

O papel da escola é ensinar a ler, a escrever, você ensina a escrever, ensina a fazer conta, ensina química, ensina física. Quando você vê uma criança de dois, três, quatro anos fazendo algazarra na rua, se

⁸⁶ [Anteprojeto de lei federal e minuta de justificção. Escola Sem Partido](#) (online) [s.d.]. Acesso em 26 jun. 2024.

⁸⁷ Gustavo Maultasch é apresentado como diplomata. Trecho retirado do vídeo [Pelas Barbas do Profeta | Pátria Educadora \(Capítulo 2\)](#). **Brasil Paralelo**, Youtube, 01 abr. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

atirando no chão, você fala: 'Que criança mal-educada'. Quem educa é a família.

Além da doutrinação ideológica, o filme também critica a interferência do Estado na educação. Luiz Philippe de Orléans e Bragança, deputado federal pelo PL, afirma que orientações de Estado seriam responsáveis por cercear o “pensamento livre” dos estudantes: “O Estado educando meu filho, não quero mais isso. Não quero doutrinas de Estado ou orientações de Estado, quero ele livre, quero ele um pensador livre.”⁸⁸ Dentro dessa mesma linha de raciocínio, a determinação de um currículo comum para todas as escolas é apontada como sendo contrária à liberdade religiosa de cidadãos e instituições:

E o que é que resguarda uma instituição particular, ou uma instituição que tem um viés cristão de ensino, de que nessas coisas que são demandas que você ensine existam coisas que são contra os princípios que você abraça? Então é o Estado avançando aí os limites.⁸⁹

Esta é uma estratégia que Wendy Brown (2019) denominou de “expansão da esfera pessoal protegida”, ou seja, um alargamento das atividades consideradas partes da vida privada e, portanto, “blindadas apropriadamente da violação estatal e das normas democráticas” (Brown, 2019, p. 128).

Já no ensino superior brasileiro, o problema seria o uso de verba pública para financiar pesquisas que não dão retorno à sociedade brasileira. Olavo de Carvalho, apresentado pelo documentário como filósofo, afirma que as universidades brasileiras representariam um prejuízo para os cofres públicos maior até do que a corrupção. O investimento feito durante os governos do PT no ensino superior através de programas como o FIES, Prouni e Ciências sem Fronteiras é apontado não apenas como uma forma de manter os partidários de esquerda nas universidades, recebendo bolsas e perpetuando o pensamento progressista, mas também como uma estratégia populista: “percebeu-se que dar mais diplomas tinha ali um benefício político importante: alta população jovem no país, muitos eleitores... [...] o apelo político de você mandar as pessoas pra Universidade é brutal.”⁹⁰ O filme também cita exemplos de pesquisas financiadas com dinheiro público que trazem pautas “promíscuas”, selecionadas com a clara intenção de escandalizar a audiência:

⁸⁸ Luiz Philippe de Orléans e Bragança é apresentado como cientista político e mestre pela Stanford University. Trecho retirado do vídeo [Guerra Contra a Inteligência | Pátria Educadora \(Capítulo 3\)](#). **Brasil Paralelo**, Youtube, 04 abr. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

⁸⁹ Francisco Solano Portela é apresentado como diretor educacional da Universidade Mackenzie. Trecho retirado do vídeo [Guerra Contra a Inteligência | Pátria Educadora \(Capítulo 3\)](#). **Brasil Paralelo**, Youtube, 04 abr. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

⁹⁰ Ilona Becskházy é apresentada como doutora em educação pela USP. Trecho retirado do vídeo [Guerra Contra a Inteligência | Pátria Educadora \(Capítulo 3\)](#). **Brasil Paralelo**, Youtube, 04 abr. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

Quando procuramos nas plataformas de pesquisa, fica fácil encontrar exemplos de trabalhos ideologicamente enviesados, pouco lidos e pouco citados. Muitos apresentam pautas que os brasileiros jamais imaginariam que foram financiadas pelo dinheiro público. Na Universidade Federal da Bahia, uma estudante apresentou uma tese questionando se sapatos tem sexo, referindo-se às metáforas de gênero de lésbicas de baixa renda. Na mesma universidade, outro estudante teve seu mestrado financiado para produzir uma pesquisa autoetnográfica analisando a prática de sexo oral entre homens dentro do banheiro de uma estação de trem. O valor da bolsa foi de R\$20 mil reais do dinheiro público.

O conceito de “ideologia de gênero”, por sua vez, aparece como tema central de dois documentários analisados: *As Grandes Minorias* e *A Face Oculta do Feminismo*. O pânico moral produzido em torno de uma suposta imposição da ideologia de gênero nas escolas tornou-se uma plataforma moral comum para diferentes segmentos da direita brasileira, sendo elemento central do discurso de defesa da “família tradicional” e da “fé cristã”. Segundo Richard Miskolci,

O espectro “ideologia de gênero” delimitou um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de “nos tornarmos uma Cuba ou uma Venezuela” ao pensamento acadêmico feminista, estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres, e da extensão de direitos a homossexuais. (Miskolci, 2021, p. 53)

O segundo episódio do documentário *As Grandes Minorias*, intitulado *Geração Sem Gênero* tem como objetivo evidente fomentar esse pânico moral. De acordo com a narrativa do filme, a ideologia de gênero foi idealizada por feminista radicais marxistas que desejavam promover uma “revolução sexual” através da compreensão de que os gêneros masculino e feminino são construídos pela cultura, ao invés de atributos naturais: “Tanto americanos quanto franceses então são envenenados com essa ideia, de que a feminilidade e a masculinidade são construções e, portanto, são falsas. De que são artificiais e não são naturais.”⁹¹ A escola seria um dos instrumentos para concretizar essa revolução:

O gênero faz parte dessa compreensão de uma nova ética a ser aplicada via educação, *começando da mais tenra idade a desconstruir a sexualidade, a identidade humana, pelos modos de compreensão de uma criança*. A escola é muito importante – a escola é o ambiente para que a revolução, na compreensão do que elas têm em mente, dê certo. Então precisa começar desde a mais tenra idade. Então, se fizer isso com a teoria de gênero, nós vamos ter dentro de trinta anos uma

⁹¹ Ana Caroline Campagnolo é apresentada como deputada estadual e professora. Trecho retirado do vídeo [Geração Sem Gênero | As Grandes Minorias \(Episódio 2\)](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 25 nov. 2020. Acesso em 27 jun. 2024.

sociedade muito modificada, uma sociedade de fato transformada, como de fato elas escrevem nos seus livros.⁹² (grifo nosso)

No filme, a montagem é estrategicamente construída para confirmar a ameaça: no trecho transcrito acima, enquanto o entrevistado afirma que as crianças estão sendo expostas a essa nova compreensão sobre gênero e sexualidade, são exibidas imagens de crianças em idade escolar (Figura 9); logo depois, uma fotografia de um grupo de pessoas segurando um cartaz onde se lê: “Sou professora e vou falar de gênero para seu filho e sua filha!” (Figura 10); em seguida, enquanto o entrevistado discorre sobre a nova sociedade imaginada pelas feministas, surge o vídeo de um menino aplicando maquiagem no próprio rosto (Figura 11). Todas essas cenas são exibidas em menos de um minuto. Embora o documentário não informe a origem de nenhuma dessas imagens, através da montagem, parece se estabelecer uma relação causal entre elas.

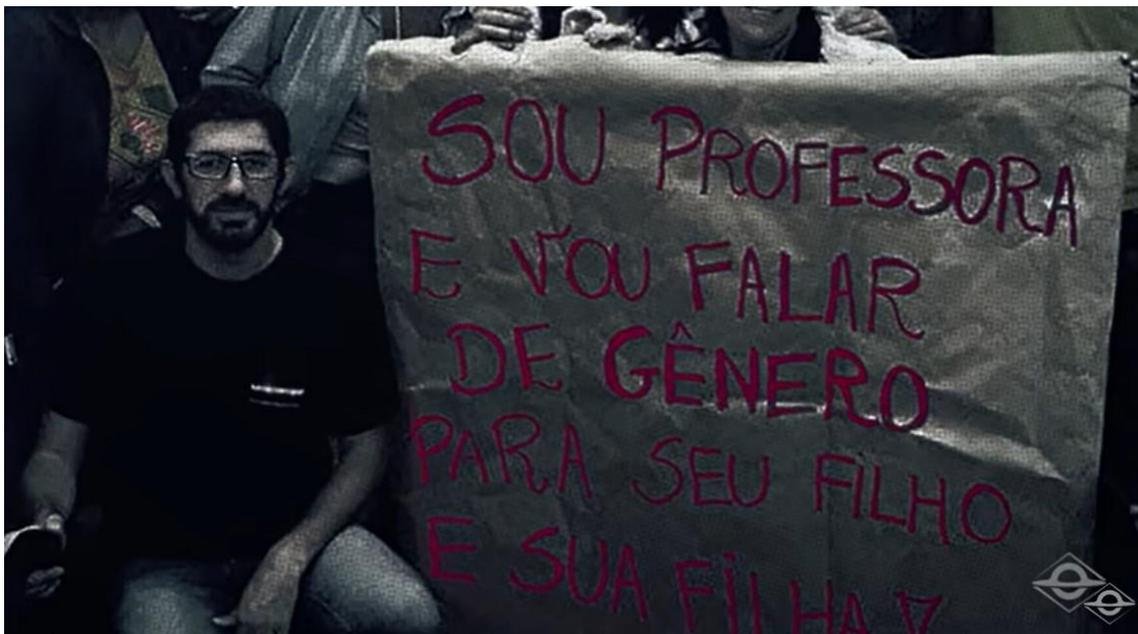
Figura 9. Cena do documentário *Geração Sem Gênero*.



Fonte: [Brasil Paralelo](#), YouTube, 25 nov. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

⁹² Felipe Nery é apresentado como presidente do Instituto Sophia Perennis. Trecho retirado do vídeo [Geração Sem Gênero | As Grandes Minorias \(Episódio 2\)](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 25 nov. 2020. Acesso em 27 jun. 2024.

Figura 10. Cena do documentário *Geração Sem Gênero*.



Fonte: [Brasil Paralelo](#), YouTube, 25 nov. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

Figura 11. Cena do documentário *Geração Sem Gênero*.



Fonte: [Brasil Paralelo](#), YouTube, 25 nov. 2020. Acesso em 26 jun. 2024.

A Face Oculta do Feminismo, lançado em abril de 2022, é um documentário que visa desconstruir a imagem largamente positiva que o movimento feminista conquistou nos últimos anos⁹³, lançando dúvidas sobre quais seriam suas reais agendas para além das reivindicações por autonomia e igualdade entre homens e mulheres. Convidada assídua das produções da Brasil Paralelo e considerada especialista sobre o movimento feminista, a deputada estadual Ana Caroline Campagnolo (PL) argumenta que o feminismo esteve alinhado com a ideologia marxista desde as suas origens, “tentando destruir ao mesmo tempo a lógica capitalista e a estrutura da família conservadora, da família monogâmica, da família cristã”. O documentário também afirma que, em sua busca por liberação sexual, as feministas radicais desejavam desconstruir não apenas a dicotomia entre os gêneros, mas também a distinção entre adultos e crianças, autorizando práticas sexuais pedófilas e incestuosas.

Desse modo, percebe-se que os documentários da Brasil Paralelo ajudam a reforçar a narrativa conservadora de que a infância e a família estão sob a ameaça da doutrinação marxista, da ideologia de gênero e da sexualização precoce. Além disso, “ao identificar os professores como responsáveis por um dos principais males da educação e promover a desconfiança da sociedade em relação à sua capacidade de julgamento profissional” (Louzano & Moriconi, 2019, p. 253), esse tipo de narrativa está contribuindo para a crescente desvalorização do magistério, em um cenário no qual o desprestígio da carreira docente e a precarização de suas condições de trabalho já vêm produzindo um déficit de professores⁹⁴ que pode impactar, concretamente, o futuro da educação brasileira.

2.3.3. Modernidade x Tradição: a degradação da arte na cultura ocidental

A preocupação que a Brasil Paralelo manifesta com relação à educação infantil e à preservação dos valores tradicionais faz parte de um discurso mais amplo de crítica à decadência cultural, moral e intelectual nas sociedades ocidentais modernas, que está presente em diversas de suas produções. Dentre os documentários selecionados para a análise, três abordam como diferentes linguagens artísticas foram degradadas pela influência dos valores progressistas e modernos: a música (*A Primeira Arte*, 2021), o cinema (*A Sétima Arte*, 2021), a arte plástica e a arquitetura (*O Fim da Beleza*, 2022).

A Primeira Arte é um documentário sobre “o universo da música” dividido em três partes: *Ressonância*, *Consonância* e *Dissonância*. Os dois primeiros episódios trazem

⁹³ Sobre a popularização do movimento feminista na política brasileira desde 2013, c.f. Holanda (2018). Sobre a massificação das pautas feministas em espaços e produtos midiáticos nacionais, c.f. Sarmento (2022).

⁹⁴ SERAFINI, Mariana. [Apagão de professores](#). *Carta Capital* (online), 25 jan. 2024. Acesso em 27 jun. 2024.

explicações técnicas sobre as ondas sonoras, as notas musicais, o desenvolvimento da linguagem musical ao longo das civilizações, além de uma longa exposição sobre a importância da música para o cultivo intelectual e espiritual dos homens. Já o terceiro episódio, *Dissonância*, pretende fazer uma crítica sobre as músicas atuais que, em um contexto de “deterioração” do gosto musical, tornam-se cada vez mais padronizadas, industrializadas e comerciais. O episódio cita gêneros como o funk, o sertanejo universitário e o hip hop, cujas composições, além de apresentarem qualidade artística inferior, estariam promovendo valores morais degradados para as novas gerações, como sexualização, materialismo, infidelidade e violência:

As letras musicais hoje estão pregando hedonismo, estão pregando a destruição da família, infidelidade, esse tipo de coisa, isso é tudo fruto da Escola de Frankfurt. Ou seja, nos anos 50, nos anos 40, você tinha aquele *jazz* completamente dançante, familiar, pra um salão, pra você juntar a família inteira. [...] Na música urbana, você tem cada vez mais uma música que simplesmente reflete valores revolucionários, ou seja, revolução sexual, que é a grande língua franca do Ocidente hoje.⁹⁵

Poucos meses após o lançamento de *A Primeira Arte*, a *Brasil Paralelo* lançou *A Sétima Arte*, um documentário sobre cinema dividido em sete episódios. No terceiro episódio, o documentário introduz a “teoria do parasita pós-moderno”: segundo essa teoria, o “pós-modernismo” estaria se apropriando de narrativas e símbolos já estabelecidos no imaginário coletivo, esvaziando esses símbolos de seus significados originais para substituí-los por novos valores morais, alinhados ao progressismo. No cinema, por exemplo, isso ocorreria através de releituras de filmes clássicos, como *Star Wars* e *Ghostbusters*: nessas releituras, os protagonistas originais são substituídos por minorias sociais, como mulheres e negros, e nesse processo, a narrativa do filme perde a sua profundidade simbólica para se tornar mera propaganda política:

A gente vê cada vez mais filmes que são celebrados, não pela sua forma, pelos seus personagens, pela sua história, mas sim pela sua mensagem, sobre o que o filme está advogando lá. É um filme onde os atores estão ruins, a direção é ruim, a iluminação é ruim e o som é ruim. Mas se o filme fala de racismo, e a mensagem do filme é que o racismo é errado, esse filme vai ser celebrado. Porque ele vai ser celebrado não artisticamente, ele vai ser celebrado politicamente.⁹⁶

Em ambos os documentários, há um claro incômodo com o que percebem como um declínio nas produções culturais, bem como um desejo de resgatar músicas e filmes

⁹⁵ Flavio Morgenstern é apresentado como escritor e diretor do site Senso Incomum. Trecho do vídeo [A Primeira Arte | Episódio Final - Dissonância](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 22 abr. 2021. Acesso em 24 nov. 2021. Nota: o vídeo encontra-se atualmente indisponível por questões de direito autoral.

⁹⁶ Bill Labonia é apresentado como roteirista e empreendedor. Trecho retirado do vídeo [A Sétima Arte \(Episódio 3\) - A teoria do Parasita Pós-Moderno no Cinema](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 27 out. 2021. Acesso em 27 jun. 2024.

do passado, considerados superiores em qualidade estética e profundidade simbólica. O documentário *O Fim da Beleza* repete em grande medida essa temática, dessa vez elegendo a arte contemporânea e a arquitetura moderna como os alvos da condenação. Em sua busca por romper com a tradição, a arte moderna teria abandonado todo o rigor técnico e qualidade estética; a própria ideia do que constitui uma obra de arte passa a ser questionada, como no caso da obra *Fontaine*, de Marcel Duchamp (1917/1964). A arte contemporânea teria levado a esse relativismo ao extremo, quando qualquer coisa pode ser considerada arte, desde que receba o aval dos críticos:

Aquilo que eu normalmente falo que é uma picaretagem, que seria mais especificamente a própria arte contemporânea, que você precisa ter quase um manual que diz por que que aquilo deve estar na Bienal, e por que que aquilo você deve achar legal, e se você não achar, você é ignorante. Quer dizer, não uma experiência estética, que você consegue sentir só [de estar] diante dela.⁹⁷

Se, para Andrew Hartman (2015), as guerras culturais revelam o incômodo com as transformações morais produzidas na década de 1960, a crítica contida em *O Fim da Beleza* volta ainda mais no passado, reagindo aos ideais iluministas e à própria ideia de Modernidade. Segundo a narrativa do filme, tudo tem início na Renascença, momento no qual a arte começou a se desvencilhar da sacralidade e a perder sua conexão com o divino, colocando o homem como o centro da representação artística. Na esteira do humanismo renascentista, a filosofia iluminista do século XVIII aprofundou a ruptura com a tradição cristã, privilegiando a razão em detrimento da fé. As sociedades modernas, inauguradas pelo Iluminismo e pela Revolução Industrial, seriam marcadas pela ascensão de novos valores morais: o racionalismo, o materialismo e o individualismo. O homem moderno, afastado de sua espiritualidade, assume uma postura de arrogância e busca ocupar o lugar de Deus, remodelando a natureza humana e reconstruindo a sociedade segundo suas próprias visões racionais. A Modernidade dá origem, então, às ideologias totalitárias e à “engenharia social”:

O bolchevismo e o nacional-socialismo, assim como vários movimentos revolucionários, giravam em torno do totalitarismo e da engenharia social. Eles sabiam o que era melhor para os pobres humanos, as pessoas comuns. Eles iriam, não só colocá-las em prédios desumanos e horrorosos, que eles diziam ser belos e limpos, mas também, através do planejamento e da arquitetura, eles pretendiam mudar a qualidade de vida das pessoas.⁹⁸

⁹⁷ Luiz Felipe Pondé é apresentado como filósofo. Trecho retirado do vídeo [O Fim da Beleza | Episódio 1 - Nos Olhos de Quem Vê](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 02 jan. 2024. Acesso em 29 jun. 2024.

⁹⁸ Nikos Salingaros é apresentado como professor e teórico da arquitetura e urbanismo. Trecho retirado do vídeo [O Fim da Beleza | Episódio 2 – A sociedade dos engenheiros](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 22 fev. 2022. Acesso em 29 jun. 2024.

2.3.4. Totalitarismo, engenharia social e corrupção

Os documentários da Brasil Paralelo apresentam as ideologias totalitárias do século XX, especialmente o comunismo, como um modo de pensamento deturpado que continua ameaçando as sociedades ocidentais contemporâneas. Como apontado antes, a Brasil Paralelo rejeita o papel do Estado e da política na organização das sociedades. O filme *O Fim da Beleza* apresenta o conceito de “engenheiros sociais”: um conjunto de intelectuais que deseja transformar os modos de vida segundo seus ideais, impondo um novo projeto de sociedade e sacrificando as liberdades individuais. A engenharia social seria uma característica da Modernidade, quando os homens passaram a descartar suas tradições, ou seja, “a sabedoria acumulada por séculos de tentativa e erro”⁹⁹, e colocaram na política e no Estado a responsabilidade por reconstruir o mundo:

A Modernidade, como a entendemos hoje, é uma ideia artificial, uma ideologia, é uma marca, se quiser chamar assim, um amontoado de ideias de campanha que sugerem que devemos confiar a fabricação de nosso mundo a um certo grupo de pessoas que sabe melhor do que nós como moldar o mundo.¹⁰⁰

De acordo com os discursos da Brasil Paralelo, forças totalitárias parecem estar sempre à espreita. O documentário *7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19*, por exemplo, acusa os governantes de usarem o combate à pandemia como pretexto para fazer uso irrestrito de seus poderes e limitar as liberdades individuais através de “experimentos sociais”:

Desde que a crise do Covid começou, já foi possível perder a conta da quantidade de experimentos sociais propostos pelos governantes. Em menos de seis meses, assistimos a uma remoção quase completa das nossas liberdades sem oferecermos nenhuma resistência.¹⁰¹

7 Denúncias começa pela afirmação de que, durante o século XX, nenhuma doença “conseguiu vencer o número de mortes causado pelo próprio ser humano”. As mortes causadas por epidemias como as da Gripe Espanhola e da AIDS são comparadas às milhões de mortes causadas pelas guerras mundiais e por ditaduras comunistas. A partir desta constatação, o narrador argumenta que “faz sentido olhar para o risco das tiranias com a mesma seriedade que olhamos os riscos das doenças”. Após essa abertura, toda a narrativa do filme passa a ser construída de forma a

⁹⁹ Trecho retirado do vídeo [O Fim da Beleza | Episódio 2 – A sociedade dos engenheiros](#). Brasil Paralelo, YouTube, 22 fev. 2022. Acesso em 27 jun. 2024.

¹⁰⁰ Michael Mehaffy é apresentado como urbanista, teórico da arquitetura e pesquisador. Trecho retirado do vídeo [O Fim da Beleza | Episódio 2 – A sociedade dos engenheiros](#). Brasil Paralelo, YouTube, 22 fev. 2022. Acesso em 27 jun. 2024.

¹⁰¹ Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19](#). Los Filmeiros, YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 29 jun. 2024.

questionar a legitimidade do Estado e da classe política em estabelecer limites à liberdade individual em nome do “bem-comum”, apontando para os perigos desse poder ilimitado nas mãos de poucos indivíduos:

Entregar para um, ou para alguns poucos, a prerrogativa de agir sem limites em nome do bem-comum é criar o achatamento das liberdades individuais e o encaixe de toda a população em uma massa política, *que serve aos interesses do Estado e da sociedade, dois conceitos abstratos, que normalmente se traduzem pelos líderes que falam por eles*. Em algum momento, podemos ter algum governante que pare de agir pelo bem comum e aja pelo bem de ninguém além de si próprio e de seu grupo, utilizando o mesmo argumento. Esse é um dos principais riscos da vida em sociedade.¹⁰² (grifo nosso)

Medidas sanitárias visando reduzir a propagação da Covid-19 são vistas como recursos ditatoriais nas mãos do Estado, limitando o direito de ir e vir dos cidadãos. A obrigação do uso de máscaras e as sanções impostas àqueles que desrespeitassem às medidas de isolamento social são comparadas às legislações de regimes totalitários do século XX. O fechamento do comércio e de templos religiosos é apontado como sendo inconstitucional, por ferir os direitos ao trabalho e ao culto. Por fim, o “sacrifício da economia” é condenado pelo impacto sobre os pequenos negócios, causando um aumento do desemprego e da fome, além de sufocar as futuras gerações pelo aumento da dívida pública. Acima de tudo, essas medidas iriam contra a ordem espontânea do mercado, retirando dos indivíduos a possibilidade de empreenderem e inovarem em face das adversidades, superando a condição de pobreza através do trabalho: “Porque é no momento do desespero, é no momento do medo, é no momento da crise, que nasce oportunidade. [...] O povo brasileiro é acostumado com isso”, afirma Fernando Conrado¹⁰³, enaltecendo o “espírito empresarial” e a resiliência do povo brasileiro. Na sequência, o auxílio emergencial é criticado por “entregar renda para muitos brasileiros que não precisam” e por “remunerar a ausência da produção econômica”; em outras palavras, por premiar aqueles que não merecem.

Para suscitar ainda mais a revolta da audiência, o documentário afirma que a crise de saúde foi um momento propício para casos de corrupção. Como discutido no capítulo anterior, a associação entre o desvio de recursos públicos e a precariedade dos serviços de saúde é um dos argumentos que permitiu ao projeto conservador se endereçar às camadas menos favorecidas da população brasileira, afirmando que a causa de sua miséria é a corrupção da classe política imoral (Vaz, Sanchotene & Santos, 2020). O abandono das licitações para compra de equipamentos e insumos

¹⁰² Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19. Los Filmeiros](#), YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 29 jun. 2024.

¹⁰³ Fernando Conrado é apresentado como cientista político. Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19. Los Filmeiros](#), YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 29 jun. 2024.

necessários durante a pandemia levaria, segundo o documentário, ao risco de decisões mal-intencionadas, o que ficou comprovado pelos casos de superfaturamento na compra de respiradores em diversos estados brasileiros. A pandemia é retratada como o “momento ideal para a corrupção”:

O Estado brasileiro (prefeitos, governadores, governo federal) chamou para si uma responsabilidade que ele não tem como cumprir. Porque pra entregar o sistema de saúde que o combate à Covid precisaria, o Estado teria que ser eficiente. E ele não é. *O Estado é intrinsecamente ineficiente.* [...] Nós vamos somar ineficiência administrativa com descontrole financeiro. O resultado? Muita corrupção sem a entrega adequada dos serviços públicos. E se os políticos mantiverem a palavra e não abrirem o país enquanto o sistema de saúde não estiver pronto, nós vamos ficar muito tempo presos em casa.¹⁰⁴ (grifo nosso)

Nesse discurso, governantes são apresentados como déspotas, um conjunto de indivíduos com ambições de projetar e dirigir a sociedade segundo suas próprias visões e interesses, através de deliberações centralizadas. A administração pública (aquilo que acreditam ser “engenharia social”) é recusada em prol da liberdade individual e de mercado: ao invés de um poder central impondo decisões baseadas em previsões incertas, o melhor seria permitir que as pessoas fossem livres para decidirem de forma espontânea e independente como lidar com a crise. Essa lógica neoliberal ataca, ao mesmo tempo, os representantes eleitos e a política enquanto construção da existência comum. O argumento segue que, por mais bem-intencionados que sejam os motivos, ainda é moralmente errado coagir a população a adotar comportamentos determinados pelo Estado ou pela ciência, pois “*preservar a liberdade dos indivíduos é mais valioso que fazermos eles acertarem*”. Privilegiando a liberdade individual em detrimento de qualquer interesse ou ação coletiva, a narrativa “franqueia o exercício da liberdade sem preocupação com o contexto ou com as consequências sociais, sem se importar com a sociedade, a civilidade ou os laços sociais e, acima de tudo, sem se preocupar com o cultivo político de um bem comum” (Brown, 2019, p. 57).

2.3.5. Conspirações internacionais

A suposta ameaça do “totalitarismo”, no entanto, não se limita à classe política nacional: se representantes democraticamente eleitos são vistos como autocratas exercendo um poder ilegítimo sobre a vida dos cidadãos, o que dizer de organizações supranacionais e não-governamentais que ditam os rumos de nações inteiras sem ao menos terem sido escolhidas pelo voto popular?

¹⁰⁴ Ricardo Gomes é apresentado como advogado e professor. Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19. Los Filmeiros](#), YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 29 jun. 2024.

[...] alguém já votou aí pra algum representante da ONU? Ninguém votou, ou seja, as pessoas, *essa pequena elite que determina o que é melhor pra humanidade*, ela não responde a ninguém, ela não responde a nenhum de nós, elas não são escolhidas pelo povo. Então a gente tem essa pequena elite que determina o que que é e o que que não é que nós devemos fazer, e sem certeza alguma.¹⁰⁵ (grifo nosso)

Nos documentários, organizações como a Organização das Nações Unidas e o *Greenpeace* são acusadas de serem comandadas por grupos ideológicos que visam assaltar a soberania nacional, definindo diretrizes especialmente nos campos da educação e meio-ambiente através de tratados e programas internacionais. O diretor-geral da Organização Mundial de Saúde, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, por exemplo, é apresentado como um aliado de ditaduras africanas e do governo chinês. Já o *Greenpeace* é acusado de ser hoje “um esquema de corrupção, ou uma organização conspiratória, espalhando ciência fajuta pelo mundo.”¹⁰⁶ Em ambos os casos, pautas de saúde pública e de preservação do meio-ambiente são apresentadas como promovidas não pela ciência, mas por interesses ideológicos e econômicos.

O documentário *Cortina de Fumaça*, lançado em junho de 2021, oferece uma versão alternativa às notícias internacionais sobre o desmatamento e as queimadas na floresta amazônica. No filme, a agricultura brasileira é apresentada como sendo altamente sustentável e competitiva, transformando o país em uma potência na exportação de alimentos e fornecendo comida para um bilhão de pessoas em todo o planeta. Em contrapartida, este protagonismo brasileiro teria mexido com as regras do comércio global e despertado o interesse de outras nações sobre o território nacional, que se aproveitam da pauta ambiental para atacar a economia e a imagem do Brasil no exterior. Críticos à política ambiental do governo brasileiro, ativistas e políticos europeus agiriam, na realidade, movidos por “interesses protecionistas, anticompetitivos”. Para impedir o aumento da produção brasileira, essas elites globais financiam organizações que pressionam a mídia e os governantes na aprovação de novas leis e códigos em defesa do meio-ambiente.

Dessa forma, denúncias de trabalho escravo, de queimadas e desmatamento de florestas nativas ou do uso excessivo de agrotóxicos seriam parte de uma conspiração internacional para prejudicar a economia brasileira e desqualificar seus produtos no exterior: “A desonestidade intelectual de boa parte desses grupos, não vou dizer todos, mas uma boa parte desses grupos, é explícita. Utiliza-se dados errados, estudos que não existem, fontes que não são científicas para desacreditar um país como o

¹⁰⁵ Fernando Conrado é apresentado como cientista político. Trecho retirado do vídeo [7 Denúncias: As consequências do caso Covid-19. Los Filmeiros](#), YouTube, 15 jul. 2020. Acesso em 29 jun. 2024.

¹⁰⁶ Patrick Moore é apresentado como ex-presidente e cofundador do Greenpeace. Trecho retirado do vídeo [Cortina de Fumaça. Brasil Paralelo](#), YouTube, 14 jun. 2021. Acesso em 29 jun. 2024.

Brasil.”¹⁰⁷ Toda a narrativa do documentário é construída como a revelação de uma verdade que esteve escondida da população brasileira:

Qual a verdade por trás de tudo isso? De baixo das nossas vistas, a tentativa de se aproveitar das riquezas naturais da Amazônia para tomar territórios brasileiros, para desviar dinheiro público em nome da causa ambiental, atacando a soberania nacional, a economia e a nossa imagem no exterior.¹⁰⁸

Esse tipo de discurso conspiratório alimenta o clima de desconfiança em relação às elites internacionais e, com isso, a adesão ao nacional-populismo: nos últimos anos, diversos líderes populistas têm conquistado apoio pela promessa de romper pactos internacionais que estariam comprometendo o potencial econômico da nação (Eatwell & Goodwin, 2020). Além disso, *Cortina de Fumaça* fornece aos eleitores de Bolsonaro um conjunto de argumentos para justificar decisões de seu governo no âmbito da proteção ambiental criticadas pela comunidade científica, como a de exonerar o diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Ricardo Galvão, em 2019, após a divulgação de dados que indicavam aumento da destruição da Amazônia¹⁰⁹. Na época, Bolsonaro chegou a sugerir que Galvão poderia estar “a serviço de alguma ONG”¹¹⁰.

2.4. As guerras culturais e a construção de realidades paralelas

Atualmente, as guerras culturais estão sendo potencializadas pela fragmentação das fontes de informação e pelos recursos algorítmicos das plataformas digitais, que permitem o direcionamento de mensagens de acordo com as preferências e pontos de vista de cada usuário. As características da paisagem midiática contemporânea, como discutiremos no próximo capítulo, contribuem para o aumento da polarização social ao promoverem conteúdos extremistas capazes de engajar a atenção da audiência ao mesmo tempo em que enrijecem seus posicionamentos, tornando-os menos abertos ao diálogo e à mudança de opinião. Esse mecanismo parece ser particularmente eficaz no YouTube, onde a maior parte do conteúdo assistido não é buscado ativamente pelos usuários, mas sugerido pelo sistema de recomendação da plataforma (Salles *et al.*, 2023, p. 7). Por outro lado, esse processo de radicalização só ocorre porque existem personagens (sejam eles influenciadores digitais, jornalistas, escritores, grupos de

¹⁰⁷ Christian Lohbauer é apresentado como cofundador do Partido Novo e especialista em defensivos agrícolas. Trecho retirado do vídeo [Cortina de Fumaça](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 14 jun. 2021. Acesso em 29 jun. 2024.

¹⁰⁸ Trecho retirado do vídeo [Cortina de Fumaça](#). **Brasil Paralelo**, YouTube, 14 jun. 2021. Acesso em 29 jun. 2024.

¹⁰⁹ NOVAES, Marina. [“Constrangimento” com Bolsonaro por dados de desmatamento derruba diretor do Inpe](#). **El País** (online), 02 ago. 2019. Acesso em 30 jun. 2024.

¹¹⁰ BRANT, Danielle. [Bolsonaro critica diretor do Inpe por dados sobre desmatamento que 'prejudicam' nome do Brasil](#). **El País** (online), 19 jul. 2019. Acesso em 30 jun. 2024.

peças anônimas ou mesmo empresas) que alimentam o espaço público com esses conteúdos e narrativas. A Brasil Paralelo surge, nesse contexto, como parte deste novo ecossistema de mídia digital que promove formas de interpretação da realidade que são benéficas às agendas da extrema-direita e que favorecem a polarização.

A análise dos discursos presentes nos documentários da Brasil Paralelo permite traçar algumas considerações sobre o fenômeno das guerras culturais. Inicialmente, a diversidade de temas abordados por suas produções reflete a natureza dinâmica destas batalhas morais contemporâneas, e a inclusão constante de novos terrenos de disputa:

Com o passar dos anos, os temas que valem uma disputa moral se avolumam e se entrelaçam, ampliando a consistência interna de cada lado. Ser contra o uso de máscaras pode levar a ser contra o aborto, contra as ações afirmativas, contra o casamento gay, contra a intervenção do Estado na economia e a favor de valorizar o papel da ditadura militar na história brasileira. O ponto de entrada parece não importar; a tendência é a conexão entre os temas, pois os indivíduos cada vez mais restringem sua atenção a argumentos das mesmas fontes radicalizadas. (Melo & Vaz, 2021, p. 14)

Nesse sentido, é interessante notar também a repetição de temas e argumentos por diferentes atores conservadores, que acionam um quadro comum de referências em seus discursos e citam frequentemente uns aos outros, em um sistema de ratificação. O sumário do livro *Guerra Cultural na Prática* (Figura 6, página 64) apresenta, por exemplo, diversos temas em comum e uma linguagem bastante similar àquela utilizada pelos documentários da Brasil Paralelo: silenciamento da direita brasileira, parasita pós-moderno, proximidade entre feminismo e marxismo, interesses internacionais por trás da agenda climática, a arte contemporânea como veículo de ideias revolucionárias etc. Essa constante repercussão das mesmas mensagens em diferentes plataformas e formatos produzem um efeito de amplificação de discursos que autores tem denominado “câmara de eco”:

A metáfora de uma câmara de eco capta as formas como as mensagens são amplificadas e reverberam através das mídias de opinião conservadoras. Queremos sugerir um espaço midiático delimitado e fechado que tem o potencial de amplificar as mensagens transmitidas dentro dele e isolá-las da refutação. [...] Essa “câmara de eco” cria um quadro comum de referência e ciclos de *feedback* positivo para quem ouve, lê e assiste esses meios de comunicação. (Jamieson & Cappella, 2010, p. 76)

Por fim, a lógica das guerras culturais implica a construção de uma realidade na qual perspectivas morais e políticas diferentes se tornam intoleráveis, pois representam uma ameaça à existência do grupo e de seus valores. Os documentários da Brasil Paralelo reforçam essa forma de pensar ao descrever seus “inimigos” – as feministas,

os professores, os intelectuais e militantes de esquerda – como um grupo homogêneo de indivíduos autoritários, violentos e dogmáticos. Com o passar do tempo, esses rótulos têm se tornado cada vez mais cristalizados, produzindo identidades antagônicas que vão muito além do campo da disputa política e passam a impregnar todos os âmbitos da vida:

A disputa passou a ser sobre a forma como cada lado enxerga o mundo, como quer que os próprios filhos sejam criados, quais lugares vai frequentar, que estilos de música ouvir, que roupa usar, em que escolas estudar. A disputa política deixou de ser apenas um ato eleitoral e passou a ser um ato identitário, presente no cotidiano do consumo, do estilo de vida, hábitos e escolhas. A disputa eleitoral transbordou para o cotidiano. (Nunes & Trauman, 2023, p. 159-160)

Os discursos da Brasil Paralelo procuram reforçar a polarização porque é essa divisão social que legitima a sua relevância para o público: ao denunciar as escolas e universidades como espaços de doutrinação comunista, e a mídia tradicional como contaminada por propaganda ideológica, a empresa oferece seus cursos de formação, seus documentários, a própria plataforma de streaming de filmes e uma programação diária de entretenimento no YouTube como forma de conquistar espaço no mercado e atender a um nicho de consumidores cada vez mais hostil a perspectivas culturais diferentes das suas. Concebe, assim, a existência de duas realidades paralelas: uma presumidamente dominada pela hegemonia cultural de esquerda e outra perfeitamente talhada para o seu público, onde apenas os seus *bons valores, ideias e sentimentos* prevalecem.

CAPÍTULO 3

#BrazilWasStolen: desinformação, populismo conservador e ressentimento

No dia 8 de janeiro de 2023, centenas de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro saíram de um acampamento estabelecido diante do Quartel-General (QG) do Exército em Brasília e marcharam rumo à Esplanada dos Ministérios. Após falha no bloqueio realizado pelas forças de segurança do Governo do Distrito Federal, os manifestantes conseguiram invadir o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal. As cenas de depredação e vandalismo durante a invasão eram transmitidas pelos celulares dos próprios manifestantes que, trajados com as cores da bandeira brasileira, gritavam orgulhosamente “O Brasil é nosso!” e “Quebra tudo!”. Os atos extremistas daquele dia almejavam reverter o resultado da eleição de 2022, que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva para o seu terceiro mandato como Presidente da República – uma tentativa de golpe contra o Estado Democrático de Direito que terminou sendo rapidamente derrotada, mas que revelou as graves proporções que a desinformação e a radicalização do campo conservador assumiam no país.

Desde 31 de outubro de 2022, logo após o segundo turno, bolsonaristas que se recusavam a aceitar a eleição de Lula estabeleceram acampamentos em frente aos quartéis militares de diversas cidades do país pedindo intervenção federal das Forças Armadas. No início de novembro, uma reportagem do jornal britânico *The Guardian* entrevistou manifestantes em um desses acampamentos, na cidade de São Paulo¹¹¹. Na matéria, um deles explica o motivo de estar ali: “Nosso motivo é porque acreditamos em um país livre da corrupção. Nossa luta também é para que haja uma eleição limpa e transparente. O que esperamos é que esse movimento cresça, e que mais pessoas acordem para essa realidade”. Uma outra manifestante afirma se sentir lesada com o resultado das eleições: “Porque não respeitaram o nosso voto. E a gente quer uma auditoria.” Outra complementa: “A gente tá nas ruas hoje porque a gente não vai se submeter a um Estado ilegítimo”. Em outro momento do vídeo, é possível escutar uma

¹¹¹ [‘Brazil was stolen’: the Bolsonaro supporters who refuse to accept election result.](#) **Guardian News**, YouTube, 08 nov. 2022. Acesso em 18 jan. 2024.

voz em off no alto-falante: “Isso daqui é uma guerra, se você é a favor do comunismo, por gentileza, vá embora! Nós estamos numa guerra.”

Utilizada como justificativa pelos manifestantes, a crença em uma fraude eleitoral e na ilegitimidade da vitória de Lula foi progressivamente sedimentada por uma intensa campanha de desinformação online promovida por Bolsonaro através das redes sociais – em setembro de 2018, por exemplo, quando ainda se encontrava internado no hospital após sofrer um atentado durante um comício em Juiz de Fora (MG), Bolsonaro realizou uma transmissão ao vivo para seus apoiadores, na qual desabafou: “A grande preocupação realmente não é perder no voto, é perder na fraude. Então, essa possibilidade de fraude no segundo turno, talvez até no primeiro, é concreta”¹¹². Mesmo após eleito, Bolsonaro insistiu em desacreditar a confiabilidade das urnas eletrônicas e do STF em diversas ocasiões¹¹³. Uma pesquisa Genial/Quaest realizada às vésperas da eleição de 2022 apontou que os eleitores de Bolsonaro já demonstravam alta desconfiança quanto às urnas eletrônicas (68%) e mais do que um em cada três concordava que Bolsonaro não deveria aceitar a derrota caso perdesse a eleição (Nunes & Traumann, 2023, p. 134).

Dentre a série de *fake news* e teorias da conspiração sobre fraude nas urnas eletrônicas que circularam no ano de 2022, destaco uma transmissão realizada no dia 04 de novembro com a *hashtag* *Brazil Was Stolen* (“O Brasil foi roubado” em português). A transmissão ao vivo foi realizada pelo canal de notícias de extrema-direita argentino *La Derecha Diario*, comandado pelo consultor político Fernando Cerimedo, assessor de Javier Milei e contato próximo de Eduardo Bolsonaro¹¹⁴. Na *live*, Cerimedo baseou-se em um documento apócrifo que já circulava nas redes para fazer acusações de fraude nas eleições brasileiras de 2022: segundo o suposto relatório, modelos de urna antigos, que não seriam passíveis de auditoria, teriam afetado a votação em Bolsonaro, prejudicando o candidato¹¹⁵. A transmissão de Cerimedo foi repercutida por diversos parlamentares bolsonaristas e chegou a receber mais de 400 mil visualizações simultâneas antes de ser retirada do ar pelo TSE¹¹⁶. Naquele dia, as *hashtags* *#BrazilWasStolen* e *#FoiFraude* ficaram entre os assuntos mais comentados do Twitter. Nos acampamentos golpistas,

¹¹² [Bolsonaro chora, diz que eleição pode ter fraude e que Haddad soltará Lula - Notícias - UOL Eleições 2018](#). UOL (online), 16 set. 2018. Acesso em 06 mai. 2024.

¹¹³ ROSAURO, Maiquel. [Bolsonaro fez ao menos 50 ataques ao STF e ao sistema eleitoral desde 2018](#). Lupa, online, 17 jan. 2023. Acesso em 06 mai. 2024.

¹¹⁴ MACIEL, Alice; DAL PIVA, Juliana & SCOFIELD, Laura. [A conexão argentina de Eduardo Bolsonaro no pico do golpismo](#). Nexo Jornal (online), 02 ago. 2023. Acesso em 06 mai. 2024.

¹¹⁵ RIBEIRO, Amanda; BARBOSA, João & MENEZES, Luiz Fernando. [As mentiras sobre a urna eletrônica divulgadas por site argentino a partir de texto apócrifo](#). Aos Fatos (online), 07 nov. 2022. Acesso em 06 mai. 2024.

¹¹⁶ [TSE SUSPENDE vídeo de argentino que divulgou fake news sobre urnas, compartilhado por Nikolas Ferreira](#). O Globo (online), 05 nov. 2022. Acesso em 06 mai. 2024.

a frase *Brazil was stolen* passou a figurar estampada em camisetas, adesivos de carro e cartazes (Figura 12).

Figura 12. Cartazes dizem que eleição foi “roubada” e pedem por “urnas auditáveis”.



Fonte: [Poder 360](#), 10 dez. 2022. Acesso em 01 jul. 2024.

É possível especular se a *hashtag Brazil Was Stolen*, utilizada na transmissão de Cerimedo em novembro de 2022, foi uma referência intencional ao movimento *Stop The Steal* (“Parem o roubo”, em português), uma campanha viral da extrema-direita estadunidense que buscou contestar o resultado das eleições presidenciais no país dois anos antes (Donovan, Dreyfuss & Friedberg, 2022). Assim como Bolsonaro, o ex-presidente republicano Donald Trump estimulou entre seus apoiadores a suspeita de que as eleições seriam manipuladas para retirá-lo do poder: em agosto de 2020, durante um discurso para apoiadores em Wisconsin, Trump afirmou que “a única forma que nós vamos perder essa eleição, é se a eleição for manipulada, lembrem-se disso”¹¹⁷. Como resultado, após a vitória do democrata Joe Biden nas eleições presidenciais de 2020, dezenas de protestos foram convocados através das redes sociais por militantes trumpistas que acusavam Biden de ter “roubado” as eleições. O movimento foi insuflado

¹¹⁷ [Donald Trump: Only way we lose is if election is 'rigged'](#). *The Telegraph*, YouTube, 18 ago. 2020. Acesso em 05 mai. 2024.

por discursos desinformativos que circulavam nas redes sociais e em programas de televisão e rádio conservadores, corroborando a tese da fraude¹¹⁸. No Facebook, todo conteúdo com a frase “*stop the steal*”, incluindo um grupo com mais de 360 mil membros, foi banido pela plataforma após a publicação de mensagens incitando o uso de violência e armas de fogo nos protestos¹¹⁹. O clima de tensão culminou com a invasão do Capitólio, em Washington, D.C., no dia 06 de janeiro de 2021, quando manifestantes radicais pró-Trump tentaram impedir a contagem de votos do Colégio Eleitoral que formalizaria a vitória de Biden, em uma das maiores manifestações antidemocráticas na história do país.

A comparação entre as insurreições contra a democracia norte-americana e a brasileira, ocorridas em um intervalo de apenas dois anos, nos provoca a pensar sobre a importação de repertórios e métodos produzidos pela *alt-right* estadunidense para o contexto brasileiro (Vaz, Santos & Sanhotene, 2020). Essa expansão da política conservadora americana se dá “pelo alto”, através da articulação entre líderes populistas locais e estrategistas políticos americanos, como a família Bolsonaro e Steve Bannon¹²⁰, mas também “por baixo”, pela incorporação de vocabulário e temas através das redes sociais por ativistas e grupos conservadores brasileiros (Ruediger, 2021). Do mesmo modo, o ceticismo com relação às instituições representativas democráticas não é um apanágio do bolsonarismo; ao contrário, esse tem sido um elemento presente no discurso do populismo conservador em diversas partes do mundo, como apontam os autores britânicos Roger Eatwell e Matthew Goodwin (2020).

Estudos recentes revelam que a crença na narrativa de fraude eleitoral entre bolsonaristas e republicanos continua resistente. Uma pesquisa de opinião realizada pelo Monitor do Debate Político no Meio Digital em um ato por apoiadores do ex-presidente na Avenida Paulista no dia 25 de fevereiro de 2024 revelou que 88% dos entrevistados acreditavam que Bolsonaro havia de fato vencido as eleições de 2022¹²¹. Nos Estados Unidos o cenário é semelhante: um levantamento realizado em dezembro de 2023 apontou que mais de um terço dos adultos americanos não acredita que Biden foi eleito de forma legítima; entre os Republicanos, o índice daqueles que acreditam na legitimidade da eleição era de apenas 31%¹²².

¹¹⁸ [Election Results: Tracking Viral Disinformation](#). **The New York Times** (online), 13 nov. 2023. Acesso em 06 mai. 2024.

¹¹⁹ ROMM, Tony; STANLEY-BECKER, Isaac & DWOSKIN, Elizabeth. [Facebook bans 'STOP THE STEAL' group Trump allies were using to organize protests against vote counting](#). **The Washington Post** (online), 05 nov. 2020. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²⁰ PIRES, Breiller. [Os laços do clã Bolsonaro com Steve Bannon](#). **El País** (online), 20 ago. 2020. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²¹ IORY, Nicolas. [Entre apoiadores de Bolsonaro, 94% veem 'ditadura' no Brasil e maioria acredita que ex-presidente venceu eleição](#). **O Globo** (online), 26 fev. 2024. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²² WEINER, Rachel; CLEMENT, Scott & GUSKIN, Emily. [Republican loyalty to Trump, rioters climbs in 3 years after Jan. 6 attack](#). **The Washington Post** (online), 02 jan. 2024. Acesso em 06 mai. 2024.

Como explicar estes resultados? Como explicar que, mesmo diante de tantas informações disponíveis, estes indivíduos se mantenham apegados às suas crenças? Afinal, uma coisa é acreditar numa crença falsa quando não há alternativa; outra bem diferente é acreditar quando há versões concorrentes da realidade à disposição, legitimadas por autoridades e especialistas. Diante da incerteza gerada pela diversidade de informações disponíveis, deve haver mecanismos (epistêmicos, psíquicos, técnicos etc.) que permitem ao indivíduo insistir em sua crença mesmo diante do contraditório. O presente capítulo procura investigar alguns desses mecanismos.

A partir do exemplo fornecido pelo movimento *Brazil Was Stolen*, este capítulo propõe uma discussão sobre alguns dos processos culturais, sociais e tecnológicos que ajudam a entender a força do populismo conservador e a resistente polarização social, política e afetiva no Brasil nos últimos anos. O capítulo está dividido em três partes: na primeira, traçamos uma breve cronologia de algumas das *fake news* e teorias da conspiração que circularam nas redes sociais entre o segundo turno das eleições de 2022 e o 8 de janeiro de 2023; na sequência, abordamos a maneira como as plataformas digitais e sua arquitetura algorítmica estão transformando o debate público e contribuindo para a radicalização política e para a construção de comunidades epistêmicas polarizadas; por fim, discutimos como a produção de teorias conspiratórias pelo populismo conservador funciona como uma espécie de crítica social conservadora, oferecendo uma interpretação dos eventos sociais e políticos nas sociedades ocidentais que não envolve o questionamento do *status quo* e nem de suas próprias crenças.

3.1. As *fake news* bolsonaristas após a eleição

Em 30 de outubro de 2022, Lula derrotou Bolsonaro com 50,9% dos votos no segundo turno da eleição presidencial mais acirrada da história brasileira¹²³. Para os apoiadores do candidato petista, a vitória com uma margem de pouco mais de dois milhões de votos foi recebida com alívio, mas certo desapontamento: após a conduta desastrosa do governo Bolsonaro diante da pandemia de Covid-19, esperava-se que o apoio ao líder da extrema-direita tivesse reduzido de forma mais significativa. Ainda que derrotado, Bolsonaro obteve a maior votação para um segundo colocado na história das eleições presidenciais brasileiras, e diversos de seus aliados conseguiram se eleger para cargos no legislativo e executivo com votações recordes, confirmando que os discursos da extrema-direita preservavam forte aderência entre a população brasileira:

¹²³ CERQUEIRA, Carolina & MOLITERNO, Danilo. [Disputa entre Lula e Bolsonaro é a eleição para presidente mais acirrada da história](#). **CNN Brasil** (online), 30 out. 2022. Acesso em 06 mai. 2024.

[...] não estamos mais diante de uma onda eleitoral pontual, com presença ocasional nas ruas e muito barulho nas redes sociais, mas de um campo político com líderes significativos, organização e uma identidade – discursiva e estética – reconhecível, que se traduz em votações expressivas. (Chaloub, 2022)

No campo bolsonarista, a decepção pela derrota parece ter sido passageira, rapidamente substituída pela esperança em reverter o resultado considerado ilegítimo. Na noite de 30 de outubro e no dia seguinte, Bolsonaro não realizou qualquer discurso ou manifestação no sentido de reconhecer o resultado das urnas – seu primeiro pronunciamento em público ocorreu apenas na tarde de terça-feira (01 de novembro de 2022), numa coletiva de imprensa em Brasília. Na ocasião, o ex-presidente agradeceu os 58 milhões de votos recebidos no segundo turno e afirmou que “os atuais movimentos populares são fruto de indignação e sentimento de injustiça de como se deu o processo eleitoral”¹²⁴. Por “movimentos populares”, Bolsonaro se referia ao fechamento de rodovias em diversas partes do país por caminhoneiros que se manifestavam contrários à vitória de Lula. Sua fala, autenticando o “sentimento de injustiça” por trás das manifestações antidemocráticas, serviu como rastilho de pólvora, inflamando a produção de novas teorias conspiratórias e *fake news* sobre fraude no processo eleitoral que já circulavam nas redes sociais. A seguir, discutimos como essas mensagens serviram para manter seus apoiadores mobilizados até o dia 08 de janeiro de 2023¹²⁵.

3.1.1. Fraude eleitoral e as urnas eletrônicas

Como afirmam os pesquisadores Tatiana Dourado e Wilson Gomes (2019, p. 13-14), “a suspeita de que as urnas eletrônicas não são confiáveis faz parte de crença crescentemente difundida nos últimos anos no Brasil, principalmente no movimento da nova direita”. Desde 2015, ainda enquanto deputado federal, Bolsonaro procurou estimular a desconfiança sobre a segurança das urnas defendendo a implementação do voto impresso¹²⁶. Durante a corrida presidencial, em outubro de 2018, chegou a sugerir que problemas nas urnas teriam impedido sua vitória no primeiro turno¹²⁷. Em junho de 2022, no início de um pronunciamento realizado através de suas redes sociais, Bolsonaro voltou a insinuar uma suposta fraude nas urnas em 2018: “[Foi] uma coisa que ficou voz corrente em 2018. Eu recebi vários vídeos, recebi telefonemas, que o cara

¹²⁴ [Bolsonaro faz primeiro pronunciamento após o resultado das eleições – 01/11/2022. Câmara dos Deputados](#), YouTube, 01 nov. 2022. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²⁵ O levantamento destas mensagens foi realizado a partir de uma pesquisa nos sites de duas agências de *fact-checking* brasileiras: [Lupa](#) e [Aos Fatos](#). Acesso em 13 abr. 2024.

¹²⁶ SENRA, Ricardo. [Câmara aprova pela primeira vez emenda de Jair Bolsonaro. G1](#) (online), 17 jun. 2015. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²⁷ [Bolsonaro diz que problemas nas urnas impediram vitória no 1º turno. UOL](#) (online), 07 out. 2018. Acesso em 06 mai. 2024.

ia lá apertar o 17 e aparecia o 13. Ninguém falava o contrário, quando ia apertar o 13, saía o 17, ninguém. Então foi uma coisa que aconteceu em larga escala, tá?”¹²⁸.

Diante deste retrospecto, era presumível que acusações falsas contra as urnas eletrônicas seriam reacendidas durante as eleições de 2022, especialmente no caso de um resultado desfavorável ao candidato à reeleição. No período de dez semanas analisado neste trabalho (31 de outubro de 2022 a 08 de janeiro de 2023), foram encontrados mais de 40 conteúdos falsos sobre as urnas eletrônicas e fraude eleitoral verificados pelas agências de *fact-checking* (Anexo 1), sobretudo no mês de novembro, logo após o segundo turno. Sugerimos, portanto, que a primeira estratégia empregada para manter a militância bolsonarista mobilizada foi sustentar a crença de que a vitória de Lula só poderia ser resultado de uma fraude eleitoral.

Em um dos vídeos verificados pela agência de *fact-checking* Lupa, uma mulher anônima filma o terminal do mesário em uma sessão de votação e afirma que o voto do eleitor foi computado para ambos os candidatos, Lula e Bolsonaro¹²⁹. No mesmo período, circulou no WhatsApp uma mensagem de voz supostamente gravada por um tenente das Forças Armadas – no áudio, o narrador denuncia que a eleição no Brasil era um “teatro”, pois as urnas estariam conectadas aos sistemas *Starlink* e “quântico”¹³⁰. Estes dois exemplos revelam distintas estratégias para convencer a audiência sobre a fraude eleitoral: no primeiro caso, o recurso utilizado é o do vídeo amador que carrega a dimensão testemunhal de um fato que foi presenciado em primeira pessoa; já no segundo exemplo, é o argumento feito por uma autoridade e o uso de termos científicos, enigmáticos para o público leigo, que parecem sustentar a autenticidade da informação. Esta diversidade de argumentos apresentados por múltiplas fontes alavanca a credibilidade a narrativa de fraude nas urnas, potencializando seu efeito de persuasão (Paul & Matthews, 2016, p. 8).

Outro achado interessante da pesquisa é o de que diversas *fake news* traziam supostas denúncias de fraude eleitoral no Brasil feitas por autoridades estrangeiras, como uma “juíza sueca”¹³¹, uma “cientista política norueguesa”¹³² e o “emir do Qatar” na abertura da Copa do Mundo de Futebol¹³³. Este expediente pode servir para reforçar a

¹²⁸ [Pronunciamento à Nação - 02/06/2022 - PR Jair Bolsonaro. Jair Bolsonaro](#), YouTube, 02 jun. 2022. Acesso em 06 mai. 2024.

¹²⁹ SOARES, Gabriela. [É falso vídeo sobre voto de eleitor ter sido computado para Lula e Bolsonaro](#). **Lupa** (online), 31 out. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

¹³⁰ ROSAURO, Maiquel. [É falso que eleição é “teatro” e urnas eletrônicas estão conectadas a sistemas Starlink e quântico](#). **Lupa** (online), 01 nov. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

¹³¹ ROSAURO, Maiquel. [É falso que juíza sueca disse que houve fraude na eleição brasileira](#). **Lupa** (online), 07 nov. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

¹³² NOMURA, Bruno. [É falso que cientista política norueguesa disse que houve fraude eleitoral no Brasil](#). **Lupa** (online), 09 nov. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

¹³³ MARTINS, Róbson. [Emir do Qatar não disse na abertura da Copa que eleições brasileiras ‘foram roubadas’](#). **Lupa** (online), 22 nov. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

sensação de que haveria um complô entre as autoridades e a mídia brasileira para acobertar a farsa eleitoral, que estaria sendo revelada pela cobertura internacional. Em 23 de novembro de 2022, Eduardo Bolsonaro publicou no Twitter um vídeo de Steve Bannon elogiando “os grandes patriotas no Brasil” que foram às ruas protestar contra a fraude eleitoral. A legenda do vídeo, escrita por Eduardo, informava: “[...] *não se engane, essa é a opinião da maioria no exterior. A imprensa internacional, mais livre, tem feito uma cobertura melhor de nossa eleição*”¹³⁴. O post recebeu mais de 20 mil curtidas.

No entanto, para manter a militância bolsonarista mobilizada, não bastou argumentar que a eleição havia sido fraudada por meio das urnas eletrônicas; foi preciso manter a esperança de que algo aconteceria para reverter a situação.

3.1.2. O Artigo 142 e a expectativa de uma intervenção militar

Na noite de 30 de outubro de 2022, por volta das 20h, foi anunciada a eleição de Lula para seu terceiro mandato como Presidente da República. Nas duas décadas anteriores, todos os candidatos derrotados nas eleições presidenciais reconheceram o resultado das urnas poucas horas após a sua divulgação: em 2002, José Serra telefonou pessoalmente para Lula para cumprimentar o adversário pela vitória e desejar boa sorte na Presidência, uma cordialidade repetida por Geraldo Alckmin em 2006 e Aécio Neves em 2014. Em 2018, o petista Fernando Haddad não demonstrou a mesma consideração por seu oponente, mas reconheceu a vitória de Bolsonaro em um pronunciamento público cerca de uma hora após seu anúncio. Em 2022, como já mencionado, Bolsonaro permaneceu em silêncio até a tarde de terça-feira, quando realizou apenas um curto pronunciamento para a imprensa.

Se a postura de Bolsonaro foi vista por seus opositores como sintoma evidente de seu desdém em relação aos ritos democráticos, para seus apoiadores, habituados à comunicação direta e intensa com seu líder através das redes sociais, era urgente dar sentido ao “sumiço” de Bolsonaro: teria o capitão se acovardado, humilhado demais após a derrota para se apresentar publicamente diante de seus seguidores? É neste contexto que ressurge nas redes sociais uma teoria conspiratória acerca do Artigo 142 da Constituição Brasileira: segundo os rumores, produzidos desde o primeiro ano do governo Bolsonaro, o artigo em questão garantiria ao presidente da República “poder de convocar as Forças Armadas para garantir a lei e a ordem e defender o país de seus inimigos, viabilizando, assim, uma ‘intervenção militar constitucional’”¹³⁵. Em 2022,

¹³⁴ BOLSONARO, Eduardo. [“A censura acua. Mas não se engane, essa é a opinião da maioria no exterior \[...\]”](#). @BolsonaroSP, X, 23 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹³⁵ RIBEIRO, Amanda. [Não, o artigo 142 da Constituição não permite que Bolsonaro decrete intervenção militar](#). Aos Fatos (online), 26 jun. 2019. Acesso em 27 abr. 2024.

mensagens sobre o Artigo 142 circularam através de redes sociais e aplicativos de mensagens, especialmente nos dias seguintes ao segundo turno (Anexo 2).

Embora as mensagens apresentassem conteúdos distintos em cada plataforma, elas seguiam basicamente o mesmo padrão – havia uma convocação da população para ir às ruas se manifestar contra a eleição de Lula, acompanhada de uma explicação de que Bolsonaro não poderia se manifestar durante 72 horas, garantindo que os protestos partiriam “espontaneamente” da população, ao invés de coordenados pelo presidente: “Estão dizendo que O presidente está proibido de se pronunciar, pois as FFAA querem ver se o povo vai REAGIR indo pras ruas por vontade própria, sem que o PR fale algo e que depois a ESQUERDA alegue que ele insufiou revolta”¹³⁶. Dessa forma, o silêncio de Bolsonaro foi interpretado por seus apoiadores como parte de um plano para que as Forças Armadas assumissem o poder.

A esperança de que os militares estariam prestes a agir para reverter o resultado das eleições foi um tema frequente nas *fake news* encontradas após o segundo turno, sobretudo em dezembro de 2022, último mês do governo de Bolsonaro (Anexo 2). Alguns dias antes da diplomação de Lula, marcada para 12 de dezembro daquele ano, circularam diversas mensagens que enganavam ao afirmar que decretos publicados no Diário Oficial colocavam as Forças Armadas no controle do país:

O Brasil está sob tutela militar, saiu no Diário Oficial. Decreto de mobilidade militar, acabou de sair no Diário Oficial da União... significa que o Brasil está sob ameaça externa e interna... possível guerra direta ou indireta. Resumo: Brasil está sob tutela das Forças Armadas.¹³⁷

GLO foi assinada no dia 28 e publicada no Diário Oficial hoje. Com isso, as Forças Armadas estão efetivamente, agora verdadeiramente, assumindo o controle da nação. E, inclusive, estabelecendo a diplomação de Jair Messias Bolsonaro. Não haverá outra diplomação no dia 12.¹³⁸

Outro recurso recorrente foi a veiculação de imagens de tropas ou tanques do Exército nas ruas retiradas de contexto para sugerir que a intervenção militar estaria na iminência de acontecer¹³⁹. Uma fotografia de militares montando tendas para uma ação de assistência à moradores de rua na Praça da Sé, em São Paulo, foi difundida como prova de que haveria uma Operação Militar em curso¹⁴⁰. Em dezembro, um homem

¹³⁶ BORTOLON, Bianca *et al.* [Silêncio de Bolsonaro alimenta correntes golpistas no WhatsApp e no Telegram. Aos Fatos](#) (online), 01 nov. 2022. Acesso em 27 abr. 2024.

¹³⁷ MENEZES, Luiz Fernando. [Novo Manual de Mobilização Militar não coloca Brasil sob tutela das Forças Armadas. Aos Fatos](#) (online), 06 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹³⁸ NOMURA, Bruno. [Bolsonaro não assinou GLO para colocar Forças Armadas no controle do país. Lupa](#) (online), 08 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹³⁹ MACÁRIO, Carol. [É falso que Exército ocupou estação da CPTM em São Paulo. Lupa](#) (online), 08 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁰ PEREIRA, Catiane. [É falso que Exército montou quartel de operações na Praça da Sé, em São Paulo. Lupa](#) (online), 21 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024

filmou veículos do Exército e militares na praia do Recreio dos Bandeirantes, sugerindo tratar-se de um movimento para impedir a esquerda de assumir o poder no país: “*Isso aqui é coisa do acaso? Operação comum? Algo rotineiro? Ou será que alguma coisa de fato está acontecendo? [...] O nosso trabalho não tem sido em vão. O Brasil é nosso, a esquerda não vai ser implantada aqui*”, sugeria o homem na gravação. Em nota, as Forças Armadas informaram que a estrutura retratada no vídeo se destinava a dar apoio à realização da 1ª Corrida da Brigada de Infantaria Paraquedista¹⁴¹.

Conforme o governo Bolsonaro se aproximava do fim, e as eleições ficavam para trás, era preciso manter os bolsonaristas nos acampamentos agarrados à crença de que faltava muito pouco para que seu objetivo fosse alcançado. A pesquisa revelou que *fake news* utilizando fotos e falas antigas de Bolsonaro foram frequentes na reta final do governo, em dezembro de 2022 (Anexo 3). No início daquele mês, uma fotografia do ex-presidente assinando um despacho trajado com uma farda militar foi recuperada em uma publicação no Facebook com a legenda “*Bolsonaro hoje despachou fardado. O cerco tá fechando. São mais de 300 mandados de prisão e vai ser antes da diplomação do molusco!*”¹⁴². Dias depois, circulou nas redes o trecho de um vídeo no qual Bolsonaro comenta: “*Brevemente teremos as consequências do que está acontecendo, tá ok, pessoal? Fiquem tranquilos!*”¹⁴³. Retirados de contexto, estes registros podem ter sido importantes para manter os manifestantes encorajados, confiantes de que Bolsonaro e as Forças Armadas agiriam para impedir a esquerda de voltar à Presidência.

3.1.3. A morte de Lula

No período analisado, encontramos diversas notícias falsas sobre Lula e seu futuro governo. No início de novembro, Lupa e Aos Fatos verificaram montagens com informações enganosas de que Lula iria desarmar a polícia¹⁴⁴, confiscar poupanças e tributar as transações com o Pix¹⁴⁵. Outra *fake news* dizia que o deputado Jean Wyllys iria assumir o cargo de Ministro da Educação no governo Lula e banir as Bíblias no Brasil¹⁴⁶. Pode-se supor que o objetivo dessas narrativas era o de suscitar temores na

¹⁴¹ LEITE, Bruna. [Vídeo de militares no RJ mostra preparação para corrida, não para golpe de Estado](#). **Aos Fatos** (online), 14 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴² MENEZES, Luiz Fernando. [Foto de 2021 que mostra Bolsonaro fardado circula fora de contexto](#). **Aos Fatos** (online), 05 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴³ NOMURA, Bruno. [É antiga fala de Bolsonaro de que agirá em breve e haverá ‘consequências’](#). **Lupa** (online), 14 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁴ DINIZ, Iara. [É falso tuíte de Lula afirmando que vai desmilitarizar e desarmar polícias](#). **Lupa** (online), 03 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁵ CALVACANTE, Renan. [CNN não publicou que Lula vai confiscar poupança e tributar Pix](#). **Lupa** (online), 04 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁶ SCHIOCHET, Arthur. [É falso que Jean Wyllys declarou que pretende banir a Bíblia no Brasil](#). **Lupa** (online), 03 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

população sobre quais seriam as políticas de Lula quando retornasse à presidência, alimentando a revolta contra a sua eleição.

Gostaríamos de chamar atenção, no entanto, para um conjunto menor de *fake news* criadas entre novembro e dezembro sobre o estado de saúde de Lula (Anexo 4). Logo após o segundo turno, surgem boatos de que o futuro presidente estaria internado em estado grave no Hospital Sírio-Libanês¹⁴⁷, ou que teria sido retirado de dentro de um avião em uma maca¹⁴⁸. Algumas semanas depois, circula uma filmagem de um carro funerário que estaria transportando em segredo o caixão de Lula (na verdade, tratava-se do caixão da cantora Gal Costa)¹⁴⁹. Neste contexto, assomam-se rumores de que Lula teria sido substituído por um sócia que ocuparia seu lugar na cerimônia de diplomação. Até mesmo imagens manipuladas digitalmente do petista com todos os dedos na mão esquerda circularam para corroborar a tese do sócia¹⁵⁰.

Teorias da conspiração sobre a morte de pessoas famosas não são incomuns – recentemente, em março de 2024, a ausência de Kate Middleton, a princesa de Gales, em compromissos públicos durante várias semanas após uma cirurgia abdominal alimentou diversas teorias da conspiração nas redes sociais, que iam desde rumores de que a princesa estaria se divorciando do príncipe William até especulações sobre sua morte. Como aponta Bronner (2016, p. 42-45), a Internet facilitou o acúmulo de dados e evidências irrelevantes que acabam ganhando consistência quando são sintetizados na forma de narrativas, vídeos e montagens prontamente compartilhadas nas redes. Ainda que uma minoria da audiência seja de fato convencida por estas teorias da conspiração, elas ainda assim funcionam para alimentar um clima geral de desconfiança e ceticismo que corrói progressivamente os parâmetros de verdade.

Além disso, por mais bizarros e inacreditáveis que aparentem ser, estes rumores conseguem mobilizar a curiosidade da audiência, e a curiosidade é um valioso recurso para manter os usuários consumindo conteúdos nas redes sociais. Não por acaso, as teorias conspiratórias sobre a substituição de Lula foram repercutidas por diversos canais conservadores no YouTube e produziram um pico de buscas no Google pelo assunto¹⁵¹. Para os influenciadores, a conspiração provavelmente serviu como caminho para monetizar vídeos e aumentar sua base de seguidores; para os espectadores,

¹⁴⁷ NOMURA, Bruno. [É falso que Lula está internado em estado grave em hospital de SP](#). **Lupa** (online), 07 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁸ SOARES, Gabriela. [Lula não foi retirado de avião em uma maca, como sugere vídeo](#). **Lupa** (online), 09 nov. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁴⁹ MENEZES, Luiz Fernando. [Vídeo que mostra transporte do corpo de Gal Costa é usado para dizer que Lula está morto](#). **Aos Fatos** (online), 01 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁵⁰ CAVALCANTE, Renan. [Conteúdos falsos criam narrativa de que Lula foi trocado por sócia](#). **Lupa** (online), 01 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁵¹ RUDNITZKI, Ethel & MENEZES, Luiz Fernando. [Como o bolsonarismo fez teoria conspiratória sobre morte de Lula ter pico de buscas no Google](#). **Aos Fatos** (online), 02 dez. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

serviu para alimentar as esperanças de que Lula talvez não assumisse o mandato para o qual havia sido eleito, reforçando, uma vez mais, a sua mobilização.

3.1.4. O 8 de janeiro sob o paradigma dos movimentos sociais em rede

Fake news e demais conteúdos verificados pelas agências Lupa e Aos Fatos nos primeiros dias de janeiro de 2023 revelam poucas novidades em relação ao que foi encontrado nos meses anteriores (Anexo 5). Com a posse de Lula concretizada, o foco dos bolsonaristas volta-se para a convocação à invasão à sede dos três poderes. Ambas as agências verificaram que, entre os dias 02 e 04 daquele mês, houve um aumento no número de mensagens compartilhadas em grupos e nas redes sociais convocando os “patriotas” para uma grande manifestação em Brasília no dia 08 de janeiro¹⁵², além de diversos apelos para uma greve geral. Como forma de driblar o monitoramento nas redes, muitas destas publicações usavam o termo “Festa da Selma” como código para se referir ao dia da invasão¹⁵³. Também foi através de aplicativos de mensagens online que caravanas para Brasília eram divulgadas entre os manifestantes¹⁵⁴.

Nesse sentido, as plataformas digitais foram ferramentas importantes tanto para manter os manifestantes mobilizados nos acampamentos e na Internet, quanto para a coordenação logística dos ataques terroristas do 8 de janeiro. Em *Redes de Indignação e Esperança*, Castells discute algumas das características dos novos movimentos sociais e políticos que eclodiram nos anos 2010 em várias partes do mundo e que utilizavam as novas plataformas de redes sociais como ferramentas de organização: eram movimentos conectados em rede, que com frequência transbordavam para a ocupação do espaço público; eram simultaneamente globais e locais; espontâneos em sua origem, “derivados de uma centelha de indignação”; de caráter horizontal e viral; baseados na “esperança da possibilidade de mudança” (Castells, 2013, p. 130-137). No Brasil, foram as Jornadas de Junho de 2013, principalmente, que representaram esse fenômeno a nível nacional.

O livro de Castells termina em um tom de otimismo, apostando que o resultado dos novos movimentos sociais em rede seria o aprofundamento da democracia. No entanto, o que a realidade hoje nos mostra é que são as forças reacionárias, autoritárias e antidemocráticas que vêm manipulando com maior sucesso as ferramentas digitais, estabelecendo com elas novos movimentos sociais robustos e redefinindo a disputa

¹⁵² RIBEIRO, Amanda *et al.* [Invasão golpista era convocada nas redes desde 3 de janeiro; posts permanecem no ar. Aos Fatos](#) (online), 08 jan. 2023. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁵³ AFONSO, Nathália; SOARES, Gabriela. [Vândalos falavam de 'Festa da Selma' para convocar ataques em Brasília. Lupa](#) (online), 08 jan. 2023. Acesso em 11 mai. 2024.

¹⁵⁴ Equipe Lupa. ['Ramiro Caminhoneiro' foi peça-chave para ida de centenas de pessoas a Brasília. Lupa](#) (online), 10 jan. 2024. Acesso em 11 mai. 2024.

política nos seus termos. Embora o 8 de janeiro tenha sido derrotado, os pilares que ajudaram a sustentá-lo continuam de pé – e um deles é o uso das tecnologias digitais para propagar desinformação e fomentar a radicalização política.

3.2. Tecnologia e verdade hoje

O combate às *fake news* e à desinformação que ora proliferam nos ambientes digitais se tornou uma das pautas axiais no cenário político contemporâneo. Segundo relatório da ONU (2021, p. 27), “a capacidade de produzir desinformação em larga escala e enfraquecer fatos científicos estabelecidos” representaria um “risco existencial para a humanidade”. Como apontam Gomes e Dourado (2019, p. 35), “é muito provável que a produção e disseminação de relatos falsos com fins políticos sejam fenômenos coextensivos à própria política”. No entanto, os autores reconhecem que as tecnologias disponíveis hoje ampliam exponencialmente os efeitos nocivos da desinformação:

[...] a vida digital comporta possibilidades nunca experimentadas no território da contrafação de narrativas factuais, sobretudo, porque acrescenta a esta atividade uma capacidade sem precedentes de alcance na disseminação de conteúdo falso e uma velocidade antes impensável de propagação. (Gomes & Dourado, 2019, p. 36)

No Brasil e no mundo, não carecemos de exemplos de como a disseminação de notícias falsas nas redes sociais podem levar a graves consequências. Cada vez mais processos democráticos de tomada de decisão ocorrem sob a influência de técnicas de propaganda digital e campanhas de desinformação em larga escala, cujos efeitos são amplificados pelo emprego de *social bots*¹⁵⁵ (Santini, 2022) e de técnicas de *microtargeting* a partir da criação de perfis psicométricos dos usuários (Bruno, Bentes & Faltay, 2019). Com a popularização das tecnologias de inteligência artificial e o surgimento dos *deepfakes*¹⁵⁶, a preocupação é que este cenário se agrave ainda mais nos próximos anos¹⁵⁷. Para além dos processos políticos como eleições e referendos, a atual conjuntura de desordem informacional (Wardle, 2020) fomenta os movimentos de negacionismos científicos, que durante a pandemia de Covid-19 comprometeram a

¹⁵⁵ Segundo a pesquisadora Rose Marie Santini, *social bots* “são algoritmos que podem produzir e/ou disseminar conteúdo de modo automático e interagir com humanos, criando uma espécie de ‘opinião pública artificial’ nas redes sociais. Os algoritmos conseguem imitar a comunicação humana, incluindo os padrões temporais de produção e difusão de conteúdo e de expressão de sentimentos.” (Santini, 2022, p. 351).

¹⁵⁶ *Deepfakes* é o termo atualmente empregado para descrever mídias falsas (especialmente vídeos) que foram fabricadas por meio da Inteligência Artificial. Através da síntese de diferentes elementos de vídeo ou áudio, a I.A. permite a criação de mídias inautênticas altamente realistas, nas quais o conteúdo da fala de um indivíduo é manipulado ou rostos são trocados. O termo teria surgido em 2017, quando um usuário do *Reddit* sob a alcunha de “*Deepfakes*” publicou vídeos pornográficos digitalmente alterados para incluir rostos de celebridades (Schwartz, 2018).

¹⁵⁷ CARMO, Wendal. [No TSE, Moraes defende regulação das redes sociais e diz que IA pode oferecer ‘risco perigoso’ às eleições](#). *CartaCapital* (online), 01 fev. 2024. Acesso em 11 mai. 2024.

adesão às medidas de isolamento social e à imunização contra a doença (Nascimento *et al.*, 2022) e que atualmente constituem um entrave no combate às mudanças climáticas (Salles *et al.*, 2023, p. 3). Diante desse cenário, diversas pesquisas vêm se colocando a mesma questão: quais são as condições de enunciação existentes na paisagem midiática contemporânea que tornam as *fake news* e as teorias da conspiração um fenômeno tão recorrente? Ou, dito de outro modo, por que esses discursos conquistam tantos adeptos, mesmo carregando informações controversas e muitas vezes amplamente refutadas por peritos e autoridades?

Lee McIntyre (2018, p. 13) apresenta o fenômeno contemporâneo da pós-verdade como um momento no qual, em determinados contextos, as crenças individuais passaram a ter mais importância do que os fatos na determinação do que é verdade. Dito de outro modo, no contexto da pós-verdade, alguns indivíduos passam a demonstrar maior facilidade em descartar as descrições feitas por peritos e autoridades, se estas estiverem em desacordo com as suas crenças pré-existentes. Para que esse fenômeno fosse possível, duas transformações precisaram ocorrer na cultura contemporânea: primeiro, a ascensão de novos valores morais ligados à ética da autenticidade (Taylor, 2011), com a valorização do relativismo moral, do pluralismo e da tolerância com relação a diferentes estilos de vida; e, na sequência, uma desregulação do mercado cognitivo aprofundada pela evolução das novas tecnologias de informação e comunicação digital (Bronner, 2016).

Nas sociedades contemporâneas, a noção de que “cada indivíduo é diferente e original, e essa originalidade determina como ele deve viver” (Taylor, 2013, p. 480) tornou-se um poderoso vetor cultural: os discursos terapêuticos e midiáticos cada vez mais celebram e incentivam a busca individual por singularidade, autonomia e bem-estar. Ao mesmo tempo, há um consenso nas democracias liberais de que a sociedade “precisa ser neutra a respeito de questões sobre o que constitui uma vida boa. A vida boa é o que cada indivíduo busca” (Taylor, 2011, p. 27). Assim, afirma-se o poder de escolha como um bem em si mesmo. Este ideal contemporâneo de liberdade individual demonstra tanta força que ele é talvez um dos poucos pontos consensuais entre conservadores e progressistas (embora cada um desses grupos tenha visões distintas sobre o que ele representa). Mas o ideal de autenticidade impõe também sua própria forma de regime normativo: “ser autêntico” passa a ser um imperativo moral, mais do que uma possibilidade. Na prática, isso significa que, até certo limite, passa a ser desejável que o sujeito não se conforme às regras sociais impostas (sendo que a percepção sobre quais “regras” estão sendo impostas irá variar enormemente em função do grupo ao qual se pertence) e não mude de opinião por causa do outro; essas

atitudes comprovariam não apenas sua autenticidade, mas também sua autoestima – outro poderoso valor contemporâneo.

É fácil perceber como a ética da autenticidade pode favorecer o questionamento das autoridades e verdades estabelecidas por peritos, na medida em que ela privilegia e valoriza as experiências e opiniões individuais (Sanhotene, 2022). Este processo cultural contemporâneo é descrito por van Zoonen através do conceito de *eu-pistemologia* (*I-pistemology*): “Enquanto a epistemologia está preocupada com a natureza, as fontes e os métodos do conhecimento, a *Eu-pistemologia* responde a estas questões a partir do *eu* [...] tendo a internet como grande facilitador” (van Zoonen, 2012, p. 60).

As mídias sociais digitais, na medida em que “foram criadas a partir da sociedade norte-americana e seus valores” (Miskolci, 2021, p. 42), refletem e reforçam a ética da autenticidade e essa centralidade do “eu”: “os elementos técnico-comunicacionais e as origens culturais das plataformas de rede social induzem à construção de perfis que se confundem com identidades, assim como transformam seus usuários em competidores em um mercado pela atenção e pelo reconhecimento midiático” (Miskolci, 2021, p. 43). Outro elemento central da cultura norte-americana que aparece representado nas redes sociais é justamente “a sabedoria das multidões: não confiem nos especialistas, as pessoas comuns sabem mais” (Da Empoli, 2022, p. 74). A Internet e as plataformas digitais, ao liberarem o polo emissor e reduzirem a necessidade de um mediador na comunicação (Lemos, 2010), tornaram possível que qualquer um pudesse “publicar o que quiser, com pouco esforço e baixo custo, para uma audiência potencial de milhões de pessoas do mundo inteiro” (Sibilia, 2008, p. 70). É esse aumento inaudito na oferta de informações no espaço público que Gérald Bronner (2016) caracterizou como sendo parte de uma “desregulação do mercado cognitivo”.

É claro que a distribuição de atenção e influência midiática nas plataformas de redes sociais continua sendo bastante desigual, com alguns discursos ganhando mais repercussão do que outros, mas, ainda assim, é inegável que hoje há uma participação mais ativa de indivíduos comuns e anônimos na economia de disseminação de informações. E se, por um lado, estas novas tecnologias deram voz a grupos sociais historicamente pouco representados nas mídias tradicionais, servindo como espaço de organização de novos movimentos sociais, por outro, elas também abriram as portas para a rápida disseminação de rumores infundados e teorias da conspiração que antes estiveram restritas às margens da sociedade (Bergmann, 2018, p. 155). Essa inédita diversidade de discursos disponíveis nas redes permite que cada pessoa busque fontes de informação mais alinhadas às suas perspectivas e crenças, reduzindo a dissonância

cognitiva que ocorre sempre que entramos em contato com fatos que desafiam nossas crenças pré-estabelecidas:

Diante desta oferta superabundante, cada pessoa poderá facilmente ser tentada a formar uma opinião sobre o mundo que tenderá a ser mais conveniente do que verdadeira. Em outras palavras, a pluralidade de ofertas disponíveis para cada indivíduo permite que ele evite com facilidade o desconforto mental frequentemente gerado pelos produtos do conhecimento. (Bronner, 2016, p. 7)

Em outras palavras, Bronner ressalta que o aumento na oferta de informações no mercado cognitivo não resulta em um debate público mais qualificado; ao contrário, esse processo pode reforçar os efeitos do viés de confirmação. Nesse cenário, técnicas de propaganda política que exploram esta superabundância de informações de forma intencional e estratégica vem sendo utilizadas para confundir a audiência e espraizar desinformação. Christopher Paul e Miriam Matthews (2016) propõem, por exemplo, que o governo de Vladimir Putin vem utilizando de forma eficaz um modelo de propaganda que os autores classificam como “*firehosing of falsehoods*”: o termo *firehosing* é uma analogia ao efeito de uma mangueira de incêndio, representando a forma abrupta que um fluxo intenso de mentiras atinge a audiência, desnorteando-a. A técnica consiste na disseminação de grandes volumes de informação através de múltiplos canais, de forma rápida, contínua e repetitiva, sem compromisso com a realidade objetiva ou com a consistência das informações.

Além da superabundância de informações, há ainda pelo menos dois aspectos presentes na estrutura das redes sociais digitais que ajudam a explicar o atual cenário de desordem informacional e, conseqüentemente, de polarização social, política e epistêmica: a) a tendência destas redes à fragmentação das fontes de informação, facilitando a formação de bolhas de opinião e câmaras de eco, e b) o modo como estas tecnologias de mídia transformaram a esfera pública em uma arena de competição pela atenção dos usuários organizada para privilegiar conteúdos sensacionalistas e com alta carga emocional. Discutiremos cada um destes aspectos a seguir.

3.2.1. Bolhas de opinião, epistemologia partidária e as câmaras de eco

Na medida em que os sistemas peritos como a ciência e o jornalismo entram em crise¹⁵⁸ (Cesarino, 2021) e o excesso de informação disponível torna impossível que o

¹⁵⁸ Segundo Anthony Giddens (1991, p. 30), sistemas peritos são “sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje”. Para o autor, o mecanismo de confiança nos sistemas peritos está profundamente ligado à natureza das instituições modernas (p. 77). A partir desta definição de “sistema perito”, Luis Felipe Miguel (1999, p. 199) sugeriu que “o leitor/ouvinte/espectador, no papel de consumidor de notícias, mantém em relação ao jornalismo uma atitude de confiança, similar à dos outros sistemas peritos”. Em trabalho recente, Miguel reconhece que não apenas o jornalismo, mas também as ciências naturais e históricas, vivem uma crise de

indivíduo verifique por conta própria a veracidade de cada notícia recebida, a questão imediata passa a ser: em quem confiar? Os filtros de preferência e algoritmos que organizam a arquitetura das redes sociais respondem a este problema aproximando o indivíduo daqueles que ele já conhece, ou oferecendo a ele conexões com novos indivíduos que compartilham gostos e crenças semelhantes. A arquitetura algorítmica destas plataformas, baseada no direcionamento das mensagens por filtros de acordo com as preferências e inclinações do usuário, produz então as “bolhas de filtro” (Pariser, 2011) ou bolhas de opinião algorítmicas:

A nova geração de filtros da Internet olha para as coisas que você parece gostar – as coisas que você já fez, ou as coisas que pessoas parecidas com você gostam – e tenta extrapolar. Elas são máquinas de previsão, constantemente criando e refinando uma teoria sobre quem você é e o que você vai fazer e querer a seguir. Juntas, essas máquinas criam um universo de informação para cada um de nós – o que passei a chamar de *filter bubble* – que fundamentalmente altera o modo como nós nos deparamos com ideias e informações. (Pariser, 2011, p. 10)

Sendo assim, a tela dos smartphones funciona como uma “versão eletrônica do espelho”, delimitando “a visão de mundo de seu dono a partir de seus interesses” (Miskolci, 2021, p. 45). A transição dos meios de comunicação de massa para a navegação online, especialmente a partir da popularização dos smartphones e da internet móvel, consolidou uma “dieta midiática” cada vez mais personalizada: “se antes você era obrigado a comprar o jornal inteiro para obter a seção de esportes, agora você pode acessar um site exclusivo de esportes com conteúdo novo suficiente a cada dia para preencher dez jornais” (Pariser, 2011, p. 32). Uma das consequências desta personalização de conteúdos pelos filtros é a produção de níveis “antes inimagináveis de alienação, já que cada um pode se limitar a um conjunto microscópico de temas e interesses” (Miguel, 2022, p. 205).

Conforme a confiança dos indivíduos nas notícias produzidas pelo jornalismo tradicional declina e as redes sociais se tornam a principal fonte de informação¹⁵⁹, os indivíduos passam a consumir uma mídia mais segmentada e partidária. O resultado é a progressiva perda de um referencial comum e o crescente abismo entre visões de mundo opostas (Brown, 2019, p. 14). Ainda que estas bolhas de opinião algorítmicas não sejam capazes de isolar completamente o indivíduo de posições contrárias às suas,

legitimidade na pós-modernidade, quando “cada vez mais, a identificação entre o emissor e seu público torna-se a chave para o sucesso do processo comunicativo” (Miguel, 2022, p. 205).

¹⁵⁹ A *Digital News Report 2023*, relatório produzido pelo Instituto Reuters, aponta que o índice geral de confiança dos brasileiros nas notícias vem caindo progressivamente nos últimos anos, indo de 62% em 2015 para apenas 43% em 2023. O relatório também aponta uma significativa mudança no consumo de informação do brasileiro na última década, com as redes sociais ultrapassando a televisão e os meios impressos (como jornais e revistas) como principal fonte de notícias (Carro, 2023).

“a abundância de informações dá a cada um acesso a um grande contingente de discursos de reforço às próprias convicções, permitindo descartar, sem muito estresse, aqueles que a contrariam” (Miguel, 2022, p. 197):

Se nós recebemos nossas notícias pelas mídias sociais, nós podemos desligar as fontes que não gostamos, bem como podemos desfazer a amizade com pessoas que discordam das nossas opiniões políticas. Se os nossos feeds são confiáveis ou livres de fatos vai depender do veto de nossos amigos e do algoritmo que o Facebook usa para decidir que histórias nós ‘gostamos’ mais. (McIntyre, 2018, p. 94)

Em seu livro *#Republic: Divided Democracy in the Age of Social Media*¹⁶⁰, Cass Sunstein (2017) discute como os filtros das redes sociais, ao aproximar pessoas de mentalidade similar, pode estar favorecendo a radicalização política e a polarização social. Uma perspectiva interessante oferecida pelo autor para explicar o atual cenário de polarização é a constatação de que indivíduos, após conversarem com pessoas consideradas do mesmo “grupo” (ou identidade) sobre um determinado tema, tendem a se tornar mais confiantes em suas crenças, ou seja, mais certas dos seus pontos de vista, e portanto, menos abertas à mudança de opinião (Sunstein, 2017, p. 68-75). Embora seja um fenômeno que não ocorre apenas nas redes sociais, o autor reflete que os filtros de preferência das plataformas de mídia social, ao bombardearem os usuários com conteúdos que confirmam suas crenças e aproximarem pessoas geograficamente distantes, mas de mentalidades similares, podem estar causando uma radicalização em larga escala.

Outro conceito importante para entender a polarização é o de epistemologia partidária. Em sua reflexão sobre a estrutura epistêmica das redes sociais, Regina Rini (2017) argumenta que, em geral, nós tendemos a atribuir maior grau de confiança às informações recebidas por pessoas que compartilham os mesmos valores morais e posições políticas que os nossos. A epistemologia partidária ajudaria a explicar por que tantas pessoas acreditam nas *fake news*: uma vez que estas narrativas são compartilhadas por contatos próximos, elas constituem uma “forma peculiar de testemunho” para a autora: essas histórias “aparecem em seus *feeds* de mídias sociais, evidentemente endossadas por pessoas nas quais eles confiam (em algum grau), e é natural acreditar no que amigos confiáveis contam a você” (Rini, 2017, p. E-46).

Gomes e Dourado (2019), em uma análise de 14 *fake news* sobre fraude nas urnas que circularam em 2018, apontam que a mimetização jornalística (ou seja, a tentativa de simular uma notícia produzida pelo sistema de jornalismo profissional) não foi encontrada no material levantado: “Em nenhum dos casos houve mimetização do

¹⁶⁰ #República: Democracia Dividida na Era das Mídias Sociais (tradução livre).

formato visual ou auditivo do noticiário, com presença de URL que simule um artigo noticioso” (Gomes & Dourado, 2019, p. 41). Em compensação, “os textos tinham o tom de denúncia ou prova da existência de fraude nas urnas e apelaram de algum modo para a emoção como revolta. ‘Meu Deus, onde vamos parar com este país!’, ‘Gente pelo amor de deus espalhem isso!!’ e ‘Está acontecendo diante dos nossos olhos’ foram encontrados nas histórias.” (Ibidem, p. 42). Esta linguagem mais informal e direta encontrada nas mensagens sugere justamente a ideia de “testemunho”¹⁶¹ apontada por Rini (2017): os indivíduos acreditam na história não porque ela simula uma notícia jornalística oficial, mas porque ela circula em grupos de interlocutores com algum nível de proximidade ideológica e, portanto, de confiança mútua. Sendo assim, uma das conclusões dos autores é que embora muitas *fake news* mimetizem o estilo jornalístico profissional para enganar a audiência, o uso deste expediente não é uma regra e pode inclusive estar ausente em mensagens com grande repercussão.

Se em muitos casos a mimetização jornalística não está presente nas *fake news*, podemos nos perguntar: por que tantos indivíduos passaram a confiar em mensagens produzidas e repassadas por sujeitos leigos em suas redes sociais, sem nenhum crivo do jornalismo profissional? Ainda mais espantoso é o fato de que tais indivíduos com frequência seguem acreditando nas informações falsas mesmo quando expostos a evidências contrárias, produzidas por autoridades competentes e divulgadas pelo jornalismo profissional. Para explicar este fenômeno, é preciso entender a formação de uma estrutura epistêmica particular: as câmaras de eco são uma radicalização das bolhas de opinião, que emergem quando perspectivas contrárias às do grupo não estão simplesmente ausentes, mas são ativamente excluídas pela manipulação da confiança de seus membros, que aprendem a duvidar de qualquer informação provinda de fontes ou indivíduos que não pertencem ao próprio grupo (Nguyen, 2018). Mais do que atribuir maior grau de confiança aos membros da própria comunidade, as câmaras de eco funcionam como uma espécie de culto, um espaço organizado no qual a credibilidade de fontes que divergem de suas crenças é atacada contínua e metodicamente. As câmaras de eco ajudam a explicar, também, a formação das epistemologias tribais, “segundo a qual verdade e falsidade são relativas aos interesses da nossa tribo” (Gomes & Dourado, 2019, p. 43):

Nós não acreditamos – ou seja, não consideramos verdade – que alguém do nosso grupo poderia fazer algo ilegal ou dizer algo enganoso, mesmo quando nos apresentam provas. [...] Este tipo de viés de confirmação é então reforçado em uma paisagem midiática na

¹⁶¹ Na discussão de Rini, o conceito de testemunho é utilizado estritamente em uma dimensão epistêmica: acreditar em um enunciado qualquer com base em um testemunho significa acreditar neste enunciado *porque* ele lhe foi apresentado por uma outra pessoa (Rini, 2017, p. E-46).

qual nós escolhemos as fontes de notícia que melhor correspondem às nossas inclinações e afinidades pré-existentes, e descartamos o resto, *à la Trump*, como sendo “lixo”, “absurdo” ou “fake news”, significando hoje em dia algo que simplesmente não queremos ouvir. (Rosenfeld, 2019, p. 9-10)

Combinadas, a epistemologia partidária, as bolhas de opinião e as câmaras de eco favorecem a circulação das teorias da conspiração e do *conspiracionismo*, de maneira geral. Seguindo Keeley (1999) e Bergmann (2018), as teorias da conspiração podem ser definidas como explicações alternativas para determinados eventos que vão contra uma narrativa oficial conhecida, e cuja força principal está em questionar dados e pequenos detalhes não esclarecidos por essa versão oficial. Na nova explicação proposta por estas teorias, os eventos nunca são meros acidentes, acontecimentos desprovidos de más intenções ou simplesmente resultados de uma estrutura social complexa; são parte de uma farsa intencional, orquestrada por elites corruptas em segredo e com o objetivo de prejudicar o povo (Bergmann, 2018, p. 57). Para Sutton e Douglas, “acreditar em qualquer teoria da conspiração significa acreditar que as autoridades podem ser malévolas, que elas podem esconder suas maldades, e que *explicações oficiais para eventos importantes podem ser mentiras*” (2014, p. 256, grifo nosso). O elemento central da teoria da conspiração é, portanto, a denúncia de uma armação encenada por grupos poderosos.

O que observamos hoje são *fake news* e teorias da conspiração operando juntas para atender ao desejo de que o real não seja aquilo que os peritos afirmam que ele é. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, foram produzidas diversas *fake news* e teorias da conspiração com o objetivo de questionar a sua veracidade: assim, a teoria conspiratória de que as vacinas contra o vírus eram parte de um plano para reduzir a população mundial foi alimentada com a divulgação de notícias falsas sobre mortes de pessoas após serem vacinadas, confirmando a crença de que os imunizantes não eram seguros. Acreditar nesses enunciados, porém, requer um nível impressionante de ceticismo (fato que assinala a eficácia das câmaras de eco): é preciso acreditar que a Organização Mundial da Saúde, a indústria farmacêutica, a grande mídia, os cientistas e governantes de diversos países fazem todos parte de um extenso e perverso complô. Fomentar esse ceticismo tem se revelado uma estratégia útil ao populismo conservador. No entanto, o sucesso das teorias da conspiração também pode ser explicado pela capacidade deste tipo de conteúdo em manter os usuários conectados nas plataformas (Bryant, 2020) em um contexto de competição por atenção (Bentes, 2021).

3.2.2. A esfera pública automatizada

Para além dos filtros de preferência, que oferecem aos usuários uma seleção de conteúdos e informações de acordo com seus interesses e inclinações, há ainda mais um elemento na arquitetura das plataformas de redes sociais digitais que pode estar favorecendo a polarização social, a radicalização política e a desinformação. Embora estas plataformas se apresentem aos usuários como serviços de socialização e entretenimento, é importante lembrar que seu modelo de negócios é baseado na comercialização de dados dos usuários para anunciantes. Sendo assim,

Para que a economia digital prospere, é imprescindível às empresas de tecnologia a captura e mobilização da atenção dos usuários para que eles passem o máximo de tempo possível conectados em suas plataformas. Porque quanto mais tempo passam enganchados e engajados em seus serviços, maior será a produção, coleta e armazenamento de dados, e maior será, assim, a acuidade preditiva dos mecanismos algorítmicos, o que, por sua vez, aumentará o valor atribuído à mercantilização dos dados. (Bentes, 2021, p. 24)

Se o modelo de negócios destas empresas depende da captura de atenção dos usuários, então é interessante que os algoritmos que organizam a seleção e a exposição das informações nestas plataformas sejam criados de forma a privilegiar os conteúdos mais sensacionalistas e que apelem às emoções da audiência, uma vez que eles terão maior potencial de *viralização*, ou seja, de repercutir na web e agregar maior quantidade de visualizações, curtidas, reações, comentários, compartilhamentos etc. Conforme as plataformas digitais substituem os meios de comunicação tradicionais como principal fonte de notícias, estes agentes intermediários digitais (os algoritmos) se tornam “cada vez mais influentes sobre o tipo e a qualidade das notícias e dos conteúdos que chegam até os indivíduos”, como aponta Frank Pasquale:

A seleção de conteúdo a partir de sua “viralização”, como a realizada pelos agentes intermediários digitais, tende a favorecer uma diversidade pobre de temáticas frente ao pluralismo positivo e democratizante desejado. A definição da relevância de um conteúdo a partir de métricas baseadas na atenção popular verificada, por exemplo, pelo número de visualizações, curtidas e compartilhamentos, contribui para a disseminação de conteúdos independentemente de sua veracidade, integridade ou qualidade. (Pasquale, 2017, p. 18)

Nesse sentido, pesquisadores (Tufekci, 2018; Bryant, 2020; Santini, Salles & Mattos, 2023) vem demonstrando preocupações quanto ao efeito de radicalização exercido pelo YouTube, plataforma cujo funcionamento é especialmente baseado na recomendação de vídeos para os usuários e que, portanto, sugere conteúdos para a sua audiência que não teriam sido buscados de maneira espontânea. Como sinalizam O’Callaghan *et al.* (2014, p. 473), “os algoritmos do sistema de recomendação do

YouTube não são neutros em seus efeitos”, mas ao contrário, podem estar impulsionando conteúdos de extrema-direita (vídeos sobre supremacismo branco, conteúdos misóginos, teorias negacionistas sobre o Holocausto etc.) para manter os usuários conectados à plataforma pelo maior tempo possível: “Este algoritmo pode ter encontrado uma relação inesperada entre o racismo e a quantidade certa de curiosidade que leva uma pessoa a continuar assistindo vídeos no YouTube”, aponta Bryant (2020, p. 87).

O cientista e consultor político Giuliano Da Empoli ressalta que o sucesso das teorias da conspiração nas redes sociais digitais não significa que estas plataformas sejam propositadamente talhadas para promover conteúdo radical e desinformativo, mas que, na busca dos algoritmos por mais atenção e engajamento, os complôs funcionam porque “provocam fortes emoções, polêmicas, indignação e raiva. E essas emoções geram cliques e mantêm os usuários colados ao monitor” (Da Empoli, 2022, p. 78). Seguindo este raciocínio, influenciadores digitais e figuras políticas exploram o sucesso das polêmicas e do escárnio nas redes para se destacarem em meio à abundância de informações. Richard Miskolci (2021, p. 35) chama atenção para o uso de expedientes como “a sátira e a paródia, os quais potencializam a disseminação estratégica de interesses políticos sintetizados em posts, *slogans* e memes”. A agência de jornalismo Pública apontou que perfis de humor e sátira têm funcionado como um valioso recurso para o campo bolsonarista, produzindo conteúdos camuflados de piada e sátira para atacar a imprensa, hostilizar adversários e espalhar informações falsas (Rudnitzki, 2019).

O próprio Bolsonaro é exemplo de “um meme bem-sucedido e de carne e osso” (Gouveia, 2016): considerado político pitoresco e de pouca relevância durante os 27 anos em que foi deputado federal pelo Rio de Janeiro, foi alçado à condição de “mito” por uma legião de seguidores jovens que se identificaram com os modos politicamente incorretos e “autênticos” do capitão. No YouTube, encontramos uma coleção de vídeos que compilam as melhores “mitadas” de Bolsonaro¹⁶², normalmente cenas nas quais ele responde a um opositor em tom debochado e agressivo acompanhadas da música *Turn Down For What*, cujo intuito é gerar um efeito cômico. Além destes vídeos, duas páginas no Facebook (“Bolsonaro Zuero” e “Bolsonaro Opressor 2.0”) são apontadas como responsáveis por alavancar a popularidade do “mito” nas redes, veiculando “sátiras ácidas, palavrões e críticas agressivas a adversários políticos e minorias em formatos de memes” (Rocha, 2022). Os criadores das duas páginas foram inclusive procurados

¹⁶² Um exemplo é a playlist de vídeos “*MAIORES MITAGENS DE JAIR BOLSONARO*”, do Canal Dahora. A lista conta com quatro vídeos, publicados entre janeiro de 2017 e outubro de 2018, que juntos somam mais de 5 milhões de visualizações. Interessante notar que não se trata de um canal de política, mas de humor. Disponível em: <https://www.youtube.com/@CanalDahora10/playlists>. Acesso em 24 fev. 2024.

por Carlos Bolsonaro para compor o “gabinete do ódio”, estrutura no Palácio do Planalto responsável por gerenciar a estratégia agressiva dos bolsonaristas nas plataformas digitais (Ghirotto, 2020).

Outro personagem polêmico bem-sucedido nas redes sociais foi Olavo de Carvalho, considerado “guru da direita brasileira” e do governo Bolsonaro, como já apontamos. Embora tenha publicado uma série de livros desde a década de 1990, foi no ambiente digital que Olavo conseguiu agrupar uma legião de pupilos dispostos a ouvir e propagar seus ensinamentos. Em *Guerra Cultural e Retórica do Ódio* (2021), João Cezar de Castro Rocha aponta que Olavo foi capaz de difundir, através das redes sociais, um sistema de crenças fundamental para a articulação da nova direita e do próprio bolsonarismo no plano ideológico. Este sistema de crenças, segundo o autor, combina conceitos filosóficos com teorias conspiratórias, um anticomunismo obsessivo e a *retórica do ódio*, ou seja, o emprego de palavrões, xingamentos e alcunhas ofensivas com o objetivo de desumanizar seus opositores (Castro Rocha, 2021, p. 159-182). A difusão desta retórica do ódio entre seus discípulos era necessária para “modificar a linguagem da conversa política no Brasil”, como o próprio Olavo explicou em seu canal *Mídia Sem Máscara*, no YouTube:

Porque na medida em que a conduta dos nossos políticos descia a níveis abissais, não fazia sentido continuar falando deles naquela linguagem polida, afetada [...] o único jeito de fazer as pessoas sentirem a baixaria que o Brasil tinha se tornado, era criar uma linguagem, que é a linguagem da própria baixaria, para falar dela mesma. Esta finalidade foi inteiramente cumprida. Eu vejo que muita gente aprendeu. Aprendeu a xingar. Aprendeu a mandar tomar no cu quando precisa mandar tomar no cu. Aprendeu a chamar de filho da puta quando é pra chamar de filho da puta e assim por diante. E isto eu acho que foi um progresso enorme.¹⁶³

Misturando esta forma vulgar de “*linguagem da baixaria*” (ou retórica do ódio, como define Castro Rocha) com um desprezo manifesto pelo *establishment* midiático e intelectual (supostamente controlado pela “militância esquerdista”), tanto Olavo quanto Bolsonaro se tornaram altamente populares entre uma geração de homens jovens brasileiros incomodados com o politicamente correto e ressentidos com a ascensão das políticas de identidade. O que permite agrupar muitos destes jovens, que integram diferentes subculturas online, é a posse de um repertório cultural comum (formado por jogos online, desenhos animados, cultura pop japonesa, histórias em quadrinhos, filmes de super-heróis, dentre outros) e uma convicção de que estão sendo censurados e

¹⁶³ [True Outspcak - Olavo de Carvalho - 05 de dezembro de 2012. Mídia Sem Máscara](#), YouTube, 05 dez. 2012. Acesso em 24 mar. 2024.

oprimidos por “justiceiros sociais” e “feminazis”, contra os quais eles se insurgem com uma forma de discurso que mistura humor ácido, agressividade e provocações:

Essa reação online foi capaz de mobilizar uma entranha vanguarda de adolescentes *gamers*, amantes de anime com pseudônimos que publicam suásticas, conservadores irônicos fãs de South Park, zombeteiros antifeministas, assediadores nerds e *trolls* criadores de memes cujo humor negro e amor pela transgressão tornaram difícil saber que opiniões políticas eram genuinamente defendidas e quais eram apenas, como eles mesmos diziam, pelas risadas. (Nagle, 2017, p. 2)

Angela Nagle (2017) aponta que estes grupos representam uma nova forma de guerra cultural, diferente das que se desenrolaram nas décadas de 1960 e 1990, quando eram principalmente as gerações mais velhas que reagiam às mudanças provocadas pela secularização e pelo liberalismo, materializadas nos valores e comportamentos dos mais jovens. Embora esta dimensão do conflito ainda esteja presente nos dias de hoje, a novidade é a crescente importância de grupos de jovens conservadores que disputam espaço e relevância cultural através de uma “guerra de *memes*” online (Donovan, Dreyfuss & Friedberg, 2022). Nessas batalhas, sai vitorioso aquele que for mais competente em produzir mensagens provocativas, polêmicas e engraçadas, capazes de vencer na arena de competição algorítmica e se espalhar rapidamente.

3.3. Crítica conspiratória, populismo conservador e ressentimento

Além da retórica do ódio, Olavo de Carvalho também é responsável por difundir, através de seus livros, aulas e postagens em redes sociais, a crença conspiratória na *hegemonia cultural e intelectual de esquerda* no Brasil, hoje amplamente disseminada no ecossistema informacional da extrema-direita (Castro Rocha, 2021, p. 57). Segundo esta crença, embora derrotada pelo golpe militar de 1964 no campo político institucional, a esquerda logrou controlar a opinião pública brasileira através da ocupação dos meios de comunicação e das instituições de ensino, estabelecendo uma forma de “tirania mental”:

Os jornalistas de esquerda continuam se fazendo de coitadinhos oprimidos pelas empresas jornalísticas. Mas o fato é que hoje nenhuma empresa jornalística, do Brasil, dos EUA ou da Europa, se aventura a tentar controlar o esquerdismo desvairado que impera nas redações. A “ocupação de espaços” pela militância esquerdista cresceu junto com o poder da própria classe jornalística, e hoje ambas, fundidas numa unidade indissolúvel, exercem sobre a opinião pública uma tirania mental que só meia dúzia de inconformados ousa desafiar.¹⁶⁴

¹⁶⁴ CARVALHO, Olavo de. [Império do Fingimento](#). **Olavo de Carvalho** (online) [s.d.]. Acesso em 12 mai. 2024.

Esta crença na hegemonia cultural e intelectual de esquerda se insere em um agregado de discursos conservadores sobre o “marxismo cultural”, outro conceito que se tornou comum no discurso de formadores de opinião da nova direita. Até a década de 1990, o conceito de marxismo cultural era usado para descrever uma atualização da teoria marxista por pensadores como Gramsci e os teóricos da Escola de Frankfurt que procuraram elaborar uma crítica que articulasse capitalismo e dominação cultural. Esta nova forma de crítica de esquerda foi decisiva para a formação da *New Left* em países ocidentais nas décadas de 1960 e 1970. Sem abandonar as questões relativas às classes trabalhadoras, o novo ativismo social de esquerda que surge nesse momento procurou frisar também as relações de discriminação e opressão raciais e sexuais.

Desde a década de 1990, entretanto, ativistas de extrema-direita vem acionando o conceito de marxismo cultural como parte de uma ampla teoria da conspiração. Essa teoria emergiu a partir de textos de ultraconservadores norte-americanos produzidos pouco tempo após a queda do muro de Berlim, a dissolução da União Soviética e o fim da Guerra Fria. Naquele momento, surgia “uma literatura afirmando que a luta ainda não havia terminado e que, em muitos aspectos, a ameaça havia passado da arena econômica para a cultural” (Jamin, 2014, p. 89). Os defensores desta teoria acreditam que o marxismo cultural é um projeto idealizado por intelectuais de esquerda no século XX que tem como objetivo “destruir e substituir as instituições tradicionais da civilização ocidental, como o Cristianismo, as identidades nacionais e a família nuclear, pelo uso da ideologia ‘politicamente correta’ e pela descrição de ‘homens brancos como maus’.” (Busbridge, Moffitt & Thorburn, 2020, p. 4). Por meio dessa narrativa conspiratória, diversas transformações morais, sociais e culturais percebidas como ameaçadoras pelos conservadores (como secularização, imigração, globalização, diversidade racial e sexual etc.) passam a ser explicadas pela ação de um “complô” de marxistas culturais. Além disso, essa narrativa permite que seus adeptos critiquem diferentes categorias da população sem recorrer ao uso de uma retórica explicitamente xenofóbica ou racista (Jamin, 2014, p. 98).

Tomando distância de leituras que atribuem as teorias da conspiração à manifestação patológica de indivíduos paranoicos, podemos entender estas narrativas como um modo de interpretação sobre eventos políticos e sociais que reflete uma visão cética diante das autoridades governamentais e epistêmicas, ou ainda, como coloca Bergmann (2018, p. 53) uma “forma radical de discurso populista”. O primeiro e mais evidente paralelo entre as teorias da conspiração e a retórica populista está no fato de que ambos compartilham uma “visão de mundo maniqueísta” (Bergmann, 2018, p. 12), segundo a qual a sociedade é dividida entre uma elite imoral e um povo inocente. Partindo da definição de Mudde e Kaltwasser (2017), o populismo é uma ideologia que

a) pressupõe o antagonismo entre estes dois grupos (o povo genuíno e a elite corrupta) e que b) defende que a política seja a expressão da vontade geral deste povo. Derivado deste sentimento antielitista, é possível traçar ainda um segundo nexos entre teorias conspiratórias e populismo, especialmente na sua dimensão epistêmica: ambos manifestam uma “oposição aos fatos e verdades determinadas pelas elites produtoras de conhecimento, como cientistas e especialistas” (Waisbord, 2018, p. 3).

No dia 15 de março de 2020, início da pandemia no Brasil, Jair Bolsonaro ignorou as recomendações de isolamento social e foi ao encontro de manifestantes em frente ao Palácio do Planalto. Naquele mesmo dia, Bolsonaro foi entrevistado pela CNN Brasil. Na ocasião, o ex-presidente começou a entrevista com uma provocação direcionada a outros órgãos de imprensa: “Primeiramente, parabéns à CNN. A gente espera que seja uma imprensa realmente isenta, e que produza a verdade. O Brasil tá carente de verdades”¹⁶⁵. Na sequência, o repórter questiona se o presidente não ficou preocupado em manter contato com seus apoiadores em frente ao Palácio:

Isso daí, com toda certeza, muitos pegarão isso independente até dos cuidados que tomem, tá certo? Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde. Devemos respeitar, tomar as medidas sanitárias cabíveis, mas não podemos entrar numa neurose, como se fosse um fim de um mundo. Outros vírus, muito mais perigosos e letais como esse, aconteceu (sic) no passado e não tivemos esse problema, essa crise toda. *Com toda certeza, há um interesse econômico envolvido nisso tudo, para que se chegue a essa histeria.* Você pode ver no passado, 2009, 2010, tivemos uma crise semelhante, por outro problema aqui no mundo. Mas aqui no Brasil, era o PT que tava aqui no governo (sic), e nos Estados Unidos, eram os Democratas. E a reação não foi essa que está havendo, não foi nem sequer perto dessa que está acontecendo hoje em dia aqui no mundo todo. (grifo nosso)

A entrevista é um exemplo ilustrativo do funcionamento das câmaras de eco: o ex-presidente começa atacando indiretamente a credibilidade da imprensa tradicional para, em seguida, sugerir que a reação “histórica” à pandemia de Covid-19 estava sendo motivada por interesses econômicos. Sugere, de maneira indireta, que tais interesses estariam aliados à sua oposição política (o PT, no Brasil, e os Democratas, nos EUA). Embora não forneça provas ou detalhes sobre quem estaria agindo por detrás da conspiração, essa narrativa oferece para seus apoiadores alívio (na medida em que afirma que outras crises semelhantes ocorreram no passado e que não há motivo para “neurose”), exime o então presidente de tomar ações para conter a doença, ao mesmo tempo em que reforça a imoralidade de seus críticos e adversários, responsáveis por espalhar mentiras para o povo brasileiro.

¹⁶⁵ - [CNN Brasil: Jair Bolsonaro. - Entrevista completa](#), **Jair Messias Bolsonaro**, Facebook, 15 mar. 2020. Acesso em 29 jan. 2024.

Para Muirhead e Rosenblum (2020), alegações genéricas deste tipo, produzidas para lançar dúvidas sobre determinados eventos (sem, no entanto, fornecer qualquer prova para sustentar tal desconfiança) representariam uma forma de “conspiração sem teoria”: “Conspiração sem a teoria insiste que as coisas não são como elas parecem, mas dispensa o fardo da explicação. Não há nenhum acúmulo exaustivo de evidências, nenhum sinal que revele um padrão, nenhum argumento, nenhuma interpretação” (Muirhead & Rosenblum, 2020, p. 417). Em sua pesquisa, os autores usam de exemplo declarações dadas pelo ex-presidente republicano Donald Trump. Esse tipo de discurso político parece ser especialmente favorável à retórica populista, que com frequência se refere ao “sistema”, à “grande mídia”, às “elites globais” ou, apenas, aos “interesses econômicos” enquanto inimigos maléficos agindo contra o povo, sem se dar ao trabalho de explicar quem seriam esses atores, como eles agiriam em segredo etc.

De fato, parece ocorrer no contemporâneo um alargamento do *conspiracionismo* que vai além das teorias da conspiração “tradicionais”. Além da “conspiração sem teoria” proposta por Muirhead e Rosenblum, gostaríamos de propor que há certos discursos tomando a forma de uma “teoria da conspiração sem evento” – ou seja, teorias da conspiração que não visam explicar um evento específico (como a chegada do homem à lua, o 11 de setembro ou a origem da pandemia de Covid-19), mas que formam uma espécie de crítica social, dando sentido a diversas transformações morais e sociais recentes percebidas como ameaçadoras ou angustiantes – como no caso do “marxismo cultural”, citado anteriormente. O que caracteriza esse novo tipo de “crítica conspiratória” é o fato de que tais mudanças são atribuídas à ação de um grupo mal-intencionado agindo por detrás dos panos e manipulando a população, ignorando, portanto, as transformações estruturais e culturais históricas responsáveis por estes fenômenos (como as crises geopolíticas, a ascensão do individualismo, o desenvolvimento tecnológico, a desregulação dos mercados financeiros, a globalização etc.) e deslegitimando as lutas políticas como meros instrumentos de uma elite corrupta (militantes negros e feministas são sujeitos manipulados ou doutrinados pela agenda do marxismo cultural etc.). É um tipo de crítica que torna cada vez mais simples e moralista o discurso político, já que não explica ou oferece soluções para problemas sociais complexos – apenas combate simbolicamente a malevolência daqueles considerados “inimigos do povo”.

A crítica conspiratória é reveladora do ressentimento que alimenta a adesão ao populismo conservador no contemporâneo. Na formulação de Nietzsche em *Genealogia da Moral* (2009), o que marca a experiência do ressentimento é a busca por um culpado a quem se pode atribuir a responsabilidade pelo que nos faz sofrer. Quando ocupa a posição existencial do ressentimento, o sujeito percebe e narra seu sofrimento como

sendo a consequência da ação de um imoral. Essa forma de explicação do sofrimento permite ainda que o sujeito sofredor acredite ser moralmente superior àqueles que descreve como seus inimigos, especialmente quando estes ocupam uma posição social hierarquicamente superior à sua (por exemplo, no caso do *povo* contra as *elites*). Assim, o homem do ressentimento crê que sua luta é por *justiça*, e não *vingança* (Nietzsche, 2009, p. 36). Retornemos ao exemplo que abriu esta discussão, o movimento de caráter antidemocrático que desejava reverter o resultado das eleições de 2022: diante do mal-estar provocado pela eleição de Lula, os bolsonaristas encontraram na denúncia da eleição fraudada (e na crítica ao *establishment* político e midiático que permitiu a fraude) uma maneira de explicar sua derrota e legitimar sua revolta. Agarrados a essa crença, puderam se imaginar como patriotas honrados, comprometidos em fazer *justiça* diante de uma conspiração que colocou ilegalmente um *corrupto* condenado na presidência do país.

Em seu estudo sobre os usos políticos das emoções pelo populismo, Eva Illouz (2023, p. 93) ressalta que as democracias capitalistas contemporâneas são propensas à emergência de ressentimentos por serem marcadas pelo ideal de igualdade e pela possibilidade de mobilidade social. Este ressentimento pode ser o resultado tanto da persistência de desigualdades e injustiças contra certos indivíduos, quanto do incômodo causado pela redução dessas desigualdades, ao produzir uma sensação de privação relativa, ou seja, “a crença, entre certos grupos, de que estão perdendo *em relação aos outros*” (Eatwell & Goodwin, 2020, p. 21, grifo dos autores). Nesse sentido, tanto Eva Illouz (2023) quanto Wendy Brown (2019) assinalam que, atualmente, o ressentimento provém não apenas de grupos historicamente oprimidos, mas também de grupos que sempre desfrutaram de privilégios sociais e econômicos e que sentem que sua posição social está sob ameaça porque as hierarquias estão sendo subvertidas.

O ressentimento, o rancor, a raiva, a reação à humilhação e ao sofrimento – certamente todos estão em jogo hoje no populismo e no apoio da direita à liderança autoritária. No entanto, essa política do ressentimento emerge nos indivíduos que historicamente dominaram quando sentem tal dominação em declínio – na medida em que especialmente a branquitude, mas também a masculinidade, fornece uma proteção limitada contra os deslocamentos e perdas que quarenta anos de neoliberalismo produziram nas classes trabalhadoras e médias. (Brown, 2019, p. 215)

No Brasil, diversos autores apontam para o mal-estar, ódio ou ressentimento que emergiram especialmente entre as classes médias durante os governos petistas, conforme a inclusão financeira e a expansão de direitos obrigaram esse grupo ao compartilhamento de espaços antes exclusivos, como universidades e aeroportos, além de representarem a perda de certos privilégios, como a possibilidade de obter mão-de-

obra para serviços domésticos sem pagar os direitos trabalhistas destes empregados (Messenberg, 2017; Melo & Vaz, 2021). Rodrigo Nunes afirma que este ressentimento afetou especialmente a “baixa classe média alta”, rótulo que ele utiliza para designar uma fração de classe composta por indivíduos e famílias cuja renda permite que acessem um padrão de vida e de consumo satisfatório, mas que são “constantemente assombradas pelo fantasma da mobilidade social negativa” (Nunes, 2022, p. 88). Seu ressentimento é fruto tanto da inveja que sentem diante dos códigos culturais, dos contatos sociais e do patrimônio exibidos pelas elites (e dos quais eles carecem), quanto da sensação de que os privilégios e marcadores de distinção social dos quais ainda desfrutam estão sob risco de desaparecer. A crítica conspiratória aparece, nesse contexto, como uma narrativa que permite dar sentido a múltiplas formas de mal-estar, conectando governos de esquerda, políticas de inclusão social, corrupção e declínio dos valores tradicionais:

Foi nesse ambiente que a pregação de figuras como Olavo de Carvalho encontrou terreno fértil ao situar, no mesmo quadro de uma grande conspiração contra os valores ocidentais, a frustração do concurseiro que não era aprovado em concursos (e passou a culpar as cotas raciais), do homem que não conseguia ser um macho alfa (e passou a culpar o feminismo), do adulto que se sentia intelectualmente diminuído (e passou a culpar o marxismo cultural) e do empreendedor malsucedido, para quem o problema eram as políticas redistributivas, entendidas não como mecanismos de fomento à atividade econômica e reparação de desigualdades históricas, mas como subornos dados pelo governo a grupos de interesse. Com isso, os sentimentos de fracasso e impotência encontravam não só uma explicação, mas um espaço de acolhimento e organização. (Nunes, 2022, p. 90)

Desse modo, podemos sintetizar alguns dos benefícios psicológicos fornecidos pela crítica conspiratória populista – ou pelas “narrativas irracionais” da extrema-direita, como define Nunes (2022, p. 51) – que ajudam a explicar por que essa forma de discurso se tornou tão sedutora na cultura contemporânea. Primeiro, é preciso reconhecer que estas narrativas são bem-sucedidas porque elas se endereçam ao mal-estar de milhares de indivíduos inseridos em condições materiais de existência cada vez mais desiguais, precárias e ameaçadoras. Na medida em que o discurso neoliberal nas últimas quatro décadas foi capaz de introjetar nos sujeitos a obrigação de competir por recursos cada vez mais escassos, normalizando as condições de desigualdade, produziu-se uma desilusão generalizada sobre a possibilidade de um futuro melhor para todos – resta ao indivíduo, apenas, resignar-se e batalhar para não ficar entre os últimos colocados.

Em um contexto no qual não se acredita mais na possibilidade de transformar efetivamente a organização da sociedade, a crítica conspiratória funciona porque sublinha apenas a imoralidade daqueles que ocupam os cargos de poder, mantendo

inquestionadas as estruturas sociais: “O que a extrema direita oferece é, em resumo, *uma política antissistema para pessoas que não acreditam que o sistema possa de fato mudar*: tudo permanece basicamente igual, só que rendendo ganhos supostamente maiores para aqueles que hoje se sentem deixados de lado” (Nunes, 2022, p. 63, grifo nosso).

A segunda vantagem psicológica da crítica conspiratória é que ela permite que os conservadores disputem o lugar de vítima, em um cenário no qual a linguagem da vitimização se tornou um importante recurso na esfera política (Illouz, 2023, p. 122). Boa parte do repertório político usado pelos movimentos identitários contemporâneos supõe a condição de vítima e se dá através da denúncia de violência (não apenas física, mas também simbólica e emocional) e discriminação perpetrada contra negros, mulheres, minorias étnicas, população LGBTQIA+ etc. Tipicamente, considerava-se que a reação conservadora a estes movimentos se dava pela recusa à posição de vítima, ou seja, por questionarem a inocência do sofredor e acusarem os movimentos de minorias de serem “vitimistas”. Mas esta visão do conflito é parcial: o que observamos hoje é o modo como os conservadores passaram a disputar a posição de vítima e a denúncia de intolerância para articular suas próprias demandas (Vaz, Santos & Sanchotene, 2020).

Assim, na crítica conspiratória, brancos passam a ser vítimas de racismo reverso e de uma conspiração para substituir as populações de países ocidentais por imigrantes árabes; homens são vítimas de uma sociedade que passou a aceitar incondicionalmente as acusações de assédio, estupro e violência feitas por mulheres, ainda que na ausência de provas; conservadores e cristãos são vítimas de censura e da ditadura do politicamente correto, que não permite que eles expressem abertamente seus valores e crenças; policiais e “cidadãos de bem” são vítimas de criminosos protegidos por ativistas de direitos humanos; crianças e famílias tradicionais são vítimas da ideologia de gênero imposta através da mídia e das escolas; populações inteiras são vítimas de elites que manipulam o sistema para se manter no poder etc.

Por fim, a crítica conspiratória permite que o conservador acredite ser um indivíduo autêntico, capaz de questionar os discursos hegemônicos de sua sociedade. Como citado anteriormente, a exigência de autenticidade é um dos imperativos morais da cultura contemporânea (Taylor, 2011). O irônico é que, nas sociedades democráticas e liberais, nas quais prevalecem o pluralismo, a tolerância e a diversidade de estilos de vida, será sempre possível incorporar a moralidade hegemônica em um grupo adversário para perceber-se como marginalizado e oprimido – e, portanto, autêntico. A fantasia de uma suposta *hegemonia cultural de esquerda* fornecida pela crítica conspiratória é o que possibilita ao conservador interpretar suas crenças como uma escolha individual, ao invés de regras de sua cultura, pleiteando o lugar de indivíduo

não-conformista. Se o conservador é acusado de ser alguém limitado por sua tradição, a crítica conspiratória permite inverter esta equação: limitados, agora, são os *outros*, que estão sendo *manipulados* pelo “sistema” e que foram *doutrinados* pela mídia e nas universidades.

Conclusão

Nesta tese, busquei analisar os nexos entre populismo conservador, discursos conspiratórios e ressentimento a partir de eventos sociais, políticos e culturais no Brasil ao longo de uma década. Os eventos e objetos escolhidos para a análise são entendidos como sintomas de um novo modo de interpretação da realidade que apresenta em seu cerne a construção de um *outro* imoral, perigoso e abjeto. Com esse *outro*, o diálogo, a convivência e a negociação, elementos intrínsecos à política democrática, se tornam inaceitáveis. Além de maniqueísta, esse modo de interpretar a realidade mantém as estruturas sociais inquestionadas, pois supõe que se há sofrimento, a culpa é desses supostos inimigos desonestos e de seus planos malignos, e não de uma estrutura injusta e desigual a ser transformada coletivamente.

Na cruzada anticorrupção no Brasil, abordada no primeiro capítulo, quem ocupou o lugar desse *outro* imoral foi o PT e seus líderes, entendidos como um *partido político corrupto*. A partir de 2013, os novos movimentos de direita se fortaleceram com a narrativa de que a corrupção era o principal problema do Brasil, e de que o PT era o principal responsável pela corrupção. Dessa forma, forneceram à parcela da população que se ressentia com as políticas petistas de combate à pobreza uma explicação para o fato de se sentirem lesados, e um motivo justo para se indignarem. De início, o que permitia caracterizar esses novos movimentos como pertencentes à direita era o seu posicionamento francamente anticomunista. Seus discursos eram construídos sob um viés neoliberal e crítico às intervenções do Estado na economia, levantando bandeiras como privatização de empresas públicas, corte dos impostos e redução da burocracia, que estariam sufocando a iniciativa privada no país.

Em 2018, a eleição de Jair Bolsonaro à Presidência marcou o êxito do populismo conservador no Brasil. Em seu discurso de campanha, embora o PT ainda ocupasse o lugar de principal inimigo, o *sistema político*, por um lado, e *a esquerda*, por outro, se tornaram alvos de críticas e acusações. Embora fosse deputado há 27 anos, Bolsonaro conseguiu se posicionar como um candidato independente, um *outsider* capaz de “enfrentar o sistema”. Incorporou dos novos movimentos de direita a agenda neoliberal e a temática do anticomunismo, mas seu discurso adquiriu tons cada vez mais nacionalistas, conservadores e intolerantes. Sua campanha também foi responsável por

acionar discursos conspiratórios sobre uma suposta agenda de sexualização precoce de crianças nas escolas, através de *fake news* sobre “Kit Gay” e ideologia de gênero. O ressentimento ganha, a partir de então, uma nova direção: além da corrupção, as transformações na moralidade sexual dominante, que supostamente estariam ameaçando a infância, a “família tradicional” e os valores cristãos, passam a ser responsabilidade de um *establishment político, midiático e intelectual corrompido*.

Depois de eleito, e durante os quatro anos em que ocupou a Presidência, Bolsonaro não reduziu o tom da retórica conspiratória e apostou na guerra cultural como estratégia para sustentar a polarização social, epistêmica e afetiva que mantinha seus apoiadores unidos e estimulados. Escolheu para os Ministérios da Educação e das Relações Exteriores nomes apontados por seu guru Olavo de Carvalho, indivíduos cujos discursos e deliberações eram orientados por teorias da conspiração sobre “marxismo cultural” e “globalismo”. Durante a pandemia de Covid-19, aderiu a discursos negacionistas sobre a gravidade da pandemia e a segurança das vacinas, defendendo a eficácia de tratamentos precoces amplamente contestados por pesquisas científicas. Acusou jornalistas, órgãos de imprensa e institutos de pesquisa de conspirarem contra o seu governo, questionou dados supostamente produzidos para prejudicar sua imagem e declarou guerra contra o Supremo Tribunal Federal.

Todas essas manobras eram endossadas por um amplo ecossistema midiático de extrema-direita que alimentava a audiência bolsonarista com um sistema de crenças construído em torno do combate a uma suposta *hegemonia cultural de esquerda* no país. No segundo capítulo, examinei esse sistema de crenças utilizando como objeto empírico os documentários da empresa Brasil Paralelo lançados entre 2020 e 2022. A análise permitiu observar que os filmes apresentam cinco eixos de preocupação: a censura das vozes conservadores no debate público, a doutrinação ideológica e a influência da ideologia de gênero nos espaços de ensino, a degradação da arte e da cultura, a existência de poderes estatais totalitários que limitam a liberdade dos indivíduos e, por fim, conspirações internacionais que atacam a soberania nacional. Todas essas inquietações são diretamente atribuídas, nos documentários, a uma suposta *hegemonia de valores progressistas e de esquerda* nas sociedades ocidentais. Essa hegemonia cultural seria resultado de um projeto de poder arquitetado por pensadores marxistas como Antonio Gramsci, Simone de Beauvoir e Paulo Freire, que visavam destruir a tradição ocidental e cristã, subverter a “natureza humana” e implantar uma ditadura comunista. A análise também ressaltou que esse tipo de narrativa comparece em versões bastante similares nos discursos de diferentes influenciadores de direita, revelando a consistência desse sistema de crenças no Brasil e o funcionamento das câmaras de eco.

Por fim, aponte que se o populismo conservador é capaz de questionar as interpretações da realidade oferecidas por autoridades epistêmicas como a ciência e o jornalismo, e usar discursos conspiratórios para mobilizar ressentimentos na população e vencer eleições, é porque existe hoje uma infraestrutura algorítmica nas plataformas digitais que favorece a rápida disseminação de rumores infundados, a formação de bolhas informativas e o direcionamento de mensagens para grupos-alvo suscetíveis. No terceiro capítulo, procurei discutir como a subordinação do debate público às métricas algorítmicas utilizadas pelas plataformas de redes sociais, que privilegiam conteúdos sensacionalistas e de forte apelo emocional, tem contribuído para o sucesso de figuras polêmicas e de seus discursos radicais. Utilizei como exemplo o movimento de caráter antidemocrático *Brazil Was Stolen*, que culminou com o ataque à Sede dos Três Poderes por manifestantes bolsonaristas no dia 08 de janeiro de 2023, que tinham como objetivo reverter o resultado das eleições de 2022. Como tentei demonstrar, nos dois meses que antecederam ao ataque, circularam nas redes dezenas de notícias falsas sobre fraude nas urnas eletrônicas e sobre uma iminente intervenção militar. Entende-se que essas mensagens foram produzidas com o intuito de manter os apoiadores do ex-presidente mobilizados até a tentativa de golpe ser concretizada.

Em junho de 2023, Bolsonaro foi considerado inelegível por oito anos por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que entendeu que o ex-presidente cometeu abuso de poder público durante uma reunião com embaixadores realizada poucos meses antes das eleições, na qual Bolsonaro procurou desacreditar o sistema eleitoral e as urnas eletrônicas¹⁶⁶. Um ano depois, ainda não está claro quem será capaz de ocupar o seu lugar e representar o campo bolsonarista na disputa presidencial em 2026. Se por um lado é verdade que Bolsonaro segue sendo o mais importante cabo eleitoral da extrema-direita, também é verdade que os eleitores que hoje identificam-se como “bolsonaristas” tornaram-se uma força independente de seu líder. Aqueles que desejarem conquistar seus votos, deverão recorrer aos mesmos discursos conspiratórios, polêmicas morais e estratégias de propaganda política em meios digitais discutidos por esta tese.

Concluo na esperança de que essa pesquisa sirva de contribuição para os debates acerca dos mecanismos técnicos e dos discursos sociais que sustentam o avanço do populismo conservador no Brasil e no mundo, oferecendo novas perspectivas sobre este fenômeno tão atual quanto desafiador, que vem estimulando nossa reflexão como pesquisadores da comunicação e cidadãos preocupados com a preservação da vida democrática.

¹⁶⁶ [Por maioria de votos, TSE declara Bolsonaro inelegível por 8 anos. Tribunal Superior Eleitoral](#) (online), 30 jun. 2023. Acesso em 07 jul. 2024.

Referências bibliográficas

- ABAD, Rafael Madeira. [Corrupção mata](#). **A Gazeta**, Vitória, ano 87, n. 30.174, p. 16, 26 out. 2015.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AMORIM, Sílvia. Movimento Passe-Livre anuncia fim de atos na rua. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.174, p. 18, 22 jun. 2013.
- AVRITZER, Leonardo. **Impasses da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- BARROS, Celso Rocha de. Uma história de dois azares e um impeachment. In: **Democracia em Risco?** 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 71-82.
- BECK, Martha. Economia 'à la Dilma' gera preocupação. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.105, p. 46, 14 abr. 2013.
- BENTES, Anna. **Quase um Tique: Economia da atenção, vigilância e espetáculo em uma rede social**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2021.
- BERGMANN, Eirikur. **Conspiracy & Populism: The politics of misinformation**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- BIANCHI, Alvaro. [Olavo de Carvalho e a guerra cultural das novas direitas: entrevista com Alvaro Bianchi](#). Entrevista concedida a Aline Vanessa Zambello, Ivan Henrique de Mattos e Silva, Josnei di Carlo. **Em Tese**, Florianópolis, v. 18, n. 2, pp. 67-79, 2021.
- BOLSONARO, Eduardo. A política e a guerra cultural. In: LOPES, Gustavo (Org.) **Guerra Cultural na Prática: Como combater as estratégias da esquerda que estão destruindo o ocidente**. São Paulo: Faro Editorial, 2023, pp. 171-182.
- BONSANTO, André. [Narrativas “historiográfico-midiáticas” na era da pós-verdade: Brasil Paralelo e o revisionismo histórico para além das fake news](#). **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, pp. 1-18, 2021.
- BOSCO, Francisco. **A Vítima Tem Sempre Razão?** Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 2017.
- BRESCIANI, Eduardo. PSDB pede auditoria nas eleições deste ano. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.670, p. 5, 31 out. 2014.
- BRONNER, Gérald. **Belief and Misbelief Asymmetry on the Internet**. Londres: ISTE/Wiley, 2016.
- BROWN, Wendy. **States of Injury**. Princeton: Princeton University Press, 1995.
- _____. **Nas Ruínas do Neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no ocidente**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUNO, Fernanda; BENTES, Anna; FALTAY, Paulo. [Economia Psíquica dos Algoritmos e Laboratório de Plataforma: Mercado, Ciência e Modulação do Comportamento](#). **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 26, n. 3, 2019, pp. 1-21.

- BRYANT, Lauren. [The YouTube Algorithm and the Alt-Right Filter Bubble](#). **Open Information Science**, v. 4, n. 1, 2020, pp. 85-90.
- BUSBRIDGE, Rachel; MOFFITT, Benjamin; THORBURN, Joshua. [Cultural Marxism: far-right conspiracy theory in Australia's culture wars](#). **Social Identities**, online, v. 26, n. 6, 2020, pp. 1-17.
- CALIL, Gilberto. [Embates e disputas em torno das Jornadas de Junho](#). **Projeto História**, São Paulo, n. 47, 2013, pp. 377-403.
- CAMPBELL, Bradley; MANNING, Jason. **The Rise of Victimhood Culture: Microaggressions, safe spaces, and the new culture wars**. London: Palgrave Macmillan, 2018.
- CARRO, Rodrigo. [Digital News Report 2023 – Brazil](#). **Reuters Institute** (online), 14 jun. 2023. Acesso em 06 mai. 2024.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTRO ROCHA, João Cezar de. **Guerra Cultural e Retórica do Ódio: Crônicas de um Brasil pós-político**. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.
- CESARINO, Letícia. [Pós-verdade e a crise dos sistemas peritos: uma explicação cibernética](#). **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, 2021, pp. 73-96.
- CHALOUB, Jorge. [Lula tem vitória surpreendente, e ultradireita avança sobre escombros do PSDB](#). **Folha de S. Paulo** (online), 06 out. 2022. Acesso em 11 abr. 2024.
- COLE, Alyson. **The Cult of True Victimhood: From the war against welfare to the war on terror**. California: Stanford University Press, 2007.
- COSTA, Ana Cláudia; GOULART, Gustavo. Vandalismo sem causa. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.164, p. 10, 12 jun. 2013.
- DA EMPOLI, Giuliano. **Os Engenheiros do Caos: Como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições**. São Paulo: Vestígio, 2022.
- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- DONOVAN, Joan; DREYFUSS, Emily; FRIEDBERG, Brian. **Meme Wars: The untold story of online battles upending democracy in America**. New York: Bloomsbury Publishing, 2022.
- DOURADO, Tatiana; GOMES, Wilson. [O que são, afinal, fake news, enquanto fenômeno de comunicação política?](#) In: **Anais do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (COMPOLÍTICA)**, Brasília, 2019.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthes. **Nacional-populismo: A revolta contra a democracia liberal**. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- ESCALADA de violência. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.173, p. 3, 21 jun. 2013.
- FALLIS, Don. [What is disinformation?](#) **Library Trends**, v. 63, n. 3, 2015, pp. 401-426.
- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.
- _____. [A aventura liberal numa ordem patrimonialista](#). **Revista USP**, São Paulo, n. 17, 1993, pp. 14-29.
- FARAH, Tatiana. Após panelaço, Dilma é vaiada e ouve gritos de “fora” em SP. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.801, p. 8, 11 mar. 2015.
- FARAH, Tatiana; CARVALHO, Cleide. Atos em São Paulo terão pautas distintas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.176, p. 7, 24 jun. 2013.

- FERREIRA, Nikolas. **O Cristão e a Política**: Descubra como vencer a guerra cultural. Guarulhos: Editora Vida, 2023.
- FIUZA, Guilherme. Todo mundo de preto. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.776, p. 16, 14 fev. 2015.
- FOUCAULT, Michel. **Le Discours Philosophique**. Collection «Hautes Études». Paris: Seuil/EHESS/Gallimard, 2023
- FRASER, Nancy. [Do neoliberalismo progressista a Trump – e além](#). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 17, n. 40, 2018, pp. 43-64.
- GALLEGO, Esther Solano; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Marcio. [Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência](#). **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, ano 9, n. 2, 2017, pp. 35-45.
- GARLAND, David. **The Culture of Control**: Crime and social order in contemporary society. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- GHIROTTI, Edoardo. [Como o assessor banido pelo Facebook ganhou prestígio no clã Bolsonaro](#). **Veja** (online), 09 jul. 2020. Acesso em 11 mai. 2024.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GOMES, Túlio Gonçalves; MEDEIROS, Cíntia Rodrigues. [Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: A operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital](#). **Revista Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 90, 2019, pp. 457-485.
- GOMES, Wilson; DOURADO, Tatiana. [Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia](#). **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, 2019, pp. 33-45.
- GOMES, Wilson. **Crônicas de uma tragédia anunciada**: Como a extrema-direita chegou ao poder. Salvador: Sagga Editora e Comunicação, 2020.
- GOUVEIA, Marcelo. [Bolsonaro, o “Bolsomito”: um meme cujo passado não resiste a uma pesquisa no Google](#). **Jornal Opção** (online), 05 mar. 2016. Acesso em 11 mai. 2024.
- GRUNER, Clóvis; CLETO, Murilo. “Sete denúncias”: guerra cultural e retórica antissistema no documentário da Brasil Paralelo sobre a pandemia. In: OLIVEIRA, Rodrigo; CHRISTINO, Daniel & MACHADO JR., Eliseu (Org.). **COVID-19 e a Comunicação**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021, pp. 357-382.
- HARTMAN, Andrew. **A War for the Soul of America**: A history of the culture wars. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015.
- _____. **A War for the Soul of America**: A history of the culture wars. Second edition. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2019.
- HAWLEY, George. **Making Sense of the Alt-Right**. New York: Columbia University Press, 2017.
- HAYEK, Friedrich. **O Caminho da Servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.
- HINDESS, Barry. International anti-corruption as a programme of normalization. In: SOUSA, Luís de; LARMOUR, Peter; HINDESS, Barry (Org.). **Governments, NGOs and Anti-Corruption: The new integrity warriors**. London and New York: Routledge, 2009, pp. 19-32.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Explosão Feminista**: Arte, cultura, política e universidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HUNTER, James Davison. **Culture Wars: The struggle to define America**. New York: Basic Books, 1991.

_____. [A guerra cultural contínua](#). **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 15, n. 1, 2022, pp. 22-62.

IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. [Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Síntese de Indicadores 2015](#). Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

ILLOUZ, Eva. **The Emotional Life of Populism: How Fear, Disgust, Resentment, and Love Undermine Democracy**. Cambridge: Polity Press, 2023.

IMHOFF, Roland; LAMBERTY, Pia Karoline. [Too special to be duped: Need for uniqueness motivates conspiracy beliefs](#). **European Journal of Social Psychology**, v. 47, 2017, pp. 724-734.

JAMIESON, Kathleen Hall; CAPPELLA, Joseph. **Echo Chamber: Rush Limbaugh and the Conservative Media Establishment**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

JAMIN, Jérôme. Cultural Marxism and the Radical Right. In: JACKSON, Paul; SHEKHOVTSOV, Anton (Ed.). **The Post-War Anglo-American Far Right: A Special Relationship of Hate**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014, pp. 84-103.

JOHNSTON, Michael. Measuring corruption: numbers versus knowledge versus understanding. In: JAIN, Arvind. **The Political Economy of Corruption**. London and New York: Routledge, 2001, pp. 157-179.

KEELEY, Brian. Of Conspiracy Theories. **The Journal of Philosophy**, v. 96, n. 3, 1999, pp. 109-126.

KRASTEV, Ivan. When “should” does not imply “can”: the making of the Washington consensus on corruption. In: NEYER, Aryeh; KRASTEV, Ivan. **Shifting Obsessions: Three essays on the politics of anticorruption**. Budapest: Central European University Press, 2004, pp. 1-41.

LEITÃO, Míriam. Corrupção tem cura. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.817, p. 20, 27 mar. 2015.

LEMOS, André. **Cibercultura: Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

LOPES, Gustavo (Org.) **Guerra Cultural na Prática: Como combater as estratégias da esquerda que estão destruindo o ocidente**. São Paulo: Faro Editorial, 2023.

LOUZANO, Paula; MORICONI, Gabriela. Uma guinada equivocada na agenda da educação. In: **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 247-255.

MALAFAIA, Silas. Prefácio. In: FERREIRA, Nikolas. **O Cristão e a Política: Descubra como vencer a guerra cultural**. Guarulhos: Editora Vida, 2023, pp. 7-10.

MANIFESTAÇÃO REÚNE um milhão em São Paulo. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.806, p. 4, 16 mar. 2015.

MCINTYRE, Lee. **Post-truth**. Cambridge: MIT Press, 2018.

MEDEIROS, Amanda. **“Devemos implodir o que resta de seus castelos”**: o Movimento Brasil Livre (MBL) e a mobilização política de emoções. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MELO, Cristina Teixeira Vieira de; VAZ, Paulo Roberto Gibaldi. [E a corrupção coube em 20 centavos](#). **Galáxia** (São Paulo, online), 2018, n. 39, pp. 23-38.

_____. [Guerras Culturais: conceito e trajetória](#). **Revista Eco-Pós**, v. 24, n. 2, 2021, pp. 6-40.

MESSEMBERG, Débora. [A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros](#). **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017, pp. 621-647.

MIGUEL, Luis Felipe. [O jornalismo como sistema perito](#). **Tempo Social**, v. 11, n. 1, 1999, pp. 197-208.

_____. [Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro](#). **Revista Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, 2016, pp. 590-621.

_____. [O jornalismo no novo ambiente comunicacional: Uma reavaliação da noção do “jornalismo como sistema perito”](#). **Tempo Social**, v. 34, n. 2, 2022, pp. 195-216.

MISKOLCI, Richard. **Batalhas Morais: Política Identitária na esfera pública técnico-midiatizada**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MORENO, Jorge Bastos. Protestos poupam Congresso. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, nº 29.806, p. 6, 16 mar. 2015.

MORO SE DIZ ‘tocado’ com apoio das ruas. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 30.170, p. 7, 14 mar. 2016.

MUIRHEAD, Russel; ROSENBLUM, Nancy. **A Lot of People Are Saying: The New Conspiracism and the Assault on Democracy**. Nova Jersey: Princeton University Press, 2019.

MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristóbal Rovira. **Populism: A very short introduction**. New York: Oxford University Press, 2017.

MUSSI, Daniela; BIANCHI, Alvaro. [Antigramscismo na América Latina: circulação e tradução de ideias](#). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 37, 2022, pp. 1-29.

NAGLE, Angela. **Kill All Normies: Online culture wars from 4chan and tumblr to Trump and the alt-right**. Winchester: Zero Books, 2017.

NASCIMENTO, Israel Júnior *et al.* [Infodemics and health misinformation: a systematic review of reviews](#). **Bulletin of the World Health Organization**, v. 100, n. 9, 2022, pp. 544–561.

NGUYEN, Thi. [Echo chambers and epistemic bubbles](#). **Episteme**, v. 17, n. 2, 2018, pp. 1-21.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao Documentário**. Campinas, SP: Papirus, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da Moral: Uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Crepúsculo dos Ídolos – ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

NOBRE, Marcos. **Limites da Democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro**. São Paulo: Todavia, 2022.

NUNES, Rodrigo. **Do Transe à Vertigem: Ensaio sobre bolsonarismo e um mundo em transição**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

NUNES, Felipe; TRAUMANN, Thomas. **Biografia do Abismo: Como a polarização divide famílias, desafia empresas e compromete o futuro do Brasil**. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2023.

O 13 DE MARÇO. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 91, n. 30.170, p. 10, 14 mar. 2016.

O’CALLAGHAN, Derek *et al.* [Down the \(White\) Rabbit Hole: The Extreme Right and Online Recommender Systems](#). **Social Science Computer Review**, v. 33, n. 4, 2015, pp. 459-478.

ONU (Organização das Nações Unidas). [United Nations Secretary-General’s Report ‘Our Common Agenda’](#). New York: United Nations Publications, 2021.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. [Nova Direita nas Ruas?: Uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015](#). **Perseu: História, Memória e Política**, online, n. 11, 2016, pp. 169-180.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble**: What the Internet is hiding from you. Nova Iorque: Penguin Books, 2011.

PASQUALE, Frank. [A Esfera pública automatizada](#). **Líbero**, ano XX, n. 39, 2017, pp. 16-35.

PAUL, Christopher; MATTHEWS, Miriam. [The Russian “Firehose of Falsehood” Propaganda Model: Why it might work and options to counter it](#). **Perspective**: Expert insights on a timely policy issue, Rand Corporation, 2016. Acesso em 11 mai. 2024.

PAVARIN, Guilherme. [O ostracismo do maior revoltado online](#). **Piauí** (online), 26 mai. 2017. Acesso em 27 jun. 2024.

PEREIRA, Merval. Corrupção é o foco. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.171, p. 4, 19 jun. 2013.

_____. Partidarismo rejeitado. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.173, p. 4, 21 jun. 2013.

Por que eu fui. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.806, p. 11A, 16 mar. 2015.

PT tenta difícil volta por cima no petrolão. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 90, n. 29.776, p. 16, 14 fev. 2015.

RINI, Regina. [Fake news and partisan epistemology](#). **Kennedy Institute of Ethics Journal**, v. 27, n. 2, 2017, e-43-64.

RIOS, Alan. [Ódio, oração e golpe: como funcionava o acampamento bolsonarista no QG. Metrôpoles](#) (online), 05 jan. 2023. Acesso em 01 jul. 2024.

ROCHA, Camila. [“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff](#). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, 2019, pp. 1-42.

_____. **Menos Marx, Mais Mises**: O liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

_____. [Influenciadores digitais e a extrema-direita brasileira](#). **Le Monde Diplomatique Brasil** (online), 29 ago. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.

ROSANVALLON, Pierre. **Counter-democracy**: Politics in the age of distrust. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2008.

ROSENFELD, Sophia. **Democracy and Truth**: A short history. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2019.

RUDNITZKI, Ethel. [Perfis de paródia se organizam no Twitter em apoio a Bolsonaro e contra a imprensa](#). **Pública** (online), 18 fev. 2019. Acesso em 11 mai. 2024.

RUEDIGER, Marco Aurélio (Coord.). [A extrema direita global: Brasil estabelece ecossistema próprio no Parler e mimetiza extrema direita americana](#). Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2021.

SALGADO, Julia; JORGE, Marianna Ferreira. [Paralelismos em disputa: O papel da Brasil Paralelo na atual guerra cultural](#). Dossiê Guerras Culturais, **Revista Eco-Pós**. online, v. 24, n. 2, 2021, pp. 726-738.

SALLES, Débora *et al.* [The Far-Right Smokescreen: Environmental Conspiracy and Culture Wars on Brazilian YouTube](#). **Social Media + Society**, Special Issue: Trust and Safety on Social Media, jul.-set. 2023, pp. 1-22.

SAMPSON, Steven. [The anti-corruption industry: from movement to institution](#). **Global Crime**, v. 11, n. 2, 2010, pp. 261-278.

SANCHOTENE, Nicole. **Narrar a experiência, revelar o verdadeiro?** Testemunho, representação e verdade na cultura contemporânea. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

- SANTINI, Rose Marie. Máquinas de opinião: propaganda computacional, contágio e desinformação nas redes sociais. In: SALDANHA, Gustavo; CASTRO, Paulo César; PIMENTA, Ricardo (Org.). **Ciência da Informação: Sociedade, crítica e inovação**. Rio de Janeiro: IBICT, 2022, pp. 349-366.
- SANTINI, Rose Marie; SALLES, Débora; MATTOS, Bruno. [Recommending instead of taking down: YouTube hyperpartisan content promotion amid the Brazilian general elections](#). **Policy & Internet**, v. 15, n. 4, 2023, pp. 1-16.
- SARMENTO, Rayza. [Popularização do feminismo, neoliberalismo e discursos midiáticos](#). **Lumina**, v. 16, n. 2, 2022, pp. 166-183.
- SAYURI, Juliana. [O que é 'guerra cultural'. E por que a expressão está em alta](#). **Nexo Jornal** (online), 20 mar. 2019. Acesso em 17 jun. 2024.
- SCHWARCZ, Lília. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCHWARTZ, Oscar. [You thought fake news was bad? Deep fakes are where truth goes to die](#). **The Guardian** (online), 12 nov. 2018. Acesso em 11 mai. 2024.
- SIBILIA, Paula. **O Show do Eu: A intimidade como espetáculo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SIMON, Jonathan. **Governing Through Crime: How the war on crime transformed American democracy and created a culture of fear**. New York: Oxford University Press, 2007.
- SINGER, André. [Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas](#). **Novos Estudos**, ed. 97, 2013, pp. 23-40.
- _____. **O Lulismo em Crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- _____. [A reativação da direita no Brasil](#). **Opinião Pública**, Campinas, v. 27, n. 3, 2021, pp. 705-729.
- SODRÉ, Muniz. **O Monopólio da Fala: Função e linguagem da televisão no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 8ª ed., 2010.
- SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em Risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, pp. 307-321.
- SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe: Entenda como e por que você foi enganado**. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.
- _____. [A parte de baixo da sociedade brasileira](#). **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, ano 4, n. 14, jul-set. 2011, pp. 33-41.
- SUNSTEIN, Cass. **#Republic: Divided democracy in the age of social media**. Princeton: Princeton University Press, 2017.
- SUTTON, Robbie; DOUGLAS, Karen. Examining the monological nature of conspiracy theories. In: PROOIJEN, Jean-Willem van; LANGE, Paul van. **Power, Politics, and Paranoia: Why people are suspicious of their leaders**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, pp. 254-272.
- TAYLOR, Charles. **A Ética da Autenticidade**. São Paulo: É Realizações, 2011.
- _____. **As Fontes do Self: A construção da identidade moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.
- TELLES, Helcimara. [Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: o Boom da Direita na Política Nacional?](#) **Revista Interesse Nacional**, São Paulo, n. 30, 2015, pp. 28-46.
- Transparency International. **The TI Source Book: Confronting Corruption. The elements of a National Integrity System**. Berlin and London: TI, 2000.
- TUFECKI, Zeynep. [YouTube, the Great Radicalizer](#). **The New York Times** (online), 10 mar. 2018. Acesso em 11 mai. 2024.

- VAN ZONEN, Liesbet. [/Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture](#). **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, 2012, pp. 56-67.
- VAZ, Paulo; VELASCO, Fernando. [Corrupção: problema e questão](#). **Revista Cosmopolítica**, 2017, v. 7, n. 2, pp. 63-86.
- VAZ, Paulo, SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana. [A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime](#). **FAMECOS**, Porto Alegre, n. 30, 2006, pp. 71-80.
- VAZ, Paulo; SANCHOTENE, Nicole; SANTOS, Amanda. Populismo conservador e a disputa pelo lugar de vítima nas eleições de 2018. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, v. 42, n. 1, 2020, p. 327-361.
- VAZ, Paulo; SANTOS, Amanda; SANCHOTENE, Nicole. Como importar uma guerra cultural: populismo conservador e a crítica ao multiculturalismo no Brasil. In: HELLER, Barbara; CAL, Danila; ROSA, Ana Paula da. (Org). **Mediatização, (In)tolerância e Reconhecimento**. Salvador: EDUFBA, 2020, pp. 131-158.
- VIANNA, Luiz Werneck. Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Orgs.) **Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 364-377.
- WARDLE, Claire. [Understanding Information Disorder](#). **First Draft** (online), 22 set. 2022. Acesso em 11 mai. 2024.
- WARDE, Walfrido. **O Espetáculo da Corrupção: Como um sistema corrupto e o modo de combatê-lo estão destruindo o país**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.
- WEDEL, Janine. [Rethinking corruption in an age of ambiguity](#). **The Annual Review of Law and Social Sciences**, v. 8, 2012, pp. 453-498.
- WEGNER, Robert. Caminhos de Sérgio Buarque de Holanda. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília M. (Orgs.) **Um Enigma Chamado Brasil: 29 intérpretes e um país**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, pp. 212-225.
- WERNECK, Antônio; GOULART, Gustavo; ARAÚJO, Vera. 'Primavera carioca' leva multidão de manifestantes ao Centro. **O Globo**, Rio de Janeiro, ano 88, n. 29.170, p. 4, 18 jun. 2013.
- World Bank. [Helping Countries Combat Corruption: The Role of the World Bank](#). Washington, DC: World Bank Group, 1997.

Anexos

Anexo 1

Lista de notícias publicadas pelas agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos sobre urnas eletrônicas e fraude eleitoral, no período de 31 de outubro de 2022 a 8 de janeiro de 2023. (Acesso em 13 abr. 2024)

Data	Título da notícia	Link
31/10/2022	Soma de percentuais de votos de Lula e Bolsonaro nas regiões não prova fraude	https://www.aosfatos.org/noticias/percentuais-votos-lula-bolsonaro-regioes/
31/10/2022	Painel de mesário mostra número de eleitores com biometria, não votos para Lula e Bolsonaro	https://www.aosfatos.org/noticias/painel-de-mesario-mostra-numero-de-eleitores-com-biometria-nao-votos-para-lula-e-bolsonaro/
31/10/2022	É falso vídeo sobre voto de eleitor ter sido computado para Lula e Bolsonaro	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/31/e-falso-video-sobre-voto-de-eleitor-ter-sido-computado-para-lula-e-bolsonaro
01/11/2022	Média de percentuais de votos por região não mostra vitória de Bolsonaro no 2º turno	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/01/percentuais-votos-nao-mostra-vitoria-bolsonaro
01/11/2022	É falso que eleição é 'teatro' e urnas eletrônicas estão conectadas a sistemas Starlink e quântico	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/01/eleicao-teatro-urnas-starlink
03/11/2022	Vídeo não mostra ministro da Defesa dizendo que houve fraude na eleição	https://www.aosfatos.org/noticias/video-nao-mostra-ministro-da-defesa-dizendo-que-houve-fraude-na-eleicao/
03/11/2022	É falso que seção sem voto para Bolsonaro no MT comprova fraude eleitoral	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/03/secao-sem-voto-para-bolsonaro-no-mt
03/11/2022	'Interferência' dos EUA na eleição brasileira citada pela Fox News não significa fraude	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/03/fox-news-interferencia-eleicoes
04/11/2022	STM e Defesa não provaram fraude eleitoral nem intimaram Moraes	https://www.aosfatos.org/noticias/stm-e-defesa-nao-provaram-fraude-eleitoral-nem-intimaram-moraes/
04/11/2022	Estudo que usa Lei de Benford não prova fraude nas eleições de 2022	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/04/estudo-fraude-eleicoes-benford
04/11/2022	É falso ofício do Ministério da Defesa que pede 'contraprova' ao TSE por 'fraude' nas urnas eletrônicas	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/04/e-falso-oficio-do-ministerio-da-defesa-que-pede-contraprova-ao-tse-por-fraude-nas-urnas-eletronicas

04/11/2022	É falso que 5,1 milhões de votos foram 'roubados' de Bolsonaro	https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-51-milhoes-de-votos-foram-roubados-de-bolsonaro/
07/11/2022	Não há evidências de que urnas 'roubaram' 5,1 milhões de votos de Bolsonaro	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/07/bolsonaro-5-1-milhoes-votos-urnas
07/11/2022	É falso que modelos de urnas usados na eleição não foram auditados	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/07/modelos-urnas-auditados
07/11/2022	É falso que William Waack denunciou fraude nas urnas eletrônicas	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/07/william-waack-fraude-urnas
07/11/2022	É falso que juíza sueca disse que houve fraude na eleição brasileira	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/07/juiza-sueca-fraude-eleicao
07/11/2022	Mulher em vídeo mente ao dizer que Bolsonaro não teve votos contados em Manicoré	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-bolsonaro-nao-teve-votos-manicore-am/
07/11/2022	É falso que seção de Petrópolis não teve votos contabilizados	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-secao-petropolis-sem-votos-contabilizados/
07/11/2022	É falso que voto de eleitor de Miami não foi computado pelo TSE pois seção sumiu	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-voto-miami-nao-computado/
08/11/2022	Relatório que circula nas redes não comprova fraude nas eleições e não é oficial	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/08/relatorio-nao-comprova-fraude
08/11/2022	Seções não encontradas no site do TSE foram agregadas, e votos foram contabilizados	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/08/secoes-tse-votos
08/11/2022	Eleitores de seções agregadas enganam ao dizer que TSE 'sumiu' com votos	https://www.aosfatos.org/noticias/tse-secoes-agregadas-votos-contabilizados/
08/11/2022	Eleitor brasileiro no Canadá engana ao sugerir em vídeo que seu voto não foi contabilizado	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-canada-video-voto-nao-contabilizado/
08/11/2022	É falso que TSE não contabilizou votos de São Pedro da Aldeia e isso indicaria fraude	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-tse-nao-contabilizou-voto-sao-pedro-da-aldeia/
09/11/2022	É falso que cientista política norueguesa disse que houve fraude eleitoral no Brasil	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/09/frida-ruzzo-fraude-cientista-politica-norueguesa
09/11/2022	É falso que Bolsonaro não teve 100% de votos em nenhuma seção eleitoral	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/09/falso-bolsonaro-nao-teve-100-de-votos-em-nenhuma-secao
10/11/2022	É falso que relatório das Forças Armadas aponta insegurança das urnas	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/10/relatorio-ffaa-fraude-urnas
17/11/2022	Logs das urnas não identificam nomes e votos dos eleitores	https://www.aosfatos.org/noticias/log-urna-nao-identifica-nome-voto/
21/11/2022	São falsas alegações de fraude no processo eleitoral que circulam em mensagem viral no WhatsApp	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/21/sao-falsas-alegacoes-de-fraude-no-processo-eleitoral-que-circulam-em-mensagem-viral-no-whatsapp
21/11/2022	É falso que Bolsonaro exigiu código-fonte de urnas em mandado de injunção	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/21/bolsonaro-mandado-de-injuncao

21/11/2022	É falso que Bolsonaro assinou mandado de injunção para obter código-fonte das urnas	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-bolsonaro-mandado-injuncao/
22/11/2022	Emir do Qatar não disse na abertura da Copa que eleições brasileiras 'foram roubadas'	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/22/emir-do-qatar-eleicoes-brasileiras-roubadas
22/11/2022	É falso que urnas eletrônicas foram descartadas ilegalmente em Porto Alegre	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/22/urnas-eletronicas-descartadas-porto-alegre
23/11/2022	É falso que Bolsonaro ganhou a eleição presidencial com 51% dos votos	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-bolsonaro-51-segundo-turno/
25/11/2022	Ex-vereador do PT não é dono de transportadora que levava urnas em SP	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/25/ex-vereador-pt-transportadora-urnas-sp
01/12/2022	Homem que denuncia fraude eleitoral em vídeo não é ex-servidor do TSE	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/01/homem-nao-e-ex-servidor-do-tse
13/12/2022	É antigo vídeo sobre acesso das Forças Armadas ao código-fonte das urnas	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/13/ffaa-acesso-codigo-fonte
14/12/2022	É falso que site revela voto nas eleições de 2022	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/14/e-falso-que-site-revela-voto-nas-eleicoes-de-2022
14/12/2022	Eleitor morto em 2010 não teve voto computado para Lula em 2022	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-eleitor-morto-2010-voto-lula-2022/
15/12/2022	Hackers não quebraram o código-fonte e descobriram vitória de Bolsonaro	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/15/hackers-eleicao-vitoria

Anexo 2

Lista de notícias publicadas pelas agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos que mencionam o Artigo 142 e/ou as Forças Armadas, no período de 31 de outubro de 2022 a 8 de janeiro de 2023. (Acesso em 22 abr. 2024)

Data	Título da notícia	Link
31/10/2022	É falso que Bolsonaro vai assinar decreto para criar Tribunal Constitucional Militar	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/10/31/bolsonaro-decreto-tribunal-constitucional-militar
01/11/2022	É falso que Bolsonaro teve 65% dos votos e que seu silêncio por 72h autoriza intervenção militar	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/01/bolsonaro-65-votos-validos
01/11/2022	Artigo 142 da Constituição não prevê intervenção militar após 72h de protestos	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/01/artigo-142-intervencao-militar
01/11/2022	É falso que artigo 142 prevê que presidente deve ficar em silêncio por 72 horas após eleições	https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-artigo-142-preve-que-presidente-deve-ficar-em-silencio-por-72-horas-apos-eleicoes/
01/11/2022	Silêncio de Bolsonaro alimenta correntes golpistas no WhatsApp e no Telegram	https://www.aosfatos.org/bipe/silencio-bolsonaro-correntes-golpistas-artigo-142/
01/11/2022	Vídeo mostra treinamento militar em Campinas, não tanques do Exército rumo a Brasília	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-exercito-rumo-a-brasilia/
02/11/2022	Vídeo de tropas do Exército em Niterói é de 2018, não deste ano	https://www.aosfatos.org/noticias/video-exercito-niteroi-2018/
04/11/2022	STM não publicou decreto que invalida as eleições e dissolve poderes Legislativo e Judiciário	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/04/stm-decreto-eleicoes
08/11/2022	É falso que Exército ocupou estação da CPTM em São Paulo	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/08/exercito-estacao-cptm-sao-paulo
21/11/2022	É falso que Exército montou quartel de operações na Praça da Sé, em São Paulo	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/21/exercito-quartel-operacoes-sao-paulo
01/12/2022	É falso que Alto Comando divulgou carta aberta sobre 'retorno ao estado de direito'	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/01/alto-comando-carta-aberta
02/12/2022	Bolsonaro posta foto antiga e golpistas mentem que é assinatura de 'autorização' ao Exército	https://www.aosfatos.org/bipe/bolsonaro-foto-antiga-artigo-142/
05/12/2022	É falso que Superior Tribunal Militar decretou que Bolsonaro fique na Presidência	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-stm-decretou-bolsonaro-fique-na-presidencia/

06/12/2022	Novo Manual de Mobilização Militar não coloca Brasil sob tutela das Forças Armadas	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-novo-manual-de-mobilizacao-militar-tutela-forcas-armadas/
06/12/2022	É falso que Bolsonaro foi diplomado presidente pelas Forças Armadas	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/06/bolsonaro-diplomado-presidente
06/12/2022	Vídeo mostra soldados no Rio Grande do Norte em 2017, não recentemente	https://www.aosfatos.org/noticias/video-soldados-mossoro-2017-nao-recentemente/
07/12/2022	G1 não noticiou que Moraes fugiu para os EUA após ocupação militar	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/07/g1-moraes-fugiu-ocupacao-militar
08/12/2022	É falso que Forças Armadas controlam o país após decreto de Garantia da Lei e da Ordem	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-forcas-armadas-decreto-glo/
08/12/2022	Bolsonaro não assinou GLO para colocar Forças Armadas no controle do país	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/08/bolsonaro-assinou-glo-forcas-armadas
14/12/2022	É falso que Forças Armadas nomearam Bolsonaro presidente do Estado-Maior	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/14/bolsonaro-presidente-do-estado-maior
14/12/2022	Vídeo de militares no RJ mostra preparação para corrida, não para golpe de Estado	https://www.aosfatos.org/noticias/video-militares-recreio-rj-corrída-nao-golpe/
20/12/2022	É falso que Exército declarou Bolsonaro 'verdadeiro presidente' do Brasil	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/20/e-falso-que-exercito-declarou-bolsonaro-verdadeiro-presidente-do-brasil
21/12/2022	Vídeo de aeronaves militares em Brasília foi gravado em 7 de setembro	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/21/aeronaves-militares-brasilia-7-de-setembro

Anexo 3

Lista de notícias publicadas pelas agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos que mencionam falas, fotos e vídeos de Bolsonaro retirados de contexto, no período de 31 de outubro de 2022 a 8 de janeiro de 2023. (Acesso em 23 abr. 2024)

Data	Título da notícia	Link
14/11/2022	Vídeos antigos de Bolsonaro e de militares circulam fora de contexto para estimular manifestações	https://www.aosfatos.org/noticias/videos-antigos-bolsonaro-militares-fora-de-contexto/
29/11/2022	Vídeo antigo de Bolsonaro sobre promoção de generais volta a circular como se fosse atual	https://www.aosfatos.org/noticias/video-antigo-bolsonaro-promocao-generais/
02/12/2022	Bolsonaro posta foto antiga e golpistas mentem que é assinatura de 'autorização' ao Exército	https://www.aosfatos.org/bipe/bolsonaro-foto-antiga-artigo-142/
02/12/2022	Discurso de Bolsonaro sobre Forças Armadas foi gravado em abril, não recentemente	https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-forcas-armadas-nao-dao-recado-abril/
05/12/2022	Foto de 2021 que mostra Bolsonaro fardado circula fora de contexto	https://www.aosfatos.org/noticias/foto-bolsonaro-farda-militar-2021/
08/12/2022	É de 2021 imagem que mostra Bolsonaro assinando despacho fardado	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/08/bolsonaro-despacho-fardado
14/12/2022	É antiga fala de Bolsonaro de que agirá em breve e haverá 'consequências'	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/14/bolsonaro-brevemente-consequencias
15/12/2022	É antigo vídeo em que Bolsonaro pede para apoiadores irem às ruas	https://www.aosfatos.org/noticias/antigo-video-bolsonaro-pede-apoiadores-ruas/
16/12/2022	É antiga foto de Bolsonaro usando faixa verde, azul e branca	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/16/bolsonaro-faixa-estado-maior
16/12/2022	Vídeo em que Bolsonaro ameaça Moraes é de agosto de 2021, não atual	https://www.aosfatos.org/noticias/video-bolsonaro-ameaca-moraes-agosto-2021-nao-atual/
28/12/2022	Fala antiga de Bolsonaro sobre liberdade ser mais importante que a vida circula fora de contexto	https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-liberdade-mais-importante-vida-abril-2022/
29/12/2022	Fala de Bolsonaro sobre 'vitória no dia 30' foi gravada em outubro, não dezembro	https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonaro-vitoria-dia-30-outubro-nao-dezembro/

Anexo 4

Lista de notícias publicadas pelas agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos sobre o estado de saúde de Lula, no período de 31 de outubro de 2022 a 8 de janeiro de 2023. (Acesso em 27 abr. 2024)

Data	Título da notícia	Link
07/11/2022	É falso que Lula está internado em estado grave em hospital de SP	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/07/lula-internado-sirio
09/11/2022	Lula não foi retirado de avião em uma maca, como sugere vídeo	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/09/lula-nao-foi-retirado-de-aviao-em-uma-maca-como-sugere-video
30/11/2022	É falso que vídeo mostra carro funerário levando o corpo de Lula após sua morte	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/11/30/carro-funerario-lula
01/12/2022	Vídeo que mostra transporte do corpo de Gal Costa é usado para dizer que Lula está morto	https://www.aosfatos.org/noticias/video-gal-costa-nao-lula-morto/
01/12/2022	Conteúdos falsos criam narrativa de que Lula foi trocado por sócia	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2022/12/01/lula-sosia-dedos
02/12/2022	Como o bolsonarismo fez teoria conspiratória sobre morte de Lula ter pico de buscas no Google	https://www.aosfatos.org/noticias/bolsonarismo-teoria-conspiratoria-lula-morto/

Anexo 5

Lista de notícias falsas verificadas pelas agências de *fact-checking* Lupa e Aos Fatos sobre as eleições de 2022 e/ou a posse de Lula, do dia 01 ao dia 08 de janeiro de 2023. (Acesso em 27 abr. 2024)

Data	Título da notícia	Link
01/01/2023	Fotos de horas antes da posse alimentam desinformação sobre multidão	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/01/fotos-posse-lula-desinformacao
03/01/2023	É falso que portaria confirma que Augusto Heleno é o presidente do Brasil	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/03/portaria-heleno-brasil
03/01/2023	Posts usam Diário Oficial para mentir que ex-ministro Augusto Heleno é presidente do Brasil	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-augusto-heleno-presidente-do-brasil/
03/01/2023	É falso que Lula comentou com Arthur Lira que não teria vencido a eleição	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-lula-admitiu-derrota/
04/01/2023	É falso que o governo Lula criou taxas para transferências via Pix	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/05/lula-taxas-pix
04/01/2023	Posts enganam ao sugerir que Lula criou taxas sobre o Pix	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-lula-criou-taxas-pix/
04/01/2023	É falso que governo Lula exonerou 8.000 militares nos primeiros dias de governo	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-lula-exonerou-8000-militares/
04/01/2023	É falso que Lula confessou na posse que nunca ganharia a eleição	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/04/lula-ganharia-eleicao
04/01/2023	É falso que Palácio do Planalto foi iluminado de vermelho após posse de Lula	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/04/palacio-planalto-vermelho-lula
05/01/2023	Vídeo tira de contexto trecho da CNN Brasil para mentir que Lula planeja confisco	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-cnn-brasil-lula-confisco/
05/01/2023	É falso que Alexandre de Moraes tirou foto com líderes do PCC	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/05/alexandre-moraes-lideres-pcc
05/01/2023	Homens negros em foto com Alexandre de Moraes são ativistas sociais, não líderes do PCC	https://www.aosfatos.org/noticias/falso-foto-alexandre-de-moraes-lideres-pcc/
06/01/2023	Vídeo de 2016 em que Alckmin e Moraes são hostilizados circula como se fosse atual	https://www.aosfatos.org/noticias/video-2016-alckmin-moraes-restaurant/
08/01/2023	É falso que Alexandre de Moraes determinou desligamento da internet no país	https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/01/08/e-falso-que-alexandre-de-moraes-determinou-desligamento-da-internet-no-pais